

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

PAULA BÁRBARA MIRANDA CAMILO

**A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
(1932-1942)**

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2020**

PAULA BÁRBARA MIRANDA CAMILO

**A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
(1932-1942)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Anderson da Cunha Baía

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2020**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

C183f
2020 Camilo, Paula Bárbara Miranda, 1993-
A formação de professores na Revista de Educação Física
(1932-1942) / Paula Bárbara Miranda Camilo. – Viçosa, MG,
2020.

125 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Orientador: Anderson da Cunha Baía.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.
Referências bibliográficas: f.114-125.

1. Professores - Formação - História. 2. Educação física.
3. Periódicos. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento
de Educação Física. Programa de Pós-Graduação em Educação.
II. Título.

CDD 22 ed. 370.71

PAULA BÁRBARA MIRANDA CAMILO

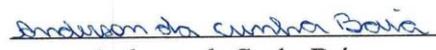
**A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
(1932-1942)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 28 de maio de 2020.

Assentimento:


Paula Bárbara Miranda Camilo
Autora


Anderson da Cunha Baía
Orientador

Dedico essa pesquisa a todos as professoras e professores de Educação Física que trabalham por uma educação pública de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me permitir chegar até aqui, renovando a minha fé e colocando pessoas incríveis na minha jornada acadêmica e de vida.

À minha mãe, Vânia, pelo seu apoio incondicional, por me amar e por não medir esforços para meu crescimento pessoal e profissional. À minha irmã, Gabi por acreditar em mim e, acima de tudo, por sempre demonstrar seu amor. Ao Renato, pelas palavras de carinho e descontração e pela prontidão em sempre me ajudar. Essa conquista é nossa!

Ao Matheus, por ter sido meu companheiro, amigo e confidente durante todo esse período, que nunca me deixou desistir e que acreditou em mim mais do que eu mesma. Obrigada pelo cuidado em todos os momentos de fragilidade e por tornar nossa caminhada mais leve e afetuosa.

Ao Anderson Baía, meu orientador, que me recebeu de braços abertos para o desenvolvimento desta pesquisa, mas que desde a graduação esteve presente no meu processo formativo.

Obrigada pelas riquíssimas trocas acadêmicas e por me ensinar a sensibilidade por trás da pesquisa histórica.

Às minhas amigas, que mesmo espalhadas pelo mundo, nunca me abandonaram. Obrigada pelos momentos de desabafo e de ajuda mútua.

Aos colegas, professores e funcionários do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa, onde fui tão bem recebida.

Aos alunos, professores e funcionários do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Viçosa, onde desenvolvi monitoria nível II. Obrigada por todo o aprendizado!

Ao grupo de estudo PROTEORIA, da Universidade Federal do Espírito Santo, pelo auxílio na localização de fontes e pela sólida contribuição para com a História da Educação Física.

À banca avaliadora, Doiara Silva, Denilson Santos e Joelcio Fernandes por contribuírem de forma tão significativa com esta pesquisa e por se mostrarem tão disponíveis para esta pareceria que acrescentou muito em nossa investigação.

À CAPES – o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 – e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Viçosa pelo financiamento desta pesquisa e pela oportunidade de me tornar pesquisadora.

[...]

*Para mim, poderoso é aquele que
descobre as insignificâncias (do
mundo e as nossas)*

*Por esta pequena sentença me
elogiaram de imbecil.*

Fiquei emocionado e chorei.

Sou fraco para elogios.

(Manoel de Barros)

RESUMO

CAMILO, Paula Bárbara Miranda, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, maio de 2020. **A Formação de Professores na Revista de Educação Física (1932-1942)**. Orientador: Anderson da Cunha Baía.

A pesquisa tem como objetivo investigar a formação de professores em Educação Física no Brasil, no que tange a constituição das instituições responsáveis pela formação, e os saberes e práticas que, partindo delas, encontravam a *Revista de Educação Física* como local de circulação. Considerada como o periódico oficial da Escola de Educação Física do Exército, trata-se uma das primeiras revistas de ensino especializadas em Educação Física que circulou em território nacional, iniciando suas atividades em 1932, sendo o periódico de maior longevidade da área, estando em atividade até os dias atuais. Parte-se da hipótese de que esta revista colocou em circulação um debate que marcou determinadas escolhas para o campo, fazendo circular “modos” de realizar o trabalho docente, bem como “modos” de se fazer Educação Física na escola e fora dela. Como recorte temporal, foi definido o período compreendido entre os anos de 1932 e 1942. Baseado neste contexto, algumas questões nortearam este estudo: O que significava, naqueles tempos, ser um *professor de Educação Física*? Como o periódico estimulou a discussão acerca da formação de professores de educação Física? Quais conhecimentos circulavam no periódico como necessários para alguém que fosse ensinar no campo da Educação Física? Como as instituições de formação estiveram envolvidas no processo de qualificação para atuar na escola e fora dela? Para dar conta de respondê-las, optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa, utilizando a abordagem do periódico como fonte e objeto, através da análise das fontes que permitiram contar uma versão da história da formação de professores. A imprensa periódica como fonte para pesquisas históricas se legitima pelo seu amplo potencial interrogativo do momento em que foi produzida e nos possibilitou compreender o papel desempenhado pelo periódico frente a formação de professores de Educação Física no Brasil. Dessa forma, identificamos que a Revista foi porta voz de um investimento da Escola de Educação Física do Exército, no sentido de propagar seu modelo de formação para atuar na escola e fora dela, pelos Estados brasileiros, divulgando um “modo de fazer” Educação Física, a partir da sua perspectiva.

Palavras-chave: Formação de professores. Educação Física. História. Periódico.

ABSTRACT

CAMILO, Paula Bárbara Miranda, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, May, 2020. **The training of teachers in Journal of Physical Education (1932-1942)**. Adviser: Anderson Da Cunha Baía.

The aim of this research is to investigate the training of teachers in Physical Education in Brazil, with regard to the constitution of the institutions that are responsible for training, knowledge and practices that, starting from them, found in the *Journal of Physical Education* a place of circulation. Considered as the official journal of the Army Physical Education School, it is one of the first teaching periodicals specialized in Physical Education that circulated in the national territory, starting its activities in 1932, being active to the present days, and being the longest-running journal in the area. It starts with the hypothesis that this journal put into circulation a debate that marked certain choices for the field, circulating “ways” to carry out the teaching work, as well as “ways” of doing Physical Education in school and outside it. As a time frame, the period between the years 1932 and 1942 was defined. Based on this context, some questions guided this study: What did it mean, at that time, to be a Physical Education teacher? How did the periodical stimulate the discussion about the formation of Physical Education teachers? What knowledge circulated in the journal as necessary for someone who would teach in the field of Physical Education? How were training institutions involved in the qualification process to work in school and outside it? To answer them, it was decided to carry out a qualitative research, using the journal's approach as a source and object, through the analysis of the sources that allowed telling a version of teacher education history. The periodical press is legitimized as a source for historical research because of its wide interrogative potential from the moment it was produced, and made it possible for us to understand the role played by the journal regarding the training of Physical Education teachers in Brazil. Thus, it is possible to identify that the Journal was the spokesperson for an investment by the Army Physical Education School, in the sense of spreading its training model to work in and out of school, by Brazilian states, promoting a "way of doing" Physical Education, from its perspective.

Keywords: Training of Teachers. Physical Education. History. Journal.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Aparelhos e plano de Praça da Ginástica Alemã	33
Figura 2 – Ginástica Sueca no Instituto Central de Ginástica, 1900	35
Figura 3 – Civil de Amoros, 1820	36
Figura 4 – Primeiro editorial da Revista de Educação Física.....	57
Figura 5 – Chamamento para publicações.....	60
Figura 6 – Editorial comemorativo do primeiro ano	65
Figura 7 – Aviso aos leitores	66
Figura 8 – Publicidade e propaganda na Revista de Educação Física.....	67
Figura 9 – Tabela de preços para anúncio na Revista de Educação Física	67
Figura 10 – Anúncios de bebida e cigarro	69
Figura 11 – Publicações a venda	69
Figura 12 – Publicações de humor na Revista de Educação Física.....	71
Figura 13 – Demonstração gráfica do movimento da EsEFEx no período de 1929-1934	88
Figura 14 – Exemplo de Lição de Educação Física publicada em página duplicada.....	108
Figura 15 – Exemplo de Lição de Educação Física Militar	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Decreto-lei n° 23.252 da criação da Escola de Educação Física do Exército	46
Quadro 2 – Redatores chefe da Revista de Educação Física (1932-1942).....	61
Quadro 3 – Periodização da Revista de Educação Física (1932-1942).....	63
Quadro 4 – Programa de ensino no CMEF (1932).....	83
Quadro 5 – Pré-requisitos para matrícula na EsEFEx	89
Quadro 6 – Conteúdo programático Curso Intensivo de Educação Física	93
Quadro 7 – Autores de artigos publicados na sessão "Unidade de Doutrina".....	101
Quadro 8 – Princípios da "Unidade de Doutrina"	103
Quadro 9 – Autores de artigos publicados na sessão "Lições de Educação Física"	105

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ritmo de publicação da Revista de Educação Física no período de 1932 – 1946	63
Gráfico 2 – Dimensões do conhecimento na Revista de Educação Física	73
Gráfico 3 – Práticas corporais veiculadas na Revista de Educação Física	76

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	O MOVIMENTO E A EDUCAÇÃO: a constituição de um campo denominado Educação Física	26
2.1	Europa: A Educação Física entra em cena.....	27
2.2	Brasil: O discurso europeu circula no país.....	38
2.3	A Divisão de Educação Física e as instituições de ensino superior na formação de professores de Educação Física no Brasil.....	43
3	FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA REVISTA (1932-1942): periódico como objeto de estudo	55
3.1	A materialidade da Revista de Educação Física	56
3.2	As intencionalidades da Revista de Educação Física.....	72
4	FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA REVISTA (1932-1942): periódico como fonte de estudo	80
4.1	EsEFEx, DEF e ENEFD: contribuições na formação do professor de Educação Física	81
4.1.1	A formação em Educação Física na EsEFEx	82
4.1.2	O investimento militar na formação em Educação Física em outros Estados ...	91
4.1.3	DEF e ENEFD: um passo para a “desmilitarização” da Educação Física no Brasil	96
4.2	“Unidade de doutrina” e “Lições de Educação Física”: um modo de se fazer Educação Física	100
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
	REFERÊNCIAS	114
	FONTES	122

1 INTRODUÇÃO

I

O cenário brasileiro no período compreendido entre o final do século XIX e o início do século XX indicava a necessidade da modernização dos meios de produção e desenvolvimento da sociedade, sendo a Europa vista como um modelo a ser seguido, uma vez que esforços em prol da industrialização e da formação integral da população – através da educação moral, intelectual e física – já estavam sendo empreendidos por lá. Porém, as cidades desestruturadas e as precárias condições de vida da população brasileira eram um empecilho no caminho rumo ao avanço da nação, além da rede escolar pública ser praticamente inexistente, o que sinalizava a importância da criação de projetos nacionais relacionados à saúde e à educação (MORENO, 2003; GOÍS JÚNIOR, 2013).

Com a urgência de desenvolvimento da nação, uma educação do corpo afirma-se como primordial, constituindo o início de uma preocupação com a sistematização dos exercícios físicos dotados de cientificidade, inaugurando os investimentos na constituição de um campo de conhecimento que, atualmente, denominamos *Educação Física*¹. Neste contexto, os métodos ginásticos desenvolvidos na Europa são os primeiros passos da tentativa de organização da Educação Física mundial (SOARES, 1994) que, a partir de um olhar criterioso de figuras intelectuais representativas no cenário brasileiro, chegam ao Brasil com o objetivo de contribuir para a constituição do campo. Neste cenário, a Educação Física é concebida como um “instrumento essencial para o adestramento de mão-de-obra forte e saudável para a indústria capitalista emergente” (VAGO, 1997, p. 64).

Diversos intelectuais foram marcantes na constituição da Educação Física brasileira desde finais do século XIX até meados do século XX, atuando em prol da escolarização e formação para atuar no campo. Este trabalho destaca quatro personagens que, apesar de não serem todos contemporâneos, possuem histórias que se conectam; de modo que cada um no seu tempo, colaborou para a criação, implantação e consolidação do campo da Educação Física. Dentre esses, destacamos Rui Barbosa², Jorge de Moraes³, Fernando de Azevedo⁴

¹ Linhares (2006), ao perceber as diferentes denominações do termo Educação Física e compreender o processo de delimitação dessa área, indica que, desde o século XIX, várias “educações físicas” foram produzidas, sendo possível pensá-las como tendo um conceito alargado (relativa à educação higiênica, à educação dos corpos), caracterizadas como prescrição de métodos e de exercícios físicos (por vezes denominados exercícios “gymnásticos” e/ou atividades físicas), ou como componentes curriculares (atividade ou disciplina escolar).

²Rui Barbosa (1849-1923) foi um diplomata brasileiro que também exerceu funções de jurista, advogado, político, escritor, jornalista, tradutor e orador.

Inezil Penna Marinho⁵. Personagens que demonstraram em seus escritos e debates a necessidade das atividades físicas enquanto constituintes dos programas escolares, bem como a necessidade da formação para atuar em uma área específica do conhecimento, no caso, na Educação Física.

No Brasil dos fins do século XIX, Rui Barbosa⁶ não se manteve alheio ao debate que estava posto na Europa sobre a importância dos exercícios físicos para a construção de uma nova sociedade, sendo um dos principais responsáveis por difundir os objetivos de uma educação física em terras brasileiras. Azevedo (1971) e Marinho (1980) destacam as contribuições de Rui Barbosa para a primeira sistematização da disciplina Educação Física, este último conferindo-lhe o título de “paladino da Educação Física”. O estudo de Moreno (2003) enaltece as contribuições de Rui Barbosa ao reconhecer que seus pareceres relacionados à Educação Física deram visibilidade à importância da questão.

Esses investimentos de Rui Barbosa foram acompanhados por Jorge de Moraes, médico, deputado no período 1905 a 1908 pelo Estado do Amazonas, defensor da necessidade de uma formação específica para atuar com determinadas práticas corporais na escola e fora dela, em específico a ginástica do final do século XIX e início do século XX. Seus esforços se concentraram sob a forma de proposições de projetos e leis que regulamentassem a profissão, apresentando uma proposta de criação de duas escolas de formação, uma civil e outra militar. Esta proposta foi apresentada em um discurso proferido por Moraes na Câmara de Deputados, no ano de 1905.

Inezil Penna Marinho também é um importante nome para compreensão deste campo, uma vez que, juntamente com Fernando de Azevedo, foi grande expoente das formas de se constituir uma Educação Física no Brasil. Com uma carreira diversificada é reconhecido como uma das mais relevantes personalidades na Educação Física brasileira (GOELLNER, 2005). Sua obra inclui a publicação de textos sobre temas variados da Educação Física⁷, que vão desde sua relação com a filosofia e artes até uma proposição de novas denominações para

³Jorge de Moraes (1872-1947) foi um médico, deputado pelo Estado de Amazonas entre 1905 a 1908 e importante defensor da Educação Física.

⁴Fernando de Azevedo (1894-1974) foi um educador, professor, crítico, ensaísta e sociólogo brasileiro.

⁵Inezil Penna Marinho (1915-1987) historiador da Educação Física Brasileira, é reconhecido por muitos estudiosos como uma das mais importantes personalidades da área.

⁶Esse debate está presente no famoso parecer de Rui Barbosa, de 1883. Cf: Barbosa (1947).

⁷Para citar alguns: Marinho (1945; 1952; 1983).

o professor. Os estudos de Inezil foram organizados e catalogados no trabalho *Inezil Penna Marinho: Coletânea de Textos* (2005)⁸, organizado por Silvana Vilodre Goellner.

Destaca-se também a pessoa de Fernando de Azevedo, intelectual brasileiro que com um currículo diverso, exerceu funções de redator, pesquisador social e defensor da escola pública e da Educação Física. Piletti (1994) evidencia sua importante contribuição para a Educação Física, com seus estudos teóricos⁹, fundamentalmente compreendidos no período de 1915 a 1930 e iniciativas administrativas no sentido de promover reformas educacionais nos currículos escolares para a implantação e difusão da Educação Física nas escolas.

A partir deste movimento de consolidação, através de intelectuais que se propuseram a conferir-lhe um caráter científico, a Educação Física se constitui como um campo de estudos profícuo, que desencadeia um cenário marcado por disputas que visam legitimá-la em uma base epistemológica própria.

Com uma maior difusão da ginástica na escola e fora dela, a preocupação com a formação de profissionais para atuar com ela começa a tomar forma. Como vimos anteriormente, o deputado Jorge de Moraes, ainda em 1905, já sinalizava a importância da criação de escolas de formação, mas seu projeto não foi concretizado naquele momento. Porém a necessidade da formação já estava colocada, a prática da ginástica estava se afirmando, e a necessidade da formação era uma preocupação iminente.

Todo esse debate encontra lugar de circulação na imprensa periódica, que se constitui como importante elemento na produção e veiculação de determinações para o campo da Educação Física (FERREIRA NETO, 2005). Neste sentido, focar na imprensa para buscar por vestígios de um processo formativo, compreendendo-a como lugar de circulação de um projeto de formação do corpo, parece-nos um caminho a seguir nessa pesquisa. Para isto, lança-se um olhar para a imprensa periódica de ensino especializada em Educação Física, acreditando que nestas revistas circulou-se um debate que fomentou a formação de professores.

Os periódicos especializados na veiculação das práticas relacionadas à Educação Física estão presentes no Brasil desde a década de 1930, ampliando e dando visibilidade em suas páginas à “luta pela escolarização, formação profissional, definição de legislação

⁸GOELLNER, S (org.). **Inezil Penna Marinho**: Coletânea de Textos. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. 2005. 116p

⁹Para citar alguns: Da educação física (1920); Antinous - Estudo de cultura atlética (1920); A evolução do esporte no Brasil e outros estudos de Educação Física e higiene social (1930).

específica, definição de métodos e conteúdos com ênfase nas diversas ginásticas e esportes” (FERREIRA NETO, 2005, p. 778). Para o autor as revistas se constituem como um importante espaço de divulgação/comunicação da ciência, configurando-se como um dispositivo de legitimação do conhecimento. Nóvoa (2002, p. 13) afirma que a imprensa é o melhor caminho para apreender a multiplicidade do campo educativo, uma vez que se configura como meio de “compreender as relações entre teoria e prática, entre os projetos e as realidades, entre a tradição e a inovação”.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo investigar a formação de professores em Educação Física no Brasil, no que tange a constituição das instituições responsáveis pela formação, e nos saberes e práticas que, partindo delas, encontravam a *Revista de Educação Física* como local de circulação, no período de 1932 a 1942.

II

O desenvolvimento desta pesquisa insere-se no projeto “guarda-chuva” intitulado *Educação do corpo no Brasil entre fins do século XIX e meados do XX: sujeitos, instituições, saberes e práticas*, desenvolvido nos âmbitos do Departamento de Educação e do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Viçosa.

Este estudo diz muito da minha (ainda) curta trajetória enquanto pesquisadora e revela o que mais me inquietou durante a graduação: a constituição do processo de formação de professores no campo da Educação Física. Naquele período, questionamentos sobre a formação oferecida pelos cursos superiores começaram a surgir e se intensificaram com a minha passagem pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) no ano de 2014, quando a aproximação com a realidade escolar trouxe à tona algumas fragilidades do meu processo formativo como professora. A partir de então, voltei meu olhar para a construção histórica daqueles saberes próprios da atividade docente, dedicando um olhar mais profundo para as raízes de todo esse processo, a fim de compreendê-lo.

Para tanto, entende-se necessário realizar um levantamento sobre a produção acadêmica cujo objeto de estudo é a formação de professores. Verifica-se que esse é um tema recorrente nos estudos recentes¹⁰. Segundo André (2010), nos últimos anos a pesquisa com a formação docente vem ganhado cada vez mais espaços. A autora reconhece avanços quanto à

¹⁰ SOUZA (2014); NASCIMENTO (2015); DOURADO (2016); GATTI (2017); SOARES (2018); GUEDES (2019).

pesquisa, principalmente naquelas produzidas no âmbito dos programas de pós-graduação, conferindo à formação de professores um *status* de campo de estudos.

Também são recorrentes os estudos que buscam abordar a formação de professores em uma perspectiva histórica. Os estudos de Horikawa (2015), Castro (2016), Cardoso, Rolim e Santos (2017), Marchelli (2017), dentre outros, são reveladores de um investimento científico que almeja compreender como se estabeleceu a formação de professores no campo da Educação.

Um conjunto de autores também se dedicou a estudar a formação de professores no campo da Educação Física, suas demandas e inter-relações, em uma perspectiva histórica. Ao investigar os estudos sobre a formação de professores de Educação Física dentro dessa perspectiva, identificam-se alguns trabalhos que enfatizaram o tema.

Como ponto de partida, cita-se Albuquerque (2009) que em seu trabalho *A constituição histórica da Educação Física no Brasil e os processos da formação profissional*, realizou, por meio de um estudo bibliográfico nos arquivos da História da Educação e da Educação Física, uma pesquisa sobre o processo de implantação da disciplina nos programas escolares, estabelecendo uma direta relação entre sua difusão nos ambientes de ensino e a necessidade da formação de profissionais para atuar dentro da escola.

Há ainda o trabalho intitulado *A formação do profissional de educação física no Brasil: uma história sob a perspectiva da legislação federal no século XX*, produzido por Neto et al (2004), que discute sobre o perfil do profissional desejado, tendo como referência a legislação federal vigente naquele tempo.

Figueiredo (2016) também se dedicou a estudar a história da formação de professores em sua tese *A história da Educação Física e os primeiros cursos de formação superior no Brasil: o estabelecimento de uma disciplina (1929-1958)*, onde a autora procura investigar a partir da disciplina História da Educação Física, como ela se institucionalizou dentro dos currículos de formação.

A relação entre os militares e a formação dos professores de Educação Física, também é tema recorrente nos estudos históricos. Grunennvaldt (2006) no texto *Os militares e a construção das condições para criação de escolas para formação de profissionais de Educação Física: um caso de revolução passiva*, aborda as iniciativas envidadas no âmbito civil e, predominantemente no âmbito militar que contribuíram para a organização e sistematização da Educação Física brasileira. Melo; Nascimento (2000) também dissertam

sobre a influência exercida pelos militares na consolidação do campo. No texto intitulado *O papel dos militares no desenvolvimento da formação profissional na educação física brasileira*, os autores discutem os primórdios da formação para atuar no campo, a partir das iniciativas desencadeadas no âmbito militar.

No campo de trabalhos que se basearam na imprensa periódica especializada em Educação Física no Brasil, foi possível identificar estudos sobre temas variados da área. Dentre eles, podem-se citar os estudos que tematizaram a eugenia e o higienismo em periódicos da década de 30: *A educação física e concepções higienistas sobre raça: uma reinterpretação histórica da educação física brasileira dos anos de 1930* (GÓIS JUNIOR; LOVISOLO, 2005) e *A eugenia em periódicos da Educação Física brasileira (1930-1940)* (GÓIS JÚNIOR; GARCIA, 2011). Através destes estudos, foi possível perceber o higienismo na Educação Física brasileira dos anos 30.

Destacam-se também os estudos de Silvana Vilodre Goellner, intitulado *Bela, Maternal e Feminina: a imagem da mulher na revista Educação Physica* (1999) e *Educação Física Feminina: uma abordagem de gênero sobre as décadas de 1930 e 1940* (1998), cuja autoria é de Ana Júlia Pinto Pacheco. Esses dois trabalhos apresentam em comum a abordagem de ideal de referência feminina veiculada na imprensa especializada da Educação Física, elegendo o primeiro estudo a Revista Educação Physica e o segundo, além desta, a Revista de Educação Física.

De grande relevância para os estudos históricos, o Instituto de Pesquisa em Educação e Educação Física – PROTEORIA¹¹ se dedica a estudar a Educação Física brasileira dentro da perspectiva histórica, mas sem perder de vista as questões atuais, realizando “pesquisas que sejam capazes de reconstituir as situações-problema com as quais se defrontaram os atores sociais empenhados em constituir uma teoria para a Educação Física no século XX”, além de possuir uma relação muito forte com a produção acadêmica sobre periódicos de Educação Física em todo o país.

Apesar de ser um tema que está crescendo nas pesquisas em Educação e Educação Física pelo seu potencial interrogativo, ainda há um número reduzido de estudos sobre a formação de professores que utilizaram como fonte a imprensa periódica especializada em Educação Física circulante entre 1932 e 1942. Um dos trabalhos que faz essa abordagem é o

¹¹Instituto de Pesquisa em Educação e Educação Física – PROTEORIA. Disponível em < <http://proteoria.org/>>. Atualmente coordenado por Amarílio Ferreira Neto e situado na Universidade Federal do Espírito Santo.

estudo intitulado *A Educação Física Escolar na Revista de Educação Física (1932-1952): Apropriações de Rousseau, Claparède e Dewey*, escrito por Magda Terezinha Bermond no ano de 2007. Neste texto, a autora busca discutir como a Revista de Educação Física circulava os saberes para a prática da Educação Física Escolar, relacionando com as concepções pedagógicas de Jean Jacques Rousseau, Edouard Claparède e John Dewey. Nesta dissertação, a autora analisou a periódico enquanto *fonte e objeto*¹². Deixando claro que seu objetivo não é construir a arqueologia do impresso, explica que o olhar para a fonte enquanto objeto permite a compreensão de elementos fundamentais sobre o ciclo de vida, ressaltando a representatividade do periódico estudado.

O estudo a partir de periódicos mostra-se bastante relevante e atualmente autores se dedicam a esmiuçá-los na área da Educação e, conseqüentemente, na Educação Física, construindo uma história a partir de registros que ajudam a pensar o que estava acontecendo naquele momento, e também proporciona uma possibilidade de entendimento de estratégias, exaltação de determinado conteúdo em detrimento de outros, tipo de publicidade veiculada, possíveis manipulações, entre outras categorias. Para Schneider e Ferreira Neto (2004, p.50) o impresso, configura-se “como uma alternativa viável para se compreender o campo pedagógico”, tornando possível interrogar a fonte em busca de elementos de prescrições para a profissão docente. Como estes autores descrevem,

Existe a necessidade de se compreender a palavra impressa não apenas como registro do que aconteceu, mas como parte constituinte do acontecimento, como uma força ativa na história que registra ao mesmo tempo em que produz novas culturas, local em que se pode perceber a disputa entre o velho e o novo, em que bens culturais são produzidos, feitos veicular e apropriados (SCHNEIDER; FERREIRA NETO, 2004, p.50)

Dessa forma, as pesquisas com periódicos nos mostram que estes não podem ser lidos em sua transparência, “pois a publicação não é um mero reflexo das relações sociais, mas componente delas” (FERNANDES; JÚNIOR, 2012, p.2). Este interesse em estudar a formação docente através dos periódicos deve-se à busca por elementos que foram determinantes na consolidação do professorado em Educação Física e a verificação de como este debate se constituiu dentro de cada Revista. Para Catani (1996, p.118),

[...] é possível partir do estudo de determinados periódicos educacionais e tomá-los como núcleos informativos, enquanto suas características

¹²A abordagem do impresso enquanto *fonte e objeto* será detalhado à frente.

explicitam modos de construir e divulgar o discurso legítimo sobre as questões de ensino e o conjunto de prescrições ou recomendações sobre formas ideais de realizar o trabalho docente.

Tomar como tarefa do pesquisador ler os periódicos na sua transparência nos remete ao estudo de Galvão e Batista (2003). Esses autores, ao analisarem manuais escolares - portanto impressos, assim como os periódicos - nos apresentam a necessidade de olhar esse material como *fonte* e como *objeto*. Olhar como fonte significa concentrar-se no conteúdo veiculado, no que dizem as reportagens; e como objeto, corresponde a manter o foco no modo que se constitui a produção de cada periódico, sua materialidade, o impacto gerado, onde circulou, como foi usado, por quem foi lido, entre outras possibilidades de ler esse artefato impresso.

Ana Cláudia Avelar (2018), em sua dissertação *Uma ginástica que também se lê: a produção do Compendio de Gymnastica Escolar de Arthur Higgins (1896-1934)*, nos revela que na área da educação, os estudos que utilizam os impressos enquanto fonte e objeto (GALVÃO; BATISTA, 2003) são recentes e, por isso, escassos. Quando observamos a Educação Física estes estudos se mostram ainda mais raros¹³. Embora a pesquisa de Avelar (2018) refira-se aos manuais e livros didáticos, nada nos impede de transferir essas prerrogativas para este estudo, uma vez que também não foram encontrados trabalhos baseados em periódicos como fonte e objeto para buscar o entendimento de um possível processo de formação de professores de Educação Física, considerando o período de publicação compreendido entre 1932 e 1942.

A partir deste levantamento, percebe-se que o estudo com periódicos na área da Educação Física, apesar de estar em crescente movimento, ainda deixa lacunas, principalmente no que se refere à análise enquanto fonte e objeto. Por esse motivo e entendendo que a fonte possui um amplo potencial interrogativo, propõe-se contar uma versão da história da formação de professores de Educação Física no Brasil, a partir dos sujeitos, instituições, saberes e práticas corporais veiculados no periódico que elegemos como fonte e objeto desta pesquisa.

¹³MORENO (2016), AVELAR (2018).

III

A realização dessa pesquisa busca contribuir para a História da Formação de Professores em Educação Física no Brasil, no sentido de fornecer elementos para a discussão do campo, contando uma versão dessa história veiculada na imprensa periódica de ensino especializada.

Ao analisarmos as fontes que comporiam este estudo, selecionamos o periódico de maior longevidade da área, que se configurara como importante veículo de produção, articulação e circulação nacional e internacional de conhecimentos científicos e pedagógicos da Educação Física. Trata-se da *Revista de Educação Física*, considerada como o periódico oficial da Escola de Educação Física vinculada ao Exército Brasileiro. Sua publicação se iniciou em 1932, no âmbito do Centro Militar de Educação Física, sendo que no ano de 1933, passou a ser considerada um órgão da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEEx). Essa revista funciona ainda nos dias atuais. Contudo, nesta pesquisa foram analisados somente 55 números, publicados entre 1932 e 1942.

Para compreender como se deu o processo da construção histórica dos saberes necessários à docência e sua circulação na imprensa periódica de ensino da Educação Física nos anos de 1932-1942, optou-se por realizar uma pesquisa de abordagem qualitativa (MINAYO, 2001). Salienta-se, que não se pretende aqui resgatar a trajetória da Educação Física brasileira, mas contar uma versão dessa história (BLOCH, 2002) que circulou no periódico supracitado, com ênfase na formação de professores.

A imprensa periódica como fonte para pesquisas históricas se legitima pelo seu potencial amplo de análise dos elementos socioculturais característicos do momento em que foi produzida (LUCA, 2006). Toledo e Skalinski Junior (2012) afirmam que, no Brasil, até a década de 70, eram escassos os estudos que utilizavam a imprensa periódica enquanto fonte. Essa concepção foi se tornando obsoleta e o uso dos periódicos como fonte nas pesquisas em Educação foi se tornando cada vez mais expressivo. Luca (2006) destaca a utilização dos periódicos em análises historiográficas, como resultado de um longo processo histórico, que nos possibilita problematizar traços e características políticas e sociais de determinado tempo¹⁴. Toledo e Skalinski (2002, p.264) complementam dizendo que:

¹⁴Para Bloch (2002), o tempo histórico refere-se ao modo de organização e percepção do tempo cronológico de cada grupo ou sociedade, entendendo que o modo de vida varia de uma comunidade para outra.

No que diz respeito à utilização da imprensa periódica em pesquisas em História da Educação, as possibilidades são amplas e o campo de estudo tem se mostrado fecundo e instigante. O contínuo crescimento do número de pesquisas nas últimas três décadas, notadamente, a partir de diferentes abordagens, indica que a adoção da imprensa como fonte não é prerrogativa de uma única perspectiva teórico-metodológica.

Como referencial teórico que sustentou este estudo, teve-se como referência trabalhos de autores estudiosos dos impressos, os quais contribuíram para sustentar a análise dos textos como fonte e como objeto (CATANI, 1996; CHARTIER, 2004; 2015; GALVÃO; BATISTA, 2003; AVELAR, 2018) e, de forma geral, ajudaram a entender a revista, sua materialidade, onde e como circula, a quem se destinava. Através destes autores foi possível perceber que da mesma forma que o conteúdo circulado é imprescindível para compreender suas intenções, os sujeitos, editoria, formas de organização, mostram-se primordiais para o entendimento do que se propõe a circular. Também foi proposta a noção teórica “Estratégia” (CERTEAU, 1994), que ajudou na compreensão dos mecanismos utilizados pelo periódico para fazer circular os diferentes debates que estavam em voga no movimento de constituição da Educação Física.

Os referenciais citados foram ferramentas essenciais no trabalho de analisar as fontes. Não se pode esquecer que o trabalho do historiador consiste em transformar, historicizar um objeto. Segundo Certeau (2011, p. 48), “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural” e convida o historiador a “duvidar da fonte”, trazendo a importância da desconfiança no sentido de entender que “toda interpretação histórica depende de um sistema de referência”. Dessa forma, perceber os periódicos enquanto objeto de pesquisa, implica em analisá-los em sua relatividade histórica, considerando a multiplicidade que os compõem e as escolhas feitas até mesmo antes deles.

Para Certeau (2011) um grande desafio da historiografia perpassa por estabelecer uma relação entre o “sentido” do objeto em seu contexto histórico e o “sentido” que hoje nos permite compreendê-lo, uma vez que o sentido é resultado dos procedimentos que permitiram articular um modo de compreensão. Diante desse conselho metodológico, este estudo buscou no periódico determinado textos que revelam algum tipo de prescrição para as formas de se realizar e organizar o trabalho docente e divulgar práticas corporais, a fim de contar uma história sobre a constituição do professor de Educação Física que circulava nesse periódico.

IV

Este estudo se caracteriza no campo da formação de professores em Educação Física em uma perspectiva histórica, que se concentra na análise de periódico especializado em Educação Física, tomando como eixo procedimentos historiográficos e a abordagem do periódico como objeto e como fonte. Algumas questões principais nortearam essa pesquisa: O que significava, naqueles tempos, ser um *professor de Educação Física*¹⁵? Como o periódico estimulou a discussão acerca da formação de professores de Educação Física? Quais conhecimentos circulavam no periódico como necessários para alguém que fosse ensinar no campo da Educação Física? Como as instituições de formação estiveram envolvidas no processo de qualificação para atuar na escola e fora dela?

Assim, na busca por responder a essas questões, esta pesquisa intentou, de modo geral, compreender como se constitui o debate da formação de professores de Educação Física no Brasil no que tange as práticas e saberes necessários e a constituição das instituições responsáveis pela formação em um periódico da área – Revista de Educação Física (1932-1942). Especificamente, este trabalho teve os seguintes objetivos: 1) Identificar e analisar os saberes e práticas requisitados pelo periódico como importantes ao professor de Educação Física; 2) Analisar como as orientações e prescrições para as práticas pedagógicas dos professores de Educação Física foram veiculadas e reafirmadas dentro do periódico; 3) Identificar e compreender a materialidade e intencionalidade do periódico em questão; 4) Problematizar a participação do periódico na constituição de instituições de formação.

Parte-se da hipótese de que essa revista colocou em circulação um debate que marca determinadas escolhas para o campo, fazendo circular “modos” de realizar o trabalho docente, bem como “modos” de se fazer Educação Física na escola e fora dela.

Como recorte temporal, foi definido o período compreendido entre os anos de 1932 e 1942. Como marco inicial, tomou-se por base o ano de publicação do primeiro periódico

¹⁵A propósito, é importante denominar “a quem” estamos chamando de *professor de Educação Física* nesta pesquisa. Atualmente, os graduados em Educação Física são divididos em duas modalidades: o licenciado e o bacharel. Segundo o Conselho Nacional de Educação Física (CONFEF), o licenciado é aquele habilitado a desenvolver atividades pedagógicas dentro do ambiente escolar; ao bacharel cabe o restante da área de atuação (clubes, academias, unidades de saúde, entre outros). Sentidos restrito e amplo da profissão, respectivamente (BRACHT, 1992). Essa distinção é relevante, pois, dentro do intervalo de tempo a que corresponde essa pesquisa, a referida categorização não existia – a divisão foi implementada a partir 1987, atribuindo toda a função ao somente ‘professor’, atuante nos espaços formais e informais de ensino. Portanto, neste estudo não operaremos na distinção dos sentidos da profissão Educação Física.

especializado em Educação Física – a *Revista de Educação Física*, vinculada a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx). Finaliza-se a análise considerando o ano de 1942, ano de conclusão da primeira turma da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), entendendo que neste momento efetiva-se a tão propagada formação de professores no âmbito militar e civil, pleiteada por Jorge de Moraes. A partir desse momento, estamos considerando que a Educação Física passa de um momento de constituição do campo, para sua consolidação.

A fonte que compõe essa pesquisa trata-se de uma das primeiras revistas de ensino especializadas em Educação Física que circulou em território nacional, sendo o periódico de maior longevidade da área (FERREIRA NETO, 2005). Acessamos o acervo físico da *Revista de Educação Física* no Instituto de Pesquisa em Educação e Educação Física - PROTEORIA, sediado no Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo. O acervo também encontra-se disponível no site oficial do exército brasileiro.¹⁶

Além das fontes primárias citadas, outra fonte se mostrou primordial para um primeiro investimento. Trata-se do *Catálogo de Periódicos de Educação Física e Esporte* (FERREIRA NETO et al, 2002), no qual é possível encontrar o título de cada matéria veiculada em diferentes periódicos, e que permitiu realizar uma análise preliminar dos conteúdos e práticas circulados, viabilizando uma leitura de reconhecimento do periódico. Soma-se a essa, diversos livros históricos de Rui Barbosa, Fernando de Azevedo e Inezil Penna Marinho.

A partir da consulta ao periódico, uma revisão de literatura através dos diversos estudos encontrados foi realizada, no sentido de fornecer possíveis vestígios para composição e análise do objeto de estudo deste trabalho, tomando como referência as questões estabelecidas.

Dessa forma, buscando atingir o objetivo de compreender o debate que permeou a formação de professores no periódico *Revista de Educação Física*, organizou-se a análise desta dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo, objetiva-se fornecer um panorama inicial da constituição do campo da Educação Física a partir de uma discussão ocorrida na Europa dos séculos XVIII e XIX, sobre a necessidade da educação do corpo. Mostra-se como

¹⁶ Para a realização desta pesquisa, acessou-se os arquivos e fontes por meio digital e físico. Como propomos um estudo do periódico como objeto e como fonte, acessar os arquivos digitais e físicos foi importante no intuito de comparar o que se disponibilizava, procurando alterações que pudessem fazer sentido. Ao longo desse estudo, apontaremos divergências encontradas entre essas duas formas de apresentação do periódico.

esses conhecimentos chegam ao Brasil, apontando a necessidade da formação de professores para atuar com a emergente Educação Física.

No segundo capítulo, busca-se analisar as fontes como *objeto* de pesquisa, a partir da abordagem descrita por Galvão e Batista (2003). Assim, propõe-se investigar as intencionalidades e materialidade do periódico. Para dar conta disso, as noções teóricas mobilizadas foram essenciais para extrair das fontes o que poderia contribuir para a tentativa de responder ao objetivo desta pesquisa.

No terceiro e último capítulo, também de acordo com a abordagem caracterizada por Galvão e Batista (2003), analisa-se o periódico enquanto *fonte*, na qual a partir de um maior investimento no conteúdo veiculado, busca-se identificar os conhecimentos requisitados para a tarefa de ensino no campo da Educação Física em construção, assim como perceber o modo que, a partir das instituições, se organiza a formação para atuar no campo.

2 O MOVIMENTO E A EDUCAÇÃO: a constituição de um campo denominado Educação Física

Estudar os séculos XVIII e XIX, especialmente na Europa¹⁷, é fundamental para compreensão dos investimentos na constituição de um campo de conhecimento que, no Brasil, atualmente se denomina Educação Física¹⁸. Neste período são inauguradas novas concepções de corpo, de vida, de educação, de trabalho e de sociedade que foram se constituindo como imprescindíveis para o desenvolvimento de um povo, impulsionadas na Europa pelos ideais da Revolução Francesa e da Revolução Inglesa que começavam a influenciar a constituição de novas formas de pensar e propor uma educação do corpo, para um novo homem (SOARES, 1994; HEROLD JÚNIOR, 2008). A partir disso, busca-se neste capítulo compreender como se deu a constituição do campo da Educação Física, evidenciando como os conhecimentos acerca da educação do corpo foram pensados na Europa dos fins do século XVIII e século XIX e circularam no Brasil a partir da defesa de diferentes intelectuais brasileiros, entre fins do século XIX e primeira metade do século XX. Nota-se que, a partir da circulação destes conhecimentos no Brasil, debates sobre a formação de professores começam a ganhar relevância no cenário, criando a ambiência necessária para o surgimento de instituições incumbidas da formação do profissional responsável pela Educação Física no país.

¹⁷ Melo (1998) afirma que no final do século XIX e início do século XX, existiam no Brasil instituições norte-americanas de cunho educacional, que possuíam o esporte como conteúdo da Educação Física nas suas escolas. No início dos anos de 1920, a Associação Cristã de Moços (ACM) começa a difundir os esportes entre seus associados, como uma prática importante na sua formação. Alguns desses acmistas que atuavam no Brasil, entre eles norte-americanos, estiveram presentes nos debates educacionais brasileiros no país, sobre a participação do esporte como conteúdo da Educação Física, conforme podemos perceber em Linhales (2006). Contudo, como nosso propósito é compreender o debate acerca da formação de professores para atuar com a Educação Física brasileira, tomamos como referência o apoio de Rui Barbosa e Jorge de Moraes, que defendiam a presença da ginástica como conteúdo da Educação Física, a qual circulava no Brasil através de um movimento europeu de constituição de métodos ginásticos que tiveram força na Alemanha, Suécia e França. No mais, no início dos anos de 1930, o método Francês, através do Regulamento nº 07, da Escola Militar de Joinville Le Point, foi oficializado como conteúdo exclusivo, portanto, constituinte de uma Educação Física que se mantém até início da década de 1950 no Brasil, reforçando a influência europeia. Um movimento paralelo de debates sobre a redefinição da Educação Física, com a presença do Esporte e outras práticas corporais marcaram a primeira metade do século XX no país.

¹⁸ Linhales (2006), ao perceber as diferentes denominações do termo Educação Física e compreender o processo de delimitação dessa área, indica que, desde o século XIX, várias “educações físicas” foram produzidas, sendo possível pensá-las como tendo um conceito alargado (relativa à educação higiênica, à educação dos corpos), caracterizadas como prescrição de métodos e de exercícios físicos (por vezes denominados exercícios “gymnásticos” e/ou atividades físicas), ou como componentes curriculares (atividade ou disciplina escolar).

2.1 Europa: A Educação Física entra em cena

Grandes mudanças ocorriam na Europa no final do século XVIII, estimuladas pela consolidação do estado burguês e da burguesia enquanto classe, além de uma crescente expansão econômica (SOARES, 1994). O aumento da urbanização, o desenvolvimento da tecnologia e o aumento da produção industrial são marcas desse período. A autora salienta que, para a burguesia, havia a necessidade de “produzir” um novo tipo de homem, que estivesse adequado à nova ordem política, econômica e social que estava sendo instaurada. Góis Júnior (2000) complementa dizendo que, ainda no século XVIII, discursos de valorização da população como recurso essencial começavam a tomar corpo, justificando, por exemplo, os esforços e investimentos empreendidos em diferentes regiões da Europa relacionados à educação dos corpos.

Os estudos de Vigarello (1995; 2003) e Corbin (1987) apresentam elementos que caracterizam a processo de educação dos corpos a partir de sua moralização, seja ela sanitária ou estética. O primeiro autor apresenta um discurso de valorização pessoal que foi robustecido no século XIX, que implicava em uma adequação às normas dominantes de controle do corpo, pautadas na retidão ou boa postura, retratando os usos e costumes corretos do corpo. Já o segundo, ao tratar sobre a higiene dos corpos a partir de uma perspectiva olfativa, sugere uma desodorização dos espaços públicos e, também, da sociedade de uma maneira geral, o que acaba por repercutir no comportamento dos indivíduos. Em sua perspectiva, uma vez que a preocupação com a assepsia está em voga, “exalar um perfume potente significa deixar supor uma limpeza duvidosa” (CORBIN, 1987, p. 93) e, as pessoas deveriam “evitar perfumes insistentes assim como os odores corporais indiscretos, por medo de incomodar” (p. 97).

Com o aumento da população nas zonas urbanas, outras preocupações começam a ocupar um lugar de destaque. Já no século XIX, o avanço das epidemias acende um alerta para os médicos que, pautados na ciência, determinam modos de prevenir e tratar as doenças que assolavam a população europeia (CORBIN, 1987; GÓIS JÚNIOR, 2000). Este século, “o século da grande revolução científica dos laboratórios, da industrialização e do crescimento das disciplinas e instituições sociais” (SOARES, 1994, p. 14) é revelador de como a ciência se afirma primordial, ainda mais por conferir a esta a responsabilidade de determinar as formas de prevenção e tratamentos dos males que atingiram a sociedade. Essa ciência, de viés positivista, é caracterizada por Soares (1994) como um modelo que seria capaz de justificar as

desigualdades sociais, colocando-as como naturais, na medida em que era usada pela classe dominante para endossar a premissa de que a miséria de uma parcela da população era um dado natural. Tais fatos corroboram para a autora supracitada perceber a educação física, através da prática da ginástica, enquanto parte de um projeto de moralização sanitária, com fins de educar e disciplinar higienicamente a população oriunda das classes mais baixas da sociedade.

Nesse sentido, a Europa dos séculos XVIII e XIX já falava sobre a importância das atividades corporais para a construção deste “novo homem” pronto para o trabalho, para a família e para a escola. Vigarello (1978) destaca a importância de uma educação que priorize a verticalidade corporal e assume como fundamental a manutenção de uma normalidade utilitária, conferindo o que chamou de eficácia funcional, reforçando a relevância das atividades corporais para a formação para o trabalho. Esse projeto de efetivação de uma nova sociedade conferiu à Educação Física um status de importância pelo seu potencial disciplinador e moralizador, endireitando o corpo, tornando-se “receita e remédio ditado para curar os homens de sua letargia, indolência, preguiça, imoralidade, e, desse modo, passa a integrar o discurso médico, pedagógico... familiar” (SOARES, 1994, p 10).

A saúde passa a ser responsabilidade coletiva, acompanhada de um discurso eugênico marcante, abrindo margem para desenvolver teorias voltadas para o “melhoramento” da raça. Soares (1994) reconhece a eugenia como um importante instrumento utilizado pela burguesia para viabilizar o progresso, a evolução enquanto sociedade. Essa premissa é endossada por Silva (2012, p. 25-26) ao indicar que a eugenia se baseia no “uso de técnicas de mensurações biométricas e investigação genealógica para identificar as características que se queira ampliar a um número cada vez maior de sujeitos” e, na mesma medida, aquelas que não se deseja ampliar, muito menos, reproduzir.

O aperfeiçoamento da raça só seria possível através de uma educação dos corpos. Corpos que trabalhavam durante horas numa jornada intensa e que, necessariamente, precisavam aguentar o ritmo de uma sociedade em ebulição, que acumulava condições precárias de vida que contribuía para um quadro de degradação social (HOBBSAWN, 1986). O corpo passa a ser visto, então, como uma máquina. Por esse motivo, alguns trabalhos da época objetivaram conhecer quais eram os limites do corpo, colocando-o no centro desta discussão que adquire um viés higienista muito forte. Góis Júnior (2000) aponta para dois

acontecimentos que marcaram o movimento higienista na Europa do século XIX: os ideais populacionistas e a ideia de fadiga¹⁹.

Os ideais populacionistas defendiam que cada homem e cada mulher eram importantes para nação. O corpo²⁰ é, aqui, uma máquina que, caso quebre, perderá seu valor para indústria. Cada trabalhador importava, pois quantos mais trabalhadores uma nação tem, mais próspera ela será, ou seja, este corpo do trabalhador também exigia cuidados. Já a ideia da fadiga passa a ganhar relevância com a difusão de algumas literaturas médicas que apontavam a “fadiga como o sinal principal da recusa do corpo em aceitar as disciplinas da sociedade industrial moderna” (GÓIS JÚNIOR, 2000, p. 41).

Algumas descobertas científicas, apoiadas principalmente na física e na fisiologia, apontam para a termodinâmica e a utilização de substratos enérgicos pelo músculo. Começa-se, então, a difusão da ideia de que havendo nutrição adequada, o trabalho poderia ser desenvolvido de forma mais harmoniosa. Esses discursos:

[...] legitimaram o discurso higienista, que adotou a estratégia da metáfora do motor humano para realizar seus objetivos. Foram os higienistas que pregaram novidades no cuidar do corpo. Novidades que prometiam alcançar um melhor bem-estar para a vida cotidiana, que afastariam as epidemias, que tornariam os homens mais dispostos para o trabalho, que buscariam riquezas para o país. A metáfora da máquina humana formou parte de uma estratégia de popularização dos novos hábitos higiênicos. Que pretendiam responder questões como: Como atingir os trabalhadores da indústria? Como melhorar as condições de vida da população em geral? Um dos papéis centrais da metáfora do “homem-máquina” foi o de convencer os capitalistas a cuidar de seus recursos humanos. (GÓIS JÚNIOR, 2000, p. 44-45)

A partir daí a prevenção passa a ser uma área de grande interesse quando começam publicações de estudos que relacionam a prática da atividade física com um caráter preventivo de doenças. Esse contexto de inserção da atividade física contribuiu para a publicação do livro *Formação intelectual, moral e física*, de Hebert Spencer, em 1861 na cidade de Londres. Nas palavras de Inezil Penna Marinho (1983), esta obra configura-se como um “célebre ensaio” que alcançou grande expressão através da popularização do termo “Educação Física” por ser a

¹⁹ Góis Júnior (2000) ressalta que a *fadiga* a que se refere em seu trabalho, poderia ser comparada ao que chamamos de *estresse* na sociedade atual. Mais informações sobre os modos de contribuição da ciência para a construção de um arcabouço de conhecimento das diversas formas de trabalhar o corpo podem ser encontradas em Rabinbach (1990).

²⁰ A própria ciência, de viés positivista, encontrava dificuldades de localizar e discutir corpos que destoavam de seus ideais produtivistas. Corpos deficientes, velhos, doentes ou fracos não se apresentavam como potenciais para indústria capitalista. Revel; Peter (1974) apontam que para esses corpos, nem mesmo o sofrimento e a morte são levados em conta, quando somente o que importa, são suas características corporais “indesejáveis”. Por esse motivo, Soares (1994) alerta para o reconhecimento do silêncio dessas questões dentro das grandes narrativas historiográficas.

parte da educação que tinha como objeto de estudo, o corpo. O autor destaca ainda que a obra de Spencer alcançou larga repercussão no Brasil, inspirando teses e outros trabalhos na área médica, principalmente nas faculdades da Bahia e do Rio de Janeiro.

Como sugere o título de sua obra, Spencer baseou suas ideias em um tripé educacional composto por saberes necessários à formação do cidadão: educação intelectual, educação moral e educação física. Neste cenário, a escola passa a ganhar relevância mundial enquanto local que melhor abrigaria o discurso de formação proposto por Spencer. A Educação Física então se destaca como a disciplina que “aperfeiçoava a corporeidade necessária para o novo tempo social, o tempo do trabalho assalariado, moderno e capitalista” (CARVALHO; MACHADO, 2011, p.12). Afinal de contas, “um organismo sadio e de músculos adestrados é de certo mais fácil a moralizar do que uma máquina humana enfraquecida e emperrada” (AZEVEDO, 1960, p. 238).

Aos fins do século XVIII e século XIX, momento em que a preocupação com a saúde da população é uma tendência, começa-se a observar formas sistematizadas de se preparar o corpo, e surgem os métodos ginásticos. Alemanha, Suécia e França foram países de destaque na construção deste cenário. Cada nação desenvolveu seu método ginástico, cada país deu sua identidade ao método, no entanto, sem deixar as semelhanças de lado (QUITZAU, 2015). A necessidade da prática da *gymnastique*²¹ parecia ser um consenso entre a comunidade intelectual daquela época, pela “consciência de que exercícios dessa natureza eram indispensáveis na educação das crianças e adolescentes” (MARINHO, 1983, p. 6).

Este quadro corrobora para que os objetivos/projetos de construção e desenvolvimento de cada nação fossem alcançados, o que nos mostra os processos que levaram a concretização destes métodos embasados na premissa de que o exercício físico seria parte integrante de um “pacote educacional” indispensável para o triunfo de um povo. Ao encontro deste pensamento, Góis Júnior (2013) pontua que estes métodos sofreram influências políticas, econômicas e culturais de cada contexto.

A necessidade de incorporar cientificidade aos exercícios físicos praticados se torna algo inerente e foi reafirmada por Georges Demyen (1850-1917) – biólogo e pedagogo que foi um dos responsáveis pela organização do método ginástico francês –, como podemos observar no trecho abaixo:

²¹A expressão *gymnastique* foi utilizada até o início do século XIX, na Europa, como sinônimo de educação física (MARINHO, 1983).

No livro *Les bases scientifiques de l'éducation physique*, editado pela primeira vez em 1903, afirmava: “A educação intelectual ainda tem alguma base psicológica, mas a educação física pode ser praticada agora com bases nas leis físicas e biológicas. Essa evolução é fatal, a menos que seja condenada a permanecer indefinidamente nas mãos dos práticos” (DEMENY, 1931 *apud* GÓIS JÚNIOR, 2015, p. 146, *grifo do autor*)

Aqueles outrora chamados de “práticos”, eram os corpos que se exercitavam e se exibiam livremente nas ruas, feiras e circos e a ginástica sistematizada era o extremo oposto desta prática despida de qualquer racionalidade e/ou cientificidade. Este corpo atendia ao entretenimento, à diversão e, por essa razão, demandava certo perigo às normas moralizadoras da época (MORENO, 2001). Por isso, os métodos ginásticos passam a ser vistos como atividade importante para a formação escolar que se pensava nos fins do século XVIII e XIX, uma vez que surgem em um período “no qual se inauguram novas formas de morar, de vestir, de se alimentar, de amar, de falar, de gesticular, de se educar, ou, mais amplamente, de viver” (SOARES; MORENO, 2015, p.1).

A construção dos métodos ginásticos é resultado de uma sistematização do exercício físico, que precisa ser racional e com base científica. Assim, apenas se exercitar de forma espontânea e irracional não era mais justificável, quando a compreensão de suas especificidades por meio de um conhecimento próprio estava cada vez mais próxima da ciência em voga no período (GÓIS JÚNIOR, 2015). Soares (1994) destaca o caráter medicalizante dos métodos ginásticos²², conferido pelas ciências que lhes servem de base epistemológica e, principalmente, por colocar a medicina como área do conhecimento que seria responsável pela prescrição e “liberação” para a prática dos exercícios físicos.

Este movimento, denominado Movimento Ginástico Europeu – essencialmente por se concentrar na Alemanha, Suécia e França –, foi o primeiro passo para determinar o que hoje conhecemos como “Educação Física”; organizado perante a ciência e a técnica (SOARES, 2002)²³. Como afirma Moreno (2001, p.113),

[...] a Ginástica afirma-se como prática corporal. Eleita porque científica, mas sobretudo porque carrega símbolos, códigos, métodos para um corpo e para uma sociedade que requer simetria, limpeza, clareza, nitidez. A Ginástica,

²²Para Soares (1994) os métodos – ou escolas – ginásticos que mais tiveram suas ideias difundidas através do discurso de médicos e pedagogos no Brasil são: Escola Alemã, Escola Francesa e Escola Sueca. Alguns estudos apontam para a influência da Escola Inglesa, mas esta direciona-se de forma mais específica às atividades esportivas.

²³ Outros métodos ginásticos surgiram, como o método natural austríaco e dinamarquês, por exemplo. No entanto, falaremos aqui sobre aqueles que tiveram grande projeção internacional e são os que mais estiveram presentes no Brasil entre o final do século XIX e primeira metade do século XX.

suas prescrições, suas normas, gestos e técnicas vão contribuir para uma educação do corpo.

Ainda de acordo com Moreno (2001, p. 141), os métodos ginásticos provaram que “eram eficientes para alterar e direcionar a imagem corporal de um povo”. Para atingir essa meta, esses principais métodos ginásticos europeus contavam com objetivos em comum, resguardadas as particularidades de cada nação, como podemos observar no trecho abaixo:

[...] a regeneração da raça, a promoção da saúde e a formação do homem forte e corajoso, útil a nação tanto pelo desempenho nas guerras como pela atuação na esfera da produção industrial. Acrescidas a essas intenções estavam presentes aquelas destinadas a perpetuação da mulher enquanto geradora dos filhos da pátria, para as quais se pregava um trabalho corporal específico para o pleno atendimento desse fim. (GOELLNER, 1992, p. 39)

Os métodos ginásticos que mais circularam no Brasil foram aqueles desenvolvidos na Alemanha, na Suécia e na França. Para fins de melhor compreensão sobre as implicações de sua utilização como possibilidade de educar o corpo, optamos por apresentar sinteticamente cada uma dessas escolas²⁴. Ressaltamos que não é nosso objetivo recontar a história dos métodos ginásticos neste estudo, visto que na historiografia da Educação Física, é possível encontrar trabalhos²⁵ que se dedicaram a estudá-los de forma mais pormenorizada.

O método ginástico alemão teve como precursores dois importantes nomes: Johann Christoph Friedrich Guts Muths (1759-1839) e Friedrich Ludwig Jahn (1778-1852), que escreveram as principais obras balizadoras da ginástica alemã – “Ginástica para a juventude” e “A ginástica alemã”, respectivamente. Essas obras foram embasadas na ideia de que “a religião e a moral de nada adiantam quando se luta contra a fraqueza corporal, contra a inatividade, e todas as consequências dela decorrentes” (QUITZAU, 2012, p.366). Tal ideia nos mostra o viés da saúde incutido no método ginástico orientado a recuperar a saúde e moral do povo alemão, bem como preparar este corpo para o trabalho e para defesa da pátria.

A grade de exercícios físicos proposta por este método inclui onze categorias de movimentos: saltar, correr, arremessar, lutar, escalar, equilibrar, levantar e carregar, nadar, exercícios de enrijecimento, leitura e declamação e exercícios do sentido. Os exercícios eram realizados ao ar livre e a utilização de aparelhos também faz parte da estruturação desta ginástica, como podemos observar na imagem a seguir.

²⁴Quitza, Moreno e Baía (2019), alertam para a multiplicidade contida nessas escolas, não havendo apenas uma única forma de aplicação da sua ginástica. Cada escola é representada “por diferentes métodos que, ao mesmo tempo em que compartilham determinadas características, apresentam também particularidades”.

²⁵ Para citar alguns: GOELLNER (1992); SOARES (2002); QUITZAU (2015); SOARES e MORENO (2015); MORENO (2015); MORENO e BAÍA (2019).

O trecho citado anteriormente nos permite inferir que formação para atuação com a ginástica alemã se dava pela dimensão do *saber fazer*, onde ao instrutor cabia o papel de demonstração correta de determinado tipo de exercício para, então, ensinar ao aprendiz do método²⁶. Podemos perceber, ainda, o caráter político e, por vezes, higiênico das determinações ao instrutor alemão, visto que este deveria ser uma pessoa idônea perante a sociedade.

Outra sistematização ginástica de importância no cenário europeu foi o método ginástico sueco, proposto por Pehr Henrick Ling (1776-1839), que, a exemplo dos outros métodos contemporâneos, apresenta um forte traço nacionalista e seus objetivos orientados à formação integral para o trabalho e defesa da pátria. O conjunto de exercícios constituinte da ginástica sueca aparece dividido em quatro categorias que, de acordo com Soares (1994) são: ginástica pedagógica, militar, médica e estética.

A Ginástica de Ling, como também é conhecida, preconiza o equilíbrio entre todas as partes do corpo, enfatizando o sistema respiratório e desenvolvimento da caixa torácica (AVELAR, 2018). Este objetivo tem relação com a própria saúde do professor Ling. Acometido por uma paralisia no braço e com propensões à tuberculose, ele começa a realizar movimentos acompanhados de inspiração profunda (MORENO, 2003). Seu método racional e prático ganha cada vez mais adeptos, o que resulta na criação de um Instituto Central, na cidade de Estocolmo, Suécia, em 1814.

²⁶ No Brasil, este fato servirá para fundamentar os discursos de intelectuais que defendem a extinção do método ginástico alemão das práticas escolares, já que este não se legitima ou se apropria de uma base epistemológica/científica.

Figura 2 – Ginástica Sueca no Instituto Central de Ginástica, 1900



Fonte: WikimediaCommons²⁷

Para atuar com a ginástica sueca, o Instituto Central de Ginástica de Estocolmo (GCI) se afirma como central nessa discussão, uma vez que é considerado a contribuição mais significativa da Suécia para a educação do corpo, em âmbito internacional (SARREMEJANE, 2006). Para atuar profissionalmente com a ginástica nas escolas públicas da Suécia, o instrutor deveria, necessariamente, ser formado pelo instituto. A inspiração que guiou Ling na concepção do instituto advém de sua passagem pela Dinamarca, onde conheceu o professor Nachtegall (1777-1847), que já estava formando professores de ginástica para atuar nas escolas e no exército (MORENO; BAÍA, 2019). Ainda segundo os autores, Ling, já instalado na Suécia, em Estocolmo faz uma proposta à Comissão de Educação daquele país para desenvolver treinamentos físicos por meio da ginástica com a mocidade da época, o que acaba por estimulando a inauguração do GCI em 1814, “objetivando centralizar a formação do professor de ginástica em todo país” (p.6).

A criação do GCI ocupa lugar de destaque na história da educação do corpo sueca, uma vez que formar professores para atuar no ensino da ginástica era fundamental para atender os objetivos propostos pelo método, além de contribuir para sua disseminação, o que fez com que o GCI se tornasse o “epicentro da ginástica sueca no mundo”, recebendo e fornecendo professores para países como Estados Unidos, França, Inglaterra, Portugal e outros na América do Sul, caracterizando sua boa reputação tanto nacional como internacionalmente (MORENO;BAÍA, 2019; BOLLING;YETTERGREN, 2015).

²⁷O Wikimedia Commons trata-se de um repositório online de imagens e outros tipos de mídia. Disponível em <https://commons.wikimedia.org/wiki/Main_Page>. Acesso em 22 nov 2019

Ainda podemos citar o método ginástico francês. Sua constituição está intimamente relacionada a um complexo movimento de revolução²⁸ que acometia a França no século XIX, onde o fortalecimento e o vigor físico eram sinônimos de corpo saudável, coragem e virilidade (GOELLNER, 1992). Como precursor, temos Francisco de Amoros y Ondeano (1770-1848) e a posteriori, Georges Demeny (1850-1917). Amoros era um visionário, responsável por inaugurar um novo (e adequado) local para a prática da ginástica – os ginásios. Além de considerar um conjunto de conhecimentos necessários ao ensino da ginástica através do que ele chamou de “tecnologia ginástica” que se refere basicamente a um conteúdo “constituído por noções de cálculo e geometria voltadas para a construção, reforma e criação de máquinas e instrumentos para aulas” (SOARES, 2002, p.74). Podemos observar que o instrutor de ginástica francesa deveria abarcar um conjunto de saberes maior do que geralmente a função demandava.

De acordo com Soares (1994) o conjunto de exercícios que compunham a ginástica francesa estava relacionado a uma subdivisão em quatro categorias: ginástica civil e industrial, militar, médica e funambulesca.

Figura 3 – Civil de Amoros, 1820



Fonte: SOARES (2002)

A ginástica francesa chegou às escolas do país por meio de decreto datado de 1869, diante de uma demanda colocada pelo Exército Francês com vistas à formação física da mocidade que, com frequência, chegava debilitada às fileiras do serviço militar. Dessa forma, o exército enxerga na escola a possibilidade de oferecer tal formação, pleiteada por essa

²⁸ Sobre essa questão, remeto ao leitor à construção histórica realizada por Soares (1994; 2002)

instituição (SOARES, 2000; BRUSCHI, 2019). A obrigatoriedade da ginástica nas escolas evidenciou a necessidade de formar aquele que exerceria a tarefa de ensinar o método ginástico francês.

O processo formativo do instrutor do método francês abarcava uma série de saberes que Amoros acreditava serem fundamentais e complementares entre si, como Soares (2000, p. 54-55) nos apresenta:

Para Amoros, fundador do chamado Método Francês de Ginástica, cuja obra foi sistematizada na primeira metade do século XIX, a formação específica dar-se-ia em duas etapas. Na primeira, aquele que pleiteia a tarefa de ensinar Ginástica deveria ter uma formação no campo da Filosofia e receber lições de canto e expressão musical. Fortemente influenciado pela ideia de uma educação dos sentidos, Amoros acreditava que para moldar o corpo era necessário um refinamento do espírito. Os saberes sensíveis estavam na base da formação e somente de posse deles é que se passava para os conhecimentos científicos com lições de Anatomia e Fisiologia.

A autora sinaliza ainda, que essas ciências possuíam um grau de importância perante a sociedade da época, o que confere um status elevado para quem assumia o dever de ensino da ginástica. Sobre a notoriedade do professor da ginástica francesa, Bruschi (2019, p. 71) complementa dizendo que o “professor de ginástica deveria estar à altura da tarefa, garantindo a permanência da ginástica na formação das crianças e dos jovens”.

Como podemos notar até aqui, o cenário europeu indicava a necessidade da constituição de um “novo homem”, adequado aos novos modos de viver que estavam se configurando. Neste cenário a formação física era uma dimensão central, na qual a ginástica ocupou um lugar privilegiado. Diante de tamanha responsabilidade conferida às atividades físicas – a de formar fisicamente um povo necessitado –, a formação de professores passa a ser uma preocupação, demandando investimentos para sua efetivação.

Essa discussão chega, finalmente, ao Brasil, por meio de intelectuais que, influenciados pelas iniciativas europeias orientadas a educar integralmente a população, começam a difundir a necessidade da prática física – a ginástica – e, conseqüentemente, a necessidade da formação de pessoal capacitado para atuar com ela.

2.2 Brasil: O discurso europeu circula no país

No Brasil, entre fins do século XIX e primeira metade do século XX, a formação física pensada na Europa em fins do século XVIII e século XIX circula, trazendo consigo um conjunto de princípios, de determinações e prescrições que seriam necessárias para a formação física, moral e cívica da população, constituindo um projeto de formação do corpo. O discurso acerca da necessidade de formação física foi difundido através de marcantes intelectuais brasileiros, como Rui Barbosa²⁹ e Fernando de Azevedo³⁰, os quais defendiam a educação física nas escolas. Ambos se incomodavam com sua inexistência nos programas escolares nacionais, uma vez que no exterior, principalmente na Europa, o caráter potencial para formação do homem através de um corpo saudável (e, conseqüentemente, através de uma educação física), já havia sido reconhecido e difundido³¹.

Desde o final do século XIX, intelectuais defendiam a implantação da ginástica no currículo escolar brasileiro, baseados, sobretudo, em seu caráter potencial para regeneração da raça e extirpação de vícios. Antônio Marciano Silva Pontes³², no ano de 1881 em sua obra *Compêndio de Pedagogia para uso dos alunos da Escola Normal*, destacava a necessidade e o importante papel que a ginástica exerceria em um programa escolar; uma vez que potencialmente poderia prevenir e curar doenças, viabilizando um corpo saudável (MACIEL; VALENTE, 2018).

Mais tarde, em 1883, Rui Barbosa defendeu o parecer intitulado *Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública*, na Câmara dos Deputados. No capítulo *Da Educação Física*, da referida obra, o autor sustenta a ideia de uma educação integral, acreditando na ginástica como meio moralizador, higiênico e patriótico, além de propor a inserção de outros conhecimentos como música e canto, considerados

²⁹ BARBOSA, R. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. In: **Obras completas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

³⁰ AZEVEDO, F. **Da Educação Physica**: o que ella é – a que tem sido – o que deveria ser. São Paulo: Weiszflog editores, 1920.

³¹ A influência europeia no Brasil não se restringiu, naquele tempo, aos métodos ginásticos. A sociedade brasileira almejava ser e viver como a sociedade europeia, especialmente a francesa, dos fins do século XVIII e XIX. Moreno (2001) sinaliza que além do modo de se exercitar, importava-se também, os modos de construir, as vestes, os comportamentos, as falas.

³² Antônio Marciano Silva Pontes foi professor e diretor da Escola Normal da Província do Rio de Janeiro. Sua obra *Compêndio de Pedagogia para uso dos alunos da Escola Normal*, publicada em 1881, contava com pouco mais de 200 páginas e foi largamente utilizada pelas pessoas que aspiravam exercer a função de docência naquele período (MACIEL; VALETE, 2018).

altamente relevantes para a formação do homem moderno (MORMUL; MACHADO, 2013). As contribuições de Rui Barbosa para a efetivação da disciplina Educação Física aparecem na historiografia da Educação Física como inegáveis. Marinho (1983), grande estudioso da obra de Barbosa, classifica como “célebre” o parecer apresentado em 1883. Moreno (2015, p. 129) reconhece o papel central assumido por Rui Barbosa, uma vez que seus “pareceres são considerados um marco inaugural da defesa da ginástica sueca nas escolas brasileiras”³³.

Aos finais do século XIX e início do século XX observamos o desenvolvimento do chamado Movimento Higienista, impulsionado pela ideia de que as condições econômicas e sociais e os hábitos da população influenciavam diretamente sua saúde. Esse movimento tinha como princípio fundamental a valorização da população como um bem, onde a preocupação maior era com a oferta de educação e saúde pública, uma vez que um “povo educado e com saúde é a principal riqueza da nação” (GÓIS JÚNIOR; LOVISOLO, 2003, p. 42). Como parte deste movimento, observamos uma crescente preocupação com a formação de hábitos saudáveis, que colocou a escola como um campo profícuo para a construção de modos saudáveis de viver e é “neste conjunto de hábitos saudáveis que compõem o ideário da educação higiênica a ser ministrada na escola [...] que vamos encontrar os exercícios físicos” (SOARES, 1994, p. 131).

Nesse sentido, a escola, orientada por práticas higiênicas, busca meios para assear os corpos, com fins de melhorar a saúde da população de forma coletiva. No entanto, a presença do movimento na escola com o objetivo de contribuir para o Movimento Higienista, representou desafios na sua consolidação. Faria Filho (1997, p. 56), diz que

[...] se é importante, ou mesmo imprescindível, que a escola aproprie-se do corpo, é preciso também constituir uma corporeidade escolar que, centrado no movimento, seja disciplina e ordeira. Eis, pois, um dos principais dilemas da escola moderna. Como dar conta, a um só tempo, de glorificar o movimento e disciplinar o corpo?

Uma resposta encontrada para essa pergunta foi a ginástica, praticada de forma sistematizada, científica, racional, orientada, organizada e, principalmente, disciplinada. Prática essa que precisava ser incorporada em um programa escolar, de forma que fosse fundamental para o desenvolvimento físico da nação, curando males e ordenando esses corpos física e moralmente (SOARES, 1994).

³³ O potencial educativo da Ginástica Sueca, defendida por intelectuais da Educação Física como adequada para ocupar o espaço escolar, será detalhado a frente.

Neste contexto, a necessidade da prática de uma atividade física, ou seja, a necessidade de movimentar-se, faz com que uma espécie de campanha pela educação física fosse iniciada. A inatividade física e o sedentarismo começam a ser duramente criticados até mesmo em veículos de comunicação, como podemos notar no trecho transcrito abaixo de uma matéria veiculada na *Revista de Educação Física* no ano de 1942:

Infelizmente, a grande maioria [da população] é de indiferentes e intelectuais mal orientados. Indivíduos cuja existência vegetativa e sedentária se vai debilitando, enfraquecendo seus músculos, aniquilando suas articulações, afetando órgãos vitais, transformando-os em pouco tempo em indivíduos doentes, “cansados” moral e fisiologicamente. São indivíduos que, muitas vezes, aos trinta anos, em plena maturidade, submetido a um esforço físico normal, são tomados de grandes perturbações. (EDUCAÇÃO FÍSICA, 1942, n. 53, p. 42))

Apesar do tema “movimento” estar no centro do debate intelectual da sociedade brasileira ainda não havia escolas de formação superior para capacitar professores para atuarem com a Educação Física no ambiente escolar, subentendida como prática pedagógica pelo espaço que ela ocupa. Nesse caso, os instrutores de quartéis do Exército – local onde a prática da ginástica³⁴ já estava consolidada pela demanda que as atividades militares exigiam –, seriam os responsáveis por ocupar esta função na escola.

A ausência do professor nas atividades de ginástica indica que a incorporação das práticas corporais militares à escola deu-se de forma mecânica, pois,

[...] a Educação Física não desenvolveu a este tempo, um corpo de conhecimentos que a diferenciasse fundamentalmente da instrução física militar. A Educação Física não é ela mesma; em maior ou menor grau ela é a instrução física militar. A sua identidade e o seu desenvolvimento são totalmente determinados a partir de fora. Seu entendimento como atividade eminentemente prática colabora também para impedir a reflexão teórica em seu interior. A figura do professor, ou seja, o sujeito que poderia desempenhar tal tarefa, também não está ainda presente (BRACHT, 1992, p. 21)

Dessa forma, além de instrutores ou aplicadores, transferem-se para o espaço escolar as estratégias utilizadas pelos militares para instrução física. Consolida-se os ideais de formação moral e cívica, objetivando o “desenvolvimento da aptidão física e do que se convencionou chamar de ‘formação do caráter’, autodisciplina, hábitos higiênicos, capacidade de suportar a dor, coragem e respeito à hierarquia” (BRACHT, 1992, p. 20).

³⁴ Segundo Góis Júnior, Melo e Soares (2015) o método ginástico alemão foi adotado como prática no exército brasileiro a partir das influências de soldados prussianos, contratados no ano de 1851 para participar de combates. O período de adoção do método alemão como oficial pelo exército ocorreu de 1860 a 1912, quando passa a ser substituído pelo método francês.

Vale ressaltar que a implantação e aceitação dos métodos ginásticos não ocorreram de maneira hegemônica e/ou linear na sociedade brasileira. No Rio de Janeiro do século XIX, por exemplo, adaptações foram realizadas no sentido de dar visibilidade para a ginástica e legitimá-la enquanto prática corporal. Moreno (2001) aponta para uma alternativa encontrada pela elite fluminense³⁵ para aumentar o escopo de aplicação: alocá-lo no espaço onde melhor abrigaria o discurso de educação do corpo, ou seja, na escola³⁶. Os usos que a sociedade fluminense fez do método ginástico, nos remetem a uma perspectiva apontada por Certeau (1994), o qual diz que os consumidores produzem modos próprios para usufruto de determinada cultura, se apropriando, construindo e ressignificando objetos e práticas, de modo que aquela atenda às suas necessidades.

Jorge de Moraes, deputado amazonense de grande importância para a história da educação física brasileira, coloca em dúvida a utilização do método alemão em um discurso proferido na Câmara dos Deputados, aos 21 dias de setembro de 1905. Neste discurso³⁷, o deputado argumenta a favor de outro método ginástico – o sueco, proposto por Pehr Henrik Ling. Para Moraes, o método alemão não se sustentava enquanto prática pedagógica. Na contramão, o método sueco revela-se como alternativa, uma vez que se apresenta como uma prática acessível e benéfica para ambos os sexos (MARINHO, 1952).

Neste mesmo discurso, Jorge de Moraes, preocupado com os princípios educativos das práticas pedagógicas, destaca a necessidade de uma formação profissional para aqueles que atuavam nos espaços formais de ensino, como podemos observar no trecho de seu discurso transcrito a seguir:

[...] a escola civil proposta em projeto que terei a honra de submeter à consideração da Casa, fornecerá os professores de Educação Física para todos os colégios existentes no País. Em nossos dias o professor de ginástica necessita de uma soma regular de conhecimentos que só um curso bem organizado pode fornecer. Figuram no primeiro plano a anatomia, a fisiologia, princípios gerais de higiene, a história e evolução da Educação

³⁵ Soares (1994) indica que a prática da ginástica não foi um consenso, revelando preconceitos e dificuldades na sua implantação em terras brasileiras no final do século XIX. Moreno (2001) concorda, apontando que como a elite fluminense almejava semelhanças com a sociedade europeia da época, fazia-se necessária a institucionalização da prática da ginástica no Brasil, tal como já estava naquele continente. Fato que causou resistência no povo, uma resistência político-cultural.

³⁶ Mesmo com a centralidade da ginástica, outras práticas corporais estavam presentes na escola. Melo (1997) ao estudar a história da implantação da educação física nos currículos escolares, destaca que regulamentos datados do século XIX são reveladores de que a ginástica não deveria ser o único conteúdo a ser ministrado nas escolas, indicando o esporte como conteúdo em potencial, apesar de admitir que havia uma sensível valorização da ginástica em face ao esporte. Reconhecemos o intenso debate entre a ginástica e o esporte na escola nos séculos XIX e XX, porém não é nosso objeto realizar investimentos para discuti-lo com profundidade nesta pesquisa.

³⁷ Este discurso está transcrito integralmente no livro *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil*, de Inezil Penna Marinho, escrito no ano de 1952, disponível nas páginas 40-48 do volume II.

Física bem como o conhecimento completo de todos os processos aconselhados para o fim que se pretende colimar (MARINHO, 1952, p. 46)

Na década de 1920, acompanhando este movimento de defesa da educação física nos programas escolares, Fernando de Azevedo, assim como Morais, também considerava o método sueco como prática adequada, como se pode notar:

D'entre todas as escolas, que se propõem alcançar o alvo a que deve tender toda educação physica escolar, nenhum por certo sobreleva ao methodo de Ling na observação das leis physiológicas, na scientifica urdidura de todo o systema e em fructos imediatos. [...] Êste método, incontestavelmente o melhor sob o ponto de vista pedagógico, é chamado a suprir no sistema de educação uma grave lacuna que antes do século XIX os governos e os particulares deixavam em aberto [...] (AZEVEDO, 1920, p. 149-150)

Fernando de Azevedo se coloca como figura central nessa discussão, uma vez que a partir de seus escritos, é possível identificar prescrições sobre o trabalho docente, pautado essencialmente nas ciências biológicas (anatomia, fisiologia, higiene), ciências que, a este tempo, faziam parte apenas dos domínios médicos. Então, para Fernando de Azevedo, o trabalho do professor e do médico deveria estar em plena comunhão no ambiente escolar. Para Soares (1994), esse intelectual pensava a educação física mais em sua ótica médica e não pedagógica, colocando o professor em segundo plano. A autora destaca ainda, que essa “parceria” teria como único objetivo “assegurar com eficácia o melhoramento da raça” (p. 155).

Apesar do crescente movimento em prol da consolidação da Educação Física (no caso, a ginástica) enquanto disciplina constituinte dos programas escolares e uma conseqüente demanda da profissionalização daqueles que atuariam no ensino, as escolas de formação profissional ainda não estavam consolidadas. Jorge de Morais, em 1927, figura mais uma vez neste cenário, tecendo críticas a não continuidade do seu projeto, apresentado em 1905. Nesta crítica, apresentada no Congresso Nacional, o deputado Morais reafirma a necessidade e insiste na tentativa de criação de escolas de Educação Física voltadas para a formação profissional (MELO; NASCIMENTO, 2000), porém, somente na década de 1930 podemos observar o surgimento das primeiras escolas de formação em nível superior, bem como iniciativas que visavam a regulamentação da profissão.

Dessa forma, podemos considerar Rui Barbosa, Jorge de Morais, Fernando de Azevedo e Inezil Penna Marinho como personagens centrais nesse processo. Ocupando lugares sociais diversos – na política, na educação, na produção intelectual – se ancoraram

nos discursos médico-higienistas para propor a educação de um corpo que estaria preparado para suportar os problemas advindos de uma sociedade em construção, vitimada por um conjunto de mazelas sociais, econômicas e educacionais. Olhar para outros países, reconhecendo o avanço da ciência que defendia a presença da ginástica na Educação do corpo na escola, foi a estratégia utilizada por estes intelectuais para justificar a necessidade da constituição de um campo denominado Educação Física. Essa, diferente da medicina – que se voltava para a cura –, se estabelecia pela ação regeneradora de um corpo, a partir de intervenções de fortalecimento e prevenção no contexto brasileiro do final do século XIX e início do século XX.

2.3 A Divisão de Educação Física e as instituições de ensino superior na formação de professores de Educação Física no Brasil

A ideia da necessidade de uma educação do corpo que circula no Brasil através de diferentes intelectuais, desde final do século XIX, justifica a demanda por instituições que estivessem envolvidas com a formação de professores. As intenções expostas por Jorge de Moraes, desde os primeiros anos do século XX, se materializariam décadas depois, inicialmente com a criação da Escola de Educação Física do Exército, seguida por diversas outras iniciativas, abordadas adiante.

Três instituições³⁸ foram centrais na consolidação da Educação Física enquanto campo de estudo e área de atuação. São elas: a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx) e a Escola Nacional de Educação Física (ENEFD), como escolas de formação em nível superior, e a Divisão de Educação Física (DEF), enquanto órgão governamental que passava a regulamentar e expandir a formação de professores no Brasil.

Caracterizar a EsFEEx prescinde abordar a instituição que deu origem a ela: o Centro Militar de Educação Física (CMEF)³⁹. Esta instituição foi fundada em 1922, no Rio de Janeiro, com o objetivo de oferecer cursos com duração de três meses para oficiais e sargentos

³⁸Salientamos que outras iniciativas que visavam à formação foram realizadas antes daquelas instituições que trataremos neste estudo, no entanto, a escolha pela Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), a Divisão de Educação Física (DEF) e a Escola Nacional de Educação Física (ENEFD) deve-se ao fato dessas instituições alçarem uma proposta de currículo de formação em nível superior e iniciativas que encorparam o movimento para regulamentar a Educação Física enquanto profissão, nas áreas da educação e da saúde.

³⁹Bruschi (2019) destaca que podemos interpretar a iniciativa de criação do CMEF como um meio de formalizar e sistematizar o ensino da Educação Física no país, através de empreendimentos que visavam atender às necessidades do sistema educacional brasileiro naquela época.

para que estes atuassem como instrutores de educação física nos corpos de tropa. Porém, segundo Melo e Nascimento (2000), somente em 1929 houve, de fato, sua instalação, através da realização do primeiro curso provisório de formação, que preparou professores para atuarem em escolas públicas da região. Além dos militares, alguns poucos civis também foram formados por esta instituição⁴⁰. Segundo Melo (1996), a turma de militares formada neste curso é reconhecida como a primeira turma diplomada por instituição oficial no Brasil (MELO, 1996).

No mesmo ano, em 1929, houve a proposição de um anteprojeto de lei encabeçado pelo Ministro da Guerra, general Nestor Sezefredo Passos⁴¹. Trata-se de um documentado que determinava que a educação física deveria ser praticada por todos os residentes do Brasil e, ainda, tornava obrigatória sua prática em todos os níveis e estabelecimentos de ensino⁴². Dessa forma, a demanda de profissionais para atuar na área aumenta consideravelmente, colocando o CMEF como epicentro da formação naquele momento. Porém, críticas a este documento foram propostas pela Associação Brasileira de Educação (ABE), por entender que o ensino da educação física não poderia se resumir a instrução física militar (LUCENA, 1994; LINHALES, 2006). Observa-se um movimento dos militares em ampliar os lugares de prática da Educação Física, a partir do início da formação de professores, predominantemente no âmbito militar e com a publicação do anteprojeto, ambos em 1929. O governo passa, então, a investir na inserção da Educação Física (neste caso, o método ginástico francês) em diferentes âmbitos do ensino. Deste modo essa é materializada como uma das dimensões importantes na formação do novo homem, assim como proposto por Herbert Spencer.

Nesse movimento, vale ressaltar a indicação de Linhales (2006) a respeito do envolvimento da Associação Brasileira de Educação (ABE) em um debate sobre o conteúdo que deveria compor a Educação Física, uma vez que no anteprojeto não estava clara uma definição para a mesma. Um intenso debate entre a ginástica, de inspiração europeia, e o

⁴⁰ A formação oferecida aos civis era limitada e mediante contribuição mensal. Houve um curso de emergência oferecido pela EsEFEx em parceria com a DEF que forneceu professores civis para atuarem nas escolas. Este curso será detalhado a frente.

⁴¹ Nestor Sezefredo Passos (1872-1941) foi um militar de carreira, designado general de divisão, presidiu a Comissão de Educação Física e exerceu a função de Ministro da Guerra no período de 1926 a 1930. Sua patente “general de divisão”, está no escalão mais alto do Exército Brasileiro, sendo considerado Oficial General, indicando sua grande projeção no cenário nacional.

⁴² O investimento dos militares na institucionalização da Educação Física em nosso país é revelador dos objetivos para esta área do conhecimento em território nacional, evidenciando o nacionalismo e apostando na Educação Física enquanto construtora de uma ética nacional. Fato que acaba por influenciar sua propagação nas escolas, diretamente relacionada à visão dos militares, uma vez que tal prática já estava consolidada no interior da instituição militar.

esporte, de contribuições norte-americanas, estava em voga nos anos finais da década de 1920. Com a instituição do governo de Getúlio Vargas, em 1930, esse debate é desconsiderado ao oficializar-se o método francês como conteúdo da Educação Física que deveria ser ensinado nas escolas⁴³.

Dessa forma, em 1930 é publicado o *Regulamento Geral de Educação Física* ou *Regulamento n°7*, que determina a adoção do método ginástico francês, até que se criasse um método nacional de educação física (CASTRO, 1997; SOARES, 1994). A adoção deste método implicava, necessariamente, no tipo de formação que seria oferecida no CMEF uma vez que o ensino da educação física, neste momento, resumiu-se na aplicação do método ginástico francês. O objetivo do CMEF passa a ser “dirigir, coordenar e difundir o novo método de educação física e suas aplicações desportivas” (MARINHO, 1952, p. 137). Os instrutores, formados nesse CMEF passam a ser, então, alocados no sistema escolar para concretizar a disseminação do método francês. A Educação Física escolar assume “através do conteúdo e da forma como ele é apresentado, através das características dos papéis desempenhados pelos instrutores e alunos, os códigos/símbolos/linguagens/sentido da instituição militar” (BRACHT, 1992, p. 20), ao levar para dentro dela mais do que o método francês, mas também os seus aplicadores, por vezes, militares.

Parece que a oficialização do método Francês, a partir de 1930, vai influenciar na organização do Centro Militar de Educação Física. Ocorre uma atualização e ampliação dos currículos de formação e dos objetivos enquanto instituição de ensino (SOEIRO, 2003), transformando-se na *Escola de Educação Física do Exército*, compondo um cenário onde o “Exército agia no sentido de manter sua influência e reafirmar seus pontos de vista” (MELO; NASCIMENTO, 2000, p. 6). Abaixo, trazemos o decreto de criação da EsEFEx para entendermos as diretrizes sob as quais esta instituição se consolidou:

⁴³ Reconhece-se o protagonismo da ginástica sobre o esporte, enquanto conteúdo da Educação Física pelo menos perante as prescrições oficiais neste dado tempo histórico. Apesar de, na prática, entre essas esferas políticas e teóricas e a experiência concreta haver um dado distanciamento, uma vez que o esporte era visto como uma alternativa usual nos momentos de Educação Física na escola e fora dela.

Quadro 1 – Decreto-lei nº 23.252 da criação da Escola de Educação Física do Exército

DECRETO N. 23.252 – DE 19 DE OUTUBRO DE 1933

Cria a Escola de Educação Física do Exército e dá outras providências

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 1º do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Escola de Educação Física do Exército (E. E. F. E.), com sede na Capital Federal, pela transformação do atual Centro Militar de Educação Física.

Art. 2º A Escola terá como objetivos: a) proporcionar o ensino do método de Educação Física regulamentar; b) orientar e difundir a aplicação do método.

Parágrafo único. Para êste fim: a) formará instrutores e monitores de educação física, mestres de armas e monitores de esgrima; b) proporcionará aos médicos especialização em educação física; c) formará massagistas desportivos; d) fornecerá aos oficiais, em geral, os conhecimentos indispensáveis à direção da educação física e da esgrima; e) formará, eventualmente, para fins não militares, instrutores e monitores de educação física, recrutados no meio civil; f) incrementará a prática da educação física e dos desportos; g) estudará as adaptações a serem introduzidas no método, submetendo-as à apreciação do Estado-Maior do Exército; h) manterá correspondência com os institutos congêneres nacionais e estrangeiros.

Art. 3º A Escola ficará diretamente subordinada ao Estado-Maior do Exército.

Art. 4º A Escola terá a organização decorrente das finalidades previstas nesta lei.

Art. 5º O comandante da Escola será oficial superior combatente, com o Curso de Educação Física ou que se tenha especializado no ensino, na organização ou na direção da Educação Física. Será nomeado por decreto. Os demais oficiais serão nomeados pelo Ministro da Guerra, mediante proposta do comandante.

Art. 6º Fica criado o certificado de Educação Física.

Art. 7º A partir de 1940 (inclusive) deverão apresentar o certificado de educação física, adequado às suas condições fisiológicas, além dos documentos exigidos por lei: Os candidatos aos Cursos e às Escolas de formação de oficiais e sargentos das Armas e Serviços do Exércitos e aos empregos civis, de concurso, do Ministério da Guerra.

Art. 8º A partir de 1912, inclusive, serão exigidos os certificados de dois anos consecutivos, no mínimo de prática de Educação Física a todos os candidatos referidos no artigo anterior.

Art. 9º A partir de 1937, inclusive, os alunos das Escolas Militar, de Aviação de Intendência, de Veterinária, dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva, dos Colégios Militares, bem como dos cursos de formação de sargentos das Escolas de Armas, só poderão ser promovidos de ano ou obter aprovação final de curso si obtiverem o certificado de Educação Física adequado às suas condições fisiológicas.

Art. 10. O certificado de Educação Física exigido nos artigos anteriores, poderá ser obtido nos Corpos de Tropa, nas Escolas e Colégios Militares, nas Escolas de Armas e Serviços, nas Escolas de Instrução Militar, nos Tiros de Guerra, nos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva e nas Escolas de Instrução pre-militar.

Parágrafo único. O diploma de monitor da Educação Física substitui o certificado para os efeitos do Presente decreto.

Art. 11. O ensino da Educação Física nos Tiros de Guerra e nas Escolas de Instrução Militar será iniciado para os efeitos do presente decreto, desde que os respectivos instrutores tenham o curso de Educação Física desde 1933.

Art. 12. Os instrutores dos Tiros de Guerra e das Escolas de Instrução Militar deverão ficar habilitados com o Curso de Educação Física, no prazo de quatro anos, a contar da publicação do presente decreto, tornando-se obrigatória a matrícula dos mesmos na Escola de Educação Física desde 1934. O sargento reprovado nesse curso, será destituído das funções de instrutor e substituído por outro que satisfaça as condições de instrutor militar e monitor de Educação Física.

Os sargentos do quadro de instrutores, reprovados, serão transferidos para o quadro ordinário.

Art. 13. Na Escola de Educação Física do Exército será permitida a matrícula de civis, para os fins do art. 2º, parágrafo único, letra e, mediante uma contribuição mensal, desde que se sujeitem integralmente aos regulamentos em vigor.

Art. 14. A partir de 1940 (inclusive) só serão admitidos ao exame para obtenção da caderneta de reservista nos Tiros de Guerra e nas Escolas de Instrução Militar, os alunos que tiverem sido previamente aprovados no exame de educação física, recebendo o respectivo certificado.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1933, 112º da Independência e 45º da República.

Fonte: BRASIL (1933)

Como se pode observar no artigo 2º, a EsEFEx é taxativa ao indicar seus objetivos: “a) proporcionar o ensino do método de Educação Física regulamentar; b) orientar e difundir a aplicação do método. ” Em um primeiro momento, salientamos que o método de Educação Física regulamentar diz respeito ao Regulamento Geral ou Regulamento nº7 da escola de Joinville-le-Point, o qual ganhou uma versão brasileira, cujo conteúdo era o método ginástico francês. Dessa forma, percebemos que a escola formará pessoas capazes de aplicar esse método, de ensiná-lo, ou seja, outros conteúdos em voga, como o esporte, são desconsiderados. Em um segundo momento, fala-se na orientação e difusão do ensino-aprendizado de um único método de educação física. Esse objetivo materializa-se na forma de oferecimento de cursos de emergência para capacitar professores/instrutores/monitores e, também, no fomento da criação de escolas de formação em outros estados. Escolas estas, que seguiriam o projeto de formação de professores defendido pela EsEFEx, disseminando o método francês como modo de fazer Educação Física.

O estudo de Cassani (2018, p. 69) aponta para uma “pretensa obra de ‘militarização’ do Exército, no campo educacional”; fato que nos mostra como os objetivos do oferecimento de formação profissional na EsEFEx para atuação em meio civil respondiam, primeiramente, aos princípios de instituição de origem: o Estado Maior do Exército.

Destaca-se também o Artigo 6º, onde cria-se o certificado de Educação Física. Ao contrário do que se possa imaginar, o certificado não tem relação com o documento emitido a partir da conclusão do curso de instrutor/monitor de educação física. Na verdade, trata-se da comprovação de que determinado sujeito cumpriu um período de prática de educação física, acordado em dois anos segundo o decreto. Este certificado, exigido ao candidato aos cursos oferecidos na instituição, indica que além de saber as diretrizes do método, o monitor deveria estar plenamente preparado para sua execução. Essa exigência estendia-se a outros ramos das Forças Armadas, como se observa no artigo 9º, independentemente do exercício ou não da

função de instrutor ou monitor de educação física, caracterizando a importância das condições físicas para a instituição militar.

Para Nóbrega e Secco (2016), a EsEFEx tem um papel fundamental na consolidação e racionalização do ensino superior na área da educação física, sendo considerada por alguns autores como “berço do ensino metódico e racional da educação física no Brasil”, o que nos mostra como a questão era tratada com afinco pela instituição militar:

Assim, pois, a Escola de Educação Física constitui uma aquisição honrosa para o patrimônio moral e cultural do exército, aumentando-lhe o conceito, já grande, que desfruta no seio do povo brasileiro, pelo interesse absorvente que tem dispensado e dispensa a todas as causas do país entre as quais se destaca vivamente a causa da Educação Física. (ABREU, 1933, n.7, p. 1)

A criação da EsEFEx permeia o projeto de formação da nação que o exército brasileiro sustentava nas décadas de 1930 e 1940. Para ser do exército, era preciso ser forte, e, na perspectiva de Pinto (1942), não havia ninguém melhor para preparar esse corpo forte e saudável para o exercício de suas funções perante a pátria, que os próprios técnicos e instrutores formados pela Escola de Educação do Exército, pois reuniam “todos os conhecimentos científicos e práticos exigidos pela experiência”. Para o autor, o lugar que melhor abrigaria esse discurso/projeto de formação do corpo através do movimento/ginástica/educação física e que reuniria o maior número de jovens em um mesmo momento, é a escola. Por essa razão, ainda segundo Pinto (1942, p.1), o papel de formação docente desempenhado pela escola do exército é fundamental, uma vez que

A Educação Física representa a melhor aprendizagem, digamos, pré-militar. De sorte que, controlando, por meio de instrutores criteriosamente formados, o desenvolvimento muscular da mocidade, o Exército contribui para o aperfeiçoamento de nosso *padrão-homem*, e, ao mesmo tempo, prepara os seus futuros soldados. Como organização, repito, a Escola de Educação Física do Exército é deveras exemplar. Creio que não há outra igual em parte alguma. (PINTO, 1942, ano 10, n. 52, p.1, *grifo nosso*)

Reforça-se que a criação da Escola de Educação Física do Exército está conectada com outras ações de consolidação do campo da Educação Física. Lucena (1994) aponta que a Reforma Francisco Campos, através dos decretos nº 19.890 de abril de 1931 e nº 21.241 de abril de 1932, regulamentou o ensino secundário e inseriu a Educação Física como obrigatória para todas as classes. Havia um terreno fértil para o crescimento da Educação Física enquanto área de formação, o que faz com que a formação de professores seja inserida como necessidade do momento.

O governo federal, em 1937, planejava ampliar a atuação da Educação Física, fato que vem a acontecer em novembro daquele ano, quando a Educação Física é introduzida nos diferentes níveis de ensino do país, através da Constituição Federal. A tarefa de organizar a formação de professores foi definida também em 1937, quando através do decreto-lei nº378, de 13 de janeiro de 1937, criou-se a Divisão de Educação Física (DEF), vinculada ao Ministério da Educação e Saúde.

Essa instância do Ministério da Educação e Saúde nasce com a função de intensificar a formação de professores de Educação Física. Dirigida pelo capitão João Barbosa Leite⁴⁴, seu propósito central era regulamentar e sistematizar o processo de formação a partir de 1937, ano de sua criação, além de contribuir para que esta fosse feita da melhor maneira possível. Dessa forma, as escolas “em funcionamento ou que viessem a funcionar, deveriam primeiro solicitar a autorização para tal e depois o seu reconhecimento, além de serem periodicamente inspecionadas” (MELO; NASCIMENTO, 2000, p. 8).

Melo (1996) destaca a importância da DEF no sentido de legitimar a educação física enquanto única disciplina que contava com um órgão próprio destinado a ela no âmbito governamental⁴⁵, além de efetuar de forma exclusiva o registro do professor de educação física. Ferreira Neto (2008), referindo-se à criação da DEF e à indicação de Barbosa Leite para direção, diz que esses acontecimentos são indicativos da forte e duradoura relação entre os militares e a educação física.

A DEF foi responsável por empreender rigorosa fiscalização nos estabelecimentos de ensino, a fim de garantir a disseminação do método ginástico francês. Como este método foi regulamentado como oficial para todas as escolas, inclusive naquelas de nível superior até que se criasse um método nacional, a DEF garantia a sua efetiva adoção (CASTRO, 1997).

Como marco importante na trajetória da DEF ainda na década de 30, podemos citar o *curso de emergência* oferecido em parceria com a EsEFEx, e que formou 165 professores de educação física e 78 médicos especializados⁴⁶. A profissionalização dos docentes havia sido reforçada e a presença dos leigos no ensino da educação física diminuía a passos largos: no

⁴⁴ João Barbosa Leite foi major do Exército Brasileiro, diretor da Divisão de Educação Física, instrutor de educação física na Escola de Sargentos da Infantaria, considerado como um dos primeiros a ministrar educação física sistematizada no país (GRUNENVALDT, 2006).

⁴⁵ Este fato, segundo Melo (1996), gerou críticas por distanciar a Educação Física de outras licenciaturas e, conseqüentemente, de outras disciplinas no âmbito escolar.

⁴⁶ Chamamos atenção aqui, para a influência médica na educação física, além daquela exercida pelos militares.

ano de 1939 este número representava 50,8% do corpo docente, em 1941 representavam apenas 36,3% (CANTARINO FILHO, 1982).

Já na década de 40, outro importante feito marca a história da DEF – a criação de concursos, como o *Concurso de contribuições para o Método Nacional de Educação Física*, que demonstra as incessantes tentativas de uniformização da Educação Física no Brasil por parte das instituições ligadas oficialmente a ela. Inezil Penna Marinho, personagem fundamental para a consolidação do campo da Educação Física no Brasil, aparece mais uma vez nessa história, pois venceu um dos concursos promovidos pela DEF⁴⁷, apresentando o trabalho *Contribuição ao futuro método nacional de Educação Física* (CASTRO, 1997), no qual defendia que um método para ser nacional, não deveria ser rígido, mas sim “flexível, moldável às peculiaridades de cada região ou população, demonstrando uniformidade e não uniformidade de ideias” (MARINHO, 1945, p.61), e assim atender aos interesses nacionais. Ou seja, aos “consumidores” estaria facultado o direito de efetuar operações (CERTEAU, 1994) para atender às suas especificidades.

A mobilização para a adoção de um método nacional de Educação Física suscitada pela DEF vai além da promoção de concursos, sendo muitos os esforços empreendidos nesse sentido. Algumas conferências sobre a concepção do método nacional foram realizadas por professores ligados à DEF, com o objetivo de uniformizar o entendimento da proposta. Isso deve-se ao fato desta organização acreditar que não é possível uma única pessoa ou instituição “fabricar” este método e, “se assim não for, jamais poderá receber o nome de ‘nacional’” (MARINHO, 1945, p. 73). O grande comprometimento da DEF com a criação deste método pode ser constatado na citação abaixo:

Difícil se torna, pois, negar os esforços que a Divisão de Educação Física vem envidando há um lustro no sentido, não de fazer o “Método Nacional de Educação Física”, mas de acumular material que permita meditar sobre o assunto, amadurecê-lo bastante, debatê-lo suficientemente, ouvir a opinião de muitos, colher as observações de cada um, basear-se nas experiências dos investigadores e incentivar os estudiosos do problema por quaisquer meios e formas, de modo que todos se empenhem neste trabalho gigantesco, que será o futuro “Método Nacional de Educação Física” (DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945, p. 71, *grifo do autor*)

⁴⁷Mais do que um contribuinte para o planejamento de um método nacional de Educação Física, Inezil Penna Marinho foi chefe da seção técnico-pedagógico da DEF. Relatórios de atividades anuais apresentados à DEF são reveladores do compromisso de Marinho com suas funções laborais, uma vez que sempre acumulava funções para “desafogar” o serviço daquele órgão governamental.

A criação da Divisão de Educação Física fez surgir novas possibilidades para a formação em educação física que, até então, estava circunscrita às determinações propostas pela instituição militar. Apesar de sua instalação recente, no ano de 1938, a DEF já havia concluído seu plano de ação, onde “constava a construção, criação, instalação e funcionamento da Escola Nacional de Educação Física e Desportos” (MELO, 2007, p.1).

Dessa forma, ocupando uma posição central no desenvolvimento do campo da Educação Física no Brasil, constituindo-se como *escola padrão*, foi criada a Escola Nacional de Educação Física (ENEFD) pelo decreto-lei nº 1.212 de 17 de abril de 1939 (MELO, 1996; 2007). Este decreto trouxe, ainda, determinações sobre o exercício da profissão Educação Física nos estabelecimentos de ensino, tornando obrigatório o porte de diploma – emitido por instituição de ensino superior reconhecida pelo governo federal –, para o professor, a partir do ano de 1941. Organiza-se, ainda mais, o campo de formação de professores no Brasil.

A finalidade da Escola, segundo o decreto, era: “a) formar pessoal técnico em Educação Física e desportos; b) imprimir ao ensino da Educação Física e dos desportos em todo o país, unidade teórica e prática; c) difundir, de modo geral, conhecimentos ligados a Educação Física e aos desportos; e d) realizar pesquisas sobre a Educação Física e desportos, indicando os métodos mais adequados à sua prática no país” (BRASIL, 1939).

Percebemos que o tipo e os objetivos da formação pleiteada pela ENEFD, ampliaram a atuação do profissional da Educação Física. Sua criação advém da necessidade de imprimir cientificidade e teorias ao professor, como podemos notar no trecho abaixo:

[...] não basta que se faça leis e regulamentos dispondo sobre a prática da educação física nas escolas, nem que nestas se montem estádios, ginásios, piscinas e outras instalações próprias àquela modalidade de educação. É preciso também e, sobretudo, que existam professores, não professores quaisquer, improvisados no preparo e errados no saber, pois estes, ao invés de aprimorar a infância e a juventude com a educação física, com essa não raro se leva a deformação ou a lesão irreparável, mas ao contrário, professores instruídos possuidores da ciência e da técnica dos exercícios físicos, e capazes de os empregar como meios eficientes de melhorar a saúde e dar ao corpo solidez, agilidade e harmonia (CAPANEMA, 1939 *apud* MARINHO, 1952, p. 51)

Dessa forma, a Educação Física começa a passar de uma formação restrita, que formava instrutores que se limitavam a saber sobre a aplicação de um único método; para outro momento, onde observa-se o aprofundamento, na qual a pesquisa, os desportos e a ciência passam a ser elementos fundamentais da formação do professor de Educação Física. Entende-se com isso, que a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, sendo a primeira

instituição de formação de professores civis no país, marca a transição entre o momento de “constituição” para “consolidação” do campo da Educação Física no país. O estudo de Ferreira Neto (1999) sustenta a hipótese de que a abertura de uma escola civil não significaria, necessariamente, a desmilitarização da área, uma vez que a rotina mantida na ENEFD se assemelhava a de um quartel. No entanto, consideramos que sua criação abriu portas para um posterior distanciamento, apesar do processo de formação incorporar muitos elementos e sujeitos de uma formação militar.

A rotina diária começava com as formaturas matinais onde, invariavelmente, observavam-se aspectos de ordem unida e comandos no modelo dos quartéis, o hasteamento da bandeira e o cantar do Hino Nacional. Logo após, era lida a ordem do dia, por parte da direção da Escola, e a palavra do dia, sempre a cargo de um professor, procedimentos também flagrantemente de rotina na ordem militar. A formatura não era obrigatória somente para alunos, como também para professores e funcionários (MELO, 1996, p.41)

A influência militar vai além da infraestrutura. Melo (1996) aponta que grande parte do corpo de professores da ENEFD advinha da Escola de Educação Física do Exército e que esta escola era inspirada nos moldes estruturais da EsEFEx, além de seus diretores (da criação, em 1939, até o ano de 1948) que também eram militares. No entanto,

Depois de alguns anos sendo conduzida sob a liderança de militares, momento que corresponde ao Estado Novo no âmbito nacional, quando o padrão de formação profissional se confundia com a preparação de um cidadão segundo os padrões desejados por aquele regime de exceção, os médicos assumiram a direção da ENEFD [...] e passaram a implementar iniciativas cada vez mais substanciais no sentido de conduzi-la a ocupar seu papel de Escola-Padrão (MELO, 1996, p. 34)

O quadro de docentes da ENEFD é indicativo da presença dos médicos, que revezam a função de ensinar com os militares, além de ex-atletas/praticantes de modalidades esportivas. Melo (1996) salienta que uma análise deste quadro nos permite inferir que sob responsabilidade dos médicos, estava a condução de disciplinas ligada à teoria (como anatomia e fisiologia); já as disciplinas majoritariamente práticas (como esportes e lutas), ficavam a cargo dos militares.

A presença dos médicos na academia é ratificada por Grunennvald (1997), ao afirmar que a medicina, pautada essencialmente na fisiologia, anatomia, psicologia e higiene, era vista como a oportunidade de conferir cientificidade ao campo da Educação Física, já que tais conhecimentos estavam muito emergentes na sociedade das décadas de 30 e 40. Ferreira Neto (2005) complementa ao indicar que neste período a Educação Física estava em busca de um

conteúdo que lhe conferisse caráter científico, a fim de firmar sua base epistemológica, o que acaba, obviamente, por influenciar no amplo oferecimento de disciplinas formativas que atendam às ciências em voga.

No momento da criação ENEFD, outras possibilidades formativas já estavam sendo pensadas no âmbito da Educação Física brasileira⁴⁸, no entanto, o que confere a ENEFD um grau de importância perante as demais iniciativas, refere-se à sua vinculação com uma universidade – a Universidade do Brasil (GRUNENVALD, 1997). Essa representatividade deve-se também ao fato dessa escola oferecer cinco modalidades de cursos: a) curso superior de Educação Física; b) curso normal de Educação Física; c) curso de técnica desportiva; d) curso de treinamento e massagem; e) curso de medicina da Educação Física e dos desportos.

Os cursos de formação contavam com um período maior de formação do que aqueles oferecidos pela EsEFEx, sendo de 2 anos para o curso superior de Educação Física e um ano para as demais possibilidades formativas apresentadas (BRASIL, 1939). A organização curricular também suscitava cuidados, uma vez que, por ser uma *escola-padrão*, instalada na então capital do país, teria seus moldes reproduzidos por escolas de formação com instalação futura em outros estados.

A duração dos cursos e os requisitos para ingresso na ENEFD eram alvos de constantes críticas devido à discrepância em relação a outros cursos superiores. Melo (1996) aponta que para ingressar no curso de educação física, o candidato deveria apenas ter cursado o secundário fundamental⁴⁹, enquanto outros cursos demandavam também, o secundário complementar. A esse infortúnio, soma-se o fato de que a escola nem mesmo tinha uma sede própria, utilizando-se de instalações de outra instituição.

De qualquer forma, a instalação da ENEFD foi uma grande conquista para a Educação Física no meio civil, por possibilitar o ingresso de membros da sociedade, desvinculando, pela primeira vez, a disciplina Educação física da instrução física oferecida pelos militares.

Os esforços envidados pelas instituições aqui discutidas fizeram surgir, portanto, um terreno fértil para a formação de professores de Educação Física no Brasil, que foi alimentado por um movimento que continuamente pensava possibilidades formativas para a área.

⁴⁸Podemos citar a Escola de Educação Física da Marinha, criada em 1925, iniciativa voltada para a formação de pessoal para atuar com a ginástica na Marinha do Brasil; e o Curso de Educação Física oferecido pelo Departamento de Educação Física do Estado do Espírito Santo, em 1931, que destinava professores estaduais para atuar com a ginástica nas escolas (CANTARINO FILHO; DACOSTA, 2006).

⁴⁹ Ao ensino secundário fundamental corresponde à segunda metade do Ensino Fundamental e ao secundário complementar corresponde o Ensino Médio.

Significativas também, foram as contribuições europeias para a consolidação do campo no país, visto que foi a partir do conciso debate pautado na educação do corpo que já estava circulando por lá, que esforços foram empreendidos para a gestação de uma Educação Física por cá.

Todo esse campo de debate sobre a necessidade da Educação Física e as ações desenvolvidas em prol da formação de professores encontrou lugar de circulação nos periódicos especializados da época. Debate que achou na imprensa não apenas um espaço para sua divulgação, mas, também, uma aliada na busca por sua consolidação.

Dessa forma, compreende-se a *Revista de Educação Física* como um importante dispositivo na busca pela consolidação da área, de modo que, ao divulgar a Educação Física – seja na forma de sua exibição, seja na forma de ensino – contribuiu para a organização do campo a partir da vulgarização dos conhecimentos requisitados na formação.

Assim, acredita-se que, conforme essa discussão foi se materializando nas páginas do periódico, esse, por sua vez, se organizou para dar conta do seu objetivo enquanto imprensa de ensino, por meio da veiculação de suas práticas, da divulgação e propaganda de cursos e instituições que foram se afirmando no cenário, e da veiculação de reportagens que embasavam cientificamente a prática profissional na Educação Física.

Para compreender como se deu este processo, no próximo capítulo analisam-se as formas de organização do periódico, permeado por escolhas políticas e os conteúdos requisitados a partir do debate da formação.

3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA REVISTA (1932-1942): periódico como objeto de estudo

A imprensa periódica de ensino especializada em Educação Física está presente no Brasil desde a década de 30 (FERREIRA NETO, 2005). A utilização dos impressos nas pesquisas em Educação e Educação Física tem apresentado um grande potencial no campo da historiografia dessas áreas. No entanto, os investimentos dos pesquisadores em problematizar os periódicos têm sido percebidos mais no sentido de analisá-los como fonte e, em menor escala, como objeto de estudo, o que acarreta algumas consequências⁵⁰.

Galvão e Batista (2003, p.15), ao estudarem os livros escolares de leitura no Brasil⁵¹, alertam para a importância de enxergar nas fontes, um profícuo *objeto* de estudo. Neste sentido, os autores buscam formas de analisá-las além de sua transparência, interpretando “seu processo de produção, sua circulação e uso, seus efeitos”. Dessa forma, torna-se possível entender como os condicionantes técnicos, econômicos, pedagógicos e sociais influenciam nas formas de consumo deste tipo de literatura, além de se configurar como importante ferramenta para situar as fontes em um contexto mais panorâmico, sem perder o caráter descritivo.

Assim, estudar os periódicos enquanto *objeto* de estudo significa analisar sua circulação, suas estratégias editoriais, quem era o leitor visado, suas vinculações ideológicas, entre outras possibilidades. Diferentes estudiosos⁵² têm mostrado que estudar o periódico como objeto é central, para juntamente com seu conteúdo (como fonte), potencializar a compreensão do que ele circulava. Diante do exposto, buscamos neste capítulo entender a materialidade e a intencionalidade nas quais se inserem o periódico *Revista de Educação Física*, buscando compreendê-lo enquanto artefato permeado por fatores culturais, políticos, econômicos, sociais e educacionais, que marcam as determinadas escolhas para fazer circular tal periódico.

⁵⁰ Estudar a fonte desvinculada de sua materialidade não permite a melhor compreensão de seu potencial interrogativo. Catani (1996) indica que acompanhar o ciclo de vida de um periódico é central, uma vez que possibilita conhecer suas lutas, seu processo de produção, circulação e usos. Chartier (2002) aponta que os agentes envolvidos na produção do impresso conferem sentido à publicação.

⁵¹ Como podemos observar, o trabalho de Galvão e Batista (2003) referem-se aos livros escolares, mas como trata-se de material impresso para uso educacional, podemos transferir os princípios adotados no trato com as fontes para esta pesquisa, uma vez que também estamos lidando com fontes impressas utilizadas com fins educacionais.

⁵² Para citar alguns: Catani (1996), Toledo; Skalinski Junior (2012), Schneider; Ferreira Neto (2004), Schneider (2004).

3.1 A materialidade da Revista de Educação Física

A Revista de Educação Física foi criada em 1932, sob a chancela do Centro Militar de Educação Física (CMEF) com sede na Fortaleza de São João, Rio de Janeiro. Em 1933, o CMEF altera suas configurações de funcionamento, sendo substituído pela Escola de Educação Física do Exército (EsEFEX), que, por sua vez, muda-se para o bairro da Urca, também no Rio de Janeiro, passando então, a ser citada como órgão subsidiário na revista de número 12, ano II.

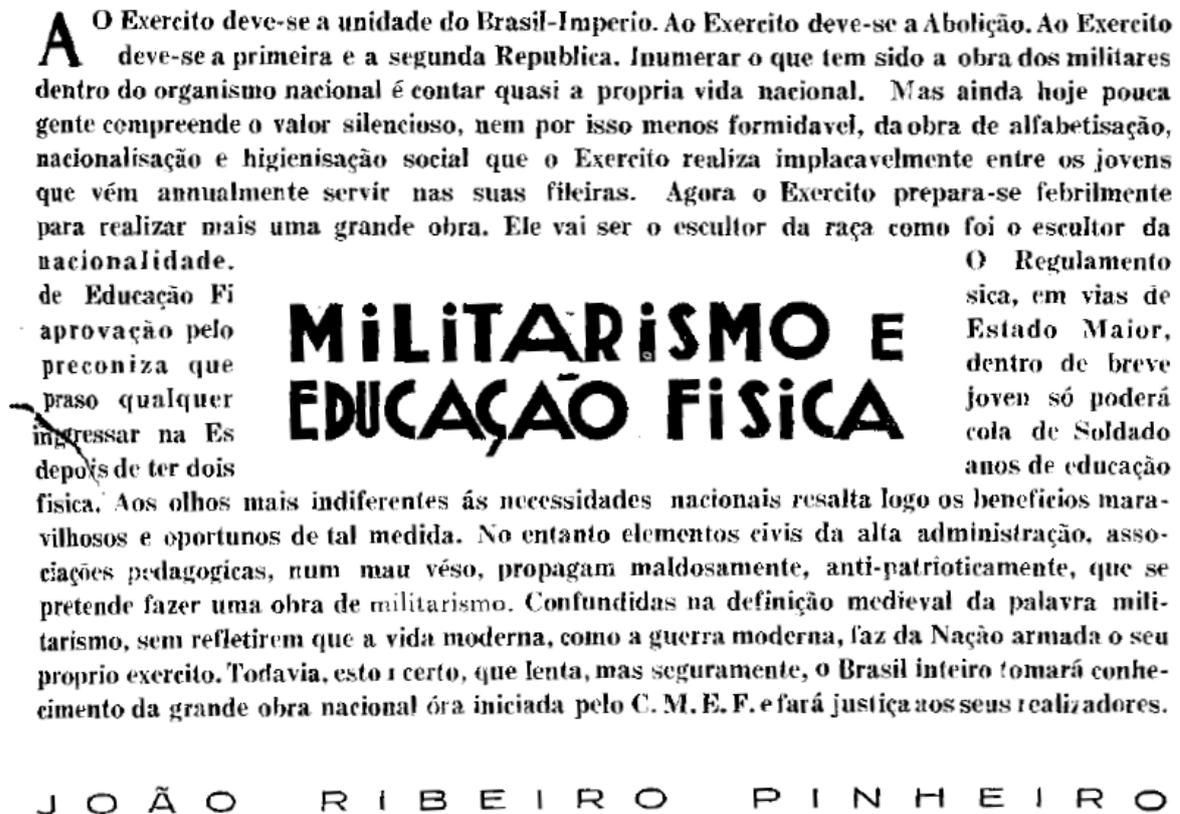
O propósito do periódico era a divulgação da causa da educação física e do Regulamento Geral da Educação Física ou Regulamento nº7 (FERREIRA NETO et al, 2003). Tal regulamento tornou obrigatório o método ginástico francês nos estabelecimentos de ensino brasileiros a partir do ano de 1931. Proposto pela escola Joinville-le-Pont e publicado em três partes, o documento constituiu um plano para a Educação Física nacional. Enquanto não se criava o método nacional de Educação Física, o método ginástico francês tornava-se oficial também para a sociedade civil, “a partir das mediações e experiências de uso realizado pelos militares na EsEFEx” (BRUSCHI, 2019, p. 24).

Como imprensa especializada em ensino, a *Revista* era responsável pela “divulgação de conhecimentos técnicos e pedagógicos relativos aos desportos em geral, do estudo da medicina desportiva, [...] e de tudo mais que possa contribuir direta ou indiretamente, para o bem da raça brasileira” (MORAIS, 1935, p.2). Logo, se o regulamento nº 7 encontrava na Revista seu lugar de circulação, não se pode deixar de observar que as teorias de uma educação do corpo também lá circulavam e encontravam na Educação Física, sua instância de materialização, como acontece com as concepções eugenistas e higienistas presente no propósito deste periódico. Como nos lembram Góis Júnior e Garcia (2011, p.249), há uma influência da eugenia e do higienismo nos periódicos especializados da área no período de 1930-1940, momento em que tais teorias estavam em ebulição no país. Os autores destacam que, também neste período, o cultivo de hábitos saudáveis e cuidados com o corpo “deveriam atingir a maioria da população, aprimorando a saúde e promovendo a regeneração social”.

O periódico também circulava mensagens de interesses governamentais e disseminava os objetivos das forças armadas para o campo da Educação Física, orientados à formação de

uma identidade nacional (GOIS JÚNIOR; MELO; SOARES, 2015), como se pode observar no primeiro editorial apresentado na revista, escrito pelo capitão João Ribeiro Pinheiro⁵³:

Figura 4 – Primeiro editorial da Revista de Educação Física



Fonte: Pinheiro (1932)

A escolha desse discurso de João Ribeiro Pinheiro, marcadamente eugenista e higienista, demonstrava como a Revista pretendia se situar e, conseqüentemente, inserir a Educação Física no cenário brasileiro, utilizando-se da “biologia, da hereditariedade e da eugenia [esperando] o melhoramento da raça brasileira” (GÓIS JÚNIOR; GARCIA, 2011, p. 252). Dessa forma, a educação física era colocada como imprescindível para o desenvolvimento educacional da nação. Imprescindível, pois, a ideia de aperfeiçoamento físico estava relacionada com aperfeiçoamento moral da sociedade, que por sua vez, relacionava-se ao momento desenvolvimentista do então governo Vargas pós 1930, com objetivo de adestramento físico. A obra de “nacionalização e higienização social” pretendida

⁵³ João Ribeiro Pinheiro foi um capitão do Exército, lotado na cidade do Rio de Janeiro. Ribeiro foi conselheiro da Associação Brasileira de Educação e dirigiu a Seção de Pedagogia do periódico *A Defesa Nacional* no ano de 1935 (SEPULVEDA, 2014).

pelo Exército, através da propagação de seus eixos doutrinários e pedagógicos⁵⁴, é reveladora da “valorização da educação física como instrumento para a incrustação dos pressupostos do ideário do governo Vargas nas várias instâncias da sociedade” (CORRÊA, 2006, p.3).

Dessa forma, percebemos que a revista encampa a formação física como importante para o surgimento do novo homem, reafirmando como fundamental o desenvolvimento físico da nação, cujo potencial curava males e ordenava os corpos física e moralmente. Schneider (2004, p. 51) refere-se à necessidade, nesse contexto, de um novo homem, o qual se constituía como aquele “preparado para uma nova sociedade mais moderna e industrializada”, destacando as atividades físicas, sobretudo as esportivas, como melhor meio para o seu preparo⁵⁵, além da intervenção tanto em aspectos intelectuais, quanto morais, constituindo-se em uma educação integral e tendo como consequência o aperfeiçoamento da raça.

Apesar da produção da revista ocorrer no Rio de Janeiro, seu alcance não se restringiu aos limites da cidade. Correspondentes pelos estados brasileiros podiam ser encontrados em Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. A circulação acontecia prioritariamente em âmbito nacional. Não foram encontrados indícios de correspondentes estrangeiros, no entanto, o periódico recebia publicações de países como os Estados Unidos, mas em sua maioria, as publicações eram originárias de países sul-americanos, principalmente da Argentina e Chile.

O periódico contava com a colaboração de militares de diferentes patentes⁵⁶ e, em menor escala, membros da sociedade civil, brasileiros e estrangeiros. No quadro dos colaboradores identificamos, sobretudo, militares com patentes de coronel, tenente-coronel, major e capitão, todas oficiais, intermediárias e/ou superiores do Exército Brasileiro, o que

⁵⁴Para Ferreira Neto et al (2003), os eixos doutrinários referem-se as grandes linhas que norteiam as práticas prescritas no Exército, que estão presentes em todas as suas manifestações em comum associação aos eixos pedagógicos, específicos de cada disciplina.

⁵⁵Outras instituições de grande projeção nacional (e até mesmo mundial), como a Associação Brasileira de Educação (ABE) e a Associação Cristã de Moços (ACM), também endossavam esta necessidade, indicando ações que buscavam a concretização da tríade formação moral-intelectual e física, onde o corpo tomava uma significativa relevância (BAÍIA, 2012),A tese desenvolvida por Linhales (2006) aponta para pontos de afinidade pedagógica entre a ABE e a ACM, no sentido de fomentar ações que visavam à formação profissional, a construção de espaços voltados para as atividades físicas/esportivas e na proposição de projetos inovadores tanto para a educação, quanto para a educação física nacional.

⁵⁶Na instituição “Estado Maior do Exército”, a ordem hierárquica de patentes corresponde à seguinte organização, em ordem crescente: *Graduados* – Soldado, Taifeiro, Cabo, 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento, Subtenente. *Oficiais Subalternos*: Aspirante, 2º Tenente, 1º Tenente. *Oficiais Intermediários*: Capitão. *Oficiais Superiores*: Major, Tenente-Coronel, Coronel. *Oficiais Gerais*: General de Brigada, General de Divisão, General de Exército e Marechal.

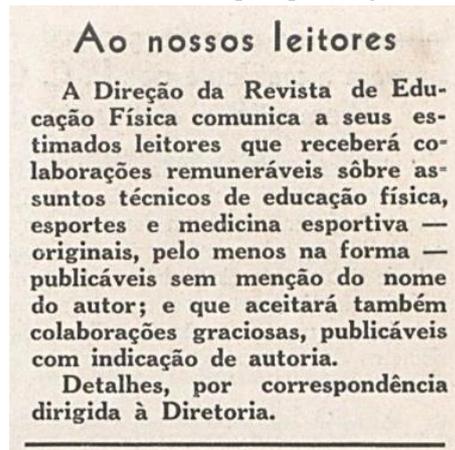
demonstra um determinado status da revista na instituição militar. Jair Jordão Ramos, Áureo Morais, Oriot B. Carvalho Lima e Inácio Freitas Rolim são alguns nomes de militares que serão abordados mais à frente.

A participação civil se dava por meio de matérias enviadas e, caso fossem estrangeiras, traduzidas para publicação. A primeira tradução encontrada na *Revista* sob o título *Higiene prática: O banho de sol* (n. 6, ano 2, 1933) foi traduzida do francês pelo tenente Ivanhoé G. Martins e sem indicação da autoria. Da Alemanha, é noticiada a matéria *Porque as crianças devem praticar a ginástica?* (n. 7, ano 2, 1933), escrita por Detlev Neumann-Neurode e sem indicação sobre quem a traduziu. A aproximação com publicações internacionais, principalmente oriundas da Europa e dos Estados Unidos, também se dava na forma de divulgação de recordes conquistados em diferentes esportes, de pesquisas sobre bioenergética realizadas na França, da preparação de atletas olímpicos na Holanda, da construção de piscinas e parques nos Estados Unidos, dentre outros.

Observa-se que ainda que houvesse um movimento de parte da intelectualidade brasileira no sentido de mobilizar esforços para a criação de um método nacional, os olhares para os Estados Unidos e para a Europa não estavam fora do foco da *Revista*. Apesar da correspondência, responsável pela distribuição do periódico, acontecer em âmbito nacional, indicando seu local de consumo, o que constava em suas páginas era marcado por diferentes conhecimentos que circulavam a partir do estrangeiro.

A participação de civis brasileiros também podia ser feita sob a forma de chamamentos públicos para publicação sobre assuntos da Educação Física (figura 5). Tais colaborações foram publicadas ora com indicação de autoria, ora sem indicação. A *Revista* não deixava claro os critérios em que se baseou para indicar ou não a autoria de determinadas reportagens e até mesmo fotografias.

Figura 5 – Chamamento para publicações



Fonte: Revista de Educação Física

A forma de venda dos exemplares acontecia por número avulso ou por assinatura, com possibilidade de envio pelos correios, sendo os pedidos feitos diretamente à diretoria da revista. O preço por número variou entre 1\$000 (mil réis) e 1\$500 (mil e quinhentos réis) entre os anos de 1932-1945⁵⁷. O cidadão que desejasse adquirir a assinatura com 12 números da revista deveria desembolsar entre 10\$000 (dez mil réis) e 15\$000 (quinze mil réis), este último, para envio. Porém, houve uma alta do preço da assinatura, anunciada na edição de número 34 (ano 5), passando para 15\$000 (quinze mil réis). No número 51 (ano 10), quando houve apenas 3 publicações, houve a diminuição de 12 para 6 números adquiridos por assinatura, porém, o preço se manteve o mesmo, de 15\$000 (quinze mil réis). A assinatura constante de seis números poderia indicar bimestralidade na periodicidade de publicação, apesar de não ser possível perceber o cumprimento de tal critério, ao observar as datas de publicação dos números. Sobre a tiragem, Ferreira Neto et al (2003), ao analisar o período de 1932-2000, indica que essa correspondeu a 2000-5000 exemplares, com indicações de distribuição gratuita. Contudo, ao analisar as fontes, não encontramos indícios que pudessem confirmar informações sobre a tiragem e forma de distribuição.

O corpo editorial assumiu uma grande rotatividade. Nas páginas iniciais de alguns exemplares é possível observar cargos que compunham o escopo da revista, onde a variabilidade maior refere-se aos cargos de diretor, secretário, tesoureiro e gerente. Na função

⁵⁷Para efeitos ilustrativos, segundo o estudo de Quadros (2016, p. 111), 1\$500 (mil e quinhentos réis) seria o suficiente para comprar, no final da década de 1930 e início de 1940, o equivalente a “quatrocentos gramas de carne de terceira”. Outro fato que poderia ter incidido no custo final de produção do periódico é apontado por Hallewell (1984) que menciona uma variação no preço do papel entre 1\$920 (mil novecentos e vinte réis) e 2\$000 (dois mil réis) por quilo, no período de 1934 a 1945.

de redator chefe, durante o período analisado, foram encontrados os seguintes nomes, que também publicavam matérias no periódico:

Quadro 2 – Redatores chefe da Revista de Educação Física (1932-1942)

Redator chefe	Período
Capitão Inácio Freitas Rolim	n.1 (ano 1) – n.28 (ano4)
Capitão Sílvio Américo Santa Rosa	n.29 (ano 4) – n.33 (ano5)
Capitão Dr. Áureo Morais	n.34 (ano 5) – n.44 (ano 6)
Capitão Antônio Pereira Lopes Júnior	n.45 (ano 7) – n.48 (ano 10)
Capitão Jair Jordão Ramos	n. 49 (ano 10) – n.50 (ano 10)
Capitão Zalmir Lócio Cavalcanti	n. 51 (ano 10) – n.54 (ano 10)
Capitão Jair Jordão Ramos	n.55 (ano 10)

Fonte: Elaboração própria

Observa-se que todos os sujeitos que assumiram o cargo de redator chefe na *Revista de Educação Física* detinham a patente de capitão, considerada como oficial intermediário no Exército, que demonstra o prestígio e engajamento que tal periódico conquistou perante a instituição. Vale ressaltar que o cargo de redator chefe tinha uma centralidade nas publicações circuladas, uma vez que cabia a ele o papel de determinar estratégias de veiculação, vinculações ideológicas e divulgação dos objetivos da *Revista* (CASSANI, 2018).

Dentre esses nomes, destacam-se o cap. Inácio Freitas Rolim e o cap. Jair Jordão Ramos, importantes personagens para a construção e consolidação da área da Educação Física. O Capitão Rolim esteve engajado em muitas ações que buscavam a legitimação da área, coordenando cursos de formação oferecidos pelo Centro Militar de Educação Física, onde dirigiu a sessão de “Pedagogia Geral e Organização”, no ano de 1929; dirigiu também a Sessão de Educação Física e Higiene da Associação Brasileira de Educação no ano de 1936, e, ainda, foi o primeiro diretor da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, ano de 1939 (LINHALES, 2006; CASTRO 1997; MELO, 1996). Nas páginas do periódico, Rolim também deixou sua contribuição com a publicação de diversas *Lições de Educação Física*⁵⁸ militares e escolares, principalmente. Outros trabalhos encontrados são: a tradução de *Football entre menores* (n. 7, ano 2, 1933), *Jogos* (n. 8, ano 2, 1933), *A educação física na casa de correção* (n. 24, ano 4, 1935) e *O tênis infantil* (n. 30, ano 4, 1935).

Jair Jordão Ramos foi capitão do Exército, muito preocupado com a preservação e a escrita das memórias da Educação Física, tendo organizado, na década de 1960, um acervo de documentos e objetos históricos em sua própria residência (GOELLNER, 2006). Na revista, no período de 1932-1942, o capitão Ramos escreveu diversos textos para a sessão *Unidade de*

⁵⁸ As *Lições de Educação Física* serão tratadas com mais profundidade no próximo capítulo.

*Doutrina*⁵⁹, além dos trabalhos *Treinamentos especiais do combatente* (n. 33, ano 5, 1936), *Impressões sobre o ensino da escola de Joinville-le-pont* (n. 34, ano 5, 1937), *Educação Física feminina* (n.37, ano 5, 1937) e *Organização de competições por equipes* (n. 45, ano 7, 1939). Para além do periódico, também publicou diversos livros. Dentre eles, destaca-se *Os exercícios físicos na História e na Arte* (1939).

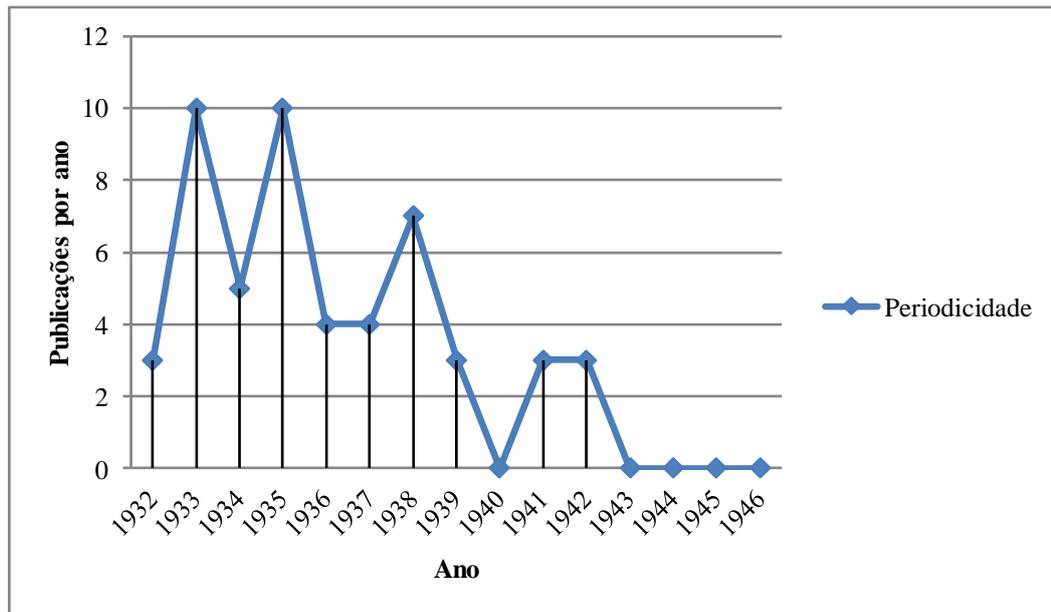
Dr. Áureo Moraes e Dr. Oriot B. Carvalho Lima foram os nomes de médicos que apareceram no período de 1932-1942, como redator chefe e gerente, respectivamente. Ambos foram instrutores na Escola de Educação Física. Dr. Oriot B. Carvalho Lima, desenvolvia trabalhos juntamente com o departamento médico da instituição. Um deles, a respeito da alimentação do atleta chegou a ser publicado na edição de número 47. Dr. Áureo Moraes publicava trabalhos sobre cinesiologia da respiração e biotipologia. A presença dos médicos na composição do corpo editorial da revista reflete a influência médica na educação física, como se pode observar em Bracht (1992). Essa influência está ancorada a um “modelo de ciência que se constituiu historicamente e se fez presente através de um conjunto de propostas que se referiram à saúde coletiva e individual” (COSTA et al, 2014, p. 274), caracterizando um projeto de formação do corpo que atendia aos princípios da higiene, principalmente.

A aproximação da classe médica com a *Revista de Educação Física* não se restringiu à ficha técnica do corpo editorial. É possível encontrar nas páginas da publicação, reportagens assinadas por médicos de grande prestígio social na década de 30. Floriano Stoffel, ocupante de uma cadeira na Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, comunicava trabalhos clínicos realizados por ele. Destaca-se ainda o médico Plínio Olinto, chefe do Serviço de Profilaxia do Hospital Nacional, que também divulgava seus trabalhos clínicos relacionados à biotipologia, hidratação, fisiologia, dentre outros temas.

Além da grande variabilidade na ficha técnica, outro fator marcante na estrutura da *Revista de Educação Física* refere-se ao seu ritmo de publicação irregular, incidindo no número de publicações de exemplares por ano. Segundo Schneider (2010, p.63), analisar o ritmo de publicação é “um dos meios para compreender como um periódico se estrutura”. O estudo de Ferreira Neto et al (2003), ao investigar o período 1932-2002, indica a existência de publicações mensais, bimestrais, quadrimestrais e semestrais. Contudo, ao focalizar o período de 1932-1942, não se observa essa periodicidade, uma vez que não há uma sistematização que permita indicar um padrão neste sentido

⁵⁹ A sessão pedagógica *Unidade de Doutrina* será tratada com mais profundidade no próximo capítulo.

Gráfico 1 – Ritmo de publicação da Revista de Educação Física no período de 1932 – 1946



Fonte: Elaboração própria

Analisando o gráfico, pode-se observar que dois períodos foram mais expressivos, em termos de números publicados: os anos de 1933 e 1935. Interrupções também são possíveis de serem identificadas: a primeira, em 1940⁶⁰ e no período de 1943 até 1947⁶¹, por conta da participação das Forças Armadas Brasileiras na Segunda Guerra Mundial (1939-1945)⁶²(CASSANI, 2018). Ainda assim, a revista mantém-se em circulação nos dias de hoje, e se configura como o periódico de maior longevidade da área da Educação Física. Para fins de melhor compreensão da periodização do impresso em questão, apresenta-se no quadro 3 a seguir, a distribuição de números por ano da revista:

Quadro 3 – Periodização da Revista de Educação Física (1932-1942)

Ano	Números
1	Nº 1 (maio/1932) – nº 3 (julho/1932)
2	Nº 4 (janeiro/1933) – nº 14 (janeiro/1934)

⁶⁰ O ano de 1940 consta como “não houve publicação” no site da EsEFEx, porém não conseguimos encontrar os motivos que levaram a esta paralisação. Entretanto Schneider (2010), ao estudar o periódico *Revista Educação Physica*, indica que no período de 1938-1941 os periódicos encontraram bastante dificuldade para circular. Sem mencionar a origem destas dificuldades, o autor sinaliza a paralisação, em 1940, da *Revista de Educação Física*.

⁶¹ Este ano não foi levado em conta na análise deste trabalho. Sua menção é para contextualizar o retorno, que, consequentemente remete à interrupção da publicação.

⁶² O corpo de colaboradores da revista era composto por militares de altas patentes do exército brasileiro. Alguns estudos (SALUN, 2012; FERRAZ, 2005; 2008) apontam que a participação dos militares brasileiros na Segunda Guerra Mundial se baseava, majoritariamente, nos trabalhos de inteligência. Fato que nos permite inferir que com a concentração de esforços na guerra por parte do Brasil, fez com que a revista ficasse desprovida de recursos humanos para sua gerência, edição e/ou distribuição, o que, consequentemente, levou à interrupção de suas atividades.

3	Nº 15 (abril/1934) – nº 18 (dezembro/1934)
4	Nº 19 (fevereiro/1935) – nº 30 (março/1936)
5	Nº 31 (maio/1936) – nº 37 (dezembro/1937)
6	Nº 38 (maio/1938) – nº 44 (novembro/1938)
7	Nº 45 (junho/1939) – nº 47 (dezembro/1939)
8	-
9	-
10	Nº 48 (setembro/1941) – nº 55 (outubro/1942)

Fonte: Elaboração própria

A volta da publicação em 1947 é comemorada na revista com um editorial publicado no número 56, escrito pelo então redator-chefe, o capitão Eulídio Reis de Sant'anna, o qual dizia:

[...] os colaboradores [da revista] trocaram o aço das penas pelo das armas e lá foram a terras estranhas lutar pela conquista de um mundo melhor. Foi necessário começar tudo outra vez, limando as máquinas, espanando a poeira dos arquivos, para fazer novamente ao Exército e a todos os que se interessam pela Educação Física, a palavra de fé e entusiasmo que nos anima, o conselho e a orientação técnica que a experiência nos outorgou (SANT'ANNA, 1947, p. 2)

Esses editoriais, publicados geralmente na segunda página de cada exemplar, permitem identificar vestígios sobre os fatores que culminaram na interrupção dos serviços da revista ou até mesmo as dificuldades encontradas para seu funcionamento. O edital comemorativo do primeiro ano de funcionamento possibilita inferir que houve intercorrências.

Figura 6 – Editorial comemorativo do primeiro ano

Um Ano de Atividade

A *Revista de Educação Física* tem, com o presente número, transposto o seu primeiro ano de existência. Existência pontilhada de sacrifícios, somente vencidos por um cáldo e puro sentimento patriótico, qual o que anima a todos os elementos votados à causa do aperfeiçoamento racial, como fundamento de todo o progresso e de todas as conquistas reservadas, no futuro, à glorificação da nossa gente.

Melhor dia do que o de hoje, pois, não poderia escolher esta *Revista* para balancear a sua atividade física em prol do ideal colimado. Assim fazendo, sente-se feliz pelo êxito da afanosa etapa já vencida, e, nos impecilhos superados, vai buscar ânimo maior para prosseguir na senda que se traçou em bem da nacionalidade e do País. Órgão de difusão técnica, tem levado aos mais longínquos Estados do Brasil os melhores ensinamentos e princípios destinados à elevação do nível de eficiência da sua especificidade; instrumento de propaganda, tem buscado sempre espalhar seu crêdo que é um hino constante de confiança nos destinos da Pátria em que a educação física terá, certamente, uma influência decisiva!

Tentando, por toda forma, criar um ambiente moral, cada vez mais propício à aceitação da sua prédica, vai exercendo um apostolado da mais subida visão patriótica. Exaltando o bem e o civismo, propiciando cultivo ao espírito, difundindo os meios científicos destinados ao desenvolvimento somático, tem-se entregado assim, com devotamento, ao excelso objetivo de cooperar no primacial dos problemas do Brasil — a Educação.

Ainda no dia do seu aniversário, quer a *Revista de Educação Física*, num preito de justiça, lembrar o quanto à *Imprensa* deve êsse êxito alcançado, pois, em inúmeros periódicos, têm as iniciativas e apêlos da E. E. F. E. encontrado a melhor acolhida e nesta o maior incitamento à sua incessante operosidade. Coerente com a sua finalidade de orientadora da opinião pública, fiel à alta relevância de sua missão social, a *Imprensa* não tem poupado esforços para nos facilitar, por todos os meios a seu alcance, a consecução do ideal que nos empolga. Assim, não pôde êste órgão da E. E. F. E. deixar sem o testemunho público da sua gratidão essa cooperação inestimável que *Imprensa* vem prestando patrioticamente ao empreendimento que absorve toda a atenção abnegada dos que mouream neste já notável educandário.

Elemento que é dessa *Imprensa*, embora pequeno, a *Revista de Educação Física*, transferindo-lhe todas as glórias que a esta cabem, ainda assim se engrandece com os louros que tradicionalmente detém a *Imprensa do País*, alcançados nas mais relevantes campanhas registadas na história política da Nação.

Saudando, pois, a *Imprensa*, por sua atuação sempre solícita e esclarecida em bem de todas as causas nacionais, a *Revista de Educação Física* assegura-lhe, neste dia tão grato, a confiança que deposita no seu apêlo sincero à Cruzada em bem da raça, convicta de que, com êsse valioso apêlo, será atingido o sagrado objetivo, em cujo prol os elementos desta *Escola* dedicam, fervorosamente, a melhor de suas atividades.

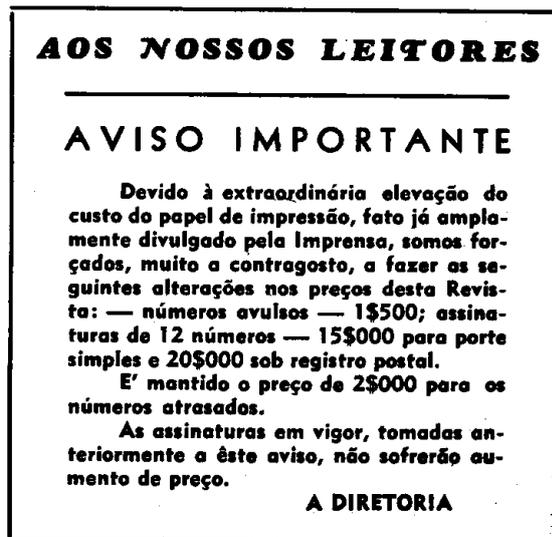
J. R. Toledo de Abreu

Fonte: *Revista de Educação Física* (1933)

Apesar de não informarem claramente quais eram essas dificuldades, a frase “existência pontilhada de sacrifícios, somente vencidos por um cáldo e puro sentimento patriótico” (ABREU, 1933, n. 12, p.1), nos indica dificuldades. Também se percebe que havia reclamações, em 1937, do preço do papel (figura 7), o que incidiria na venda e manutenção da revista. Avelar (2018), ao estudar a produção literária no Brasil, entre final do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, indica que muitas editoras precisavam realizar a impressão de seus livros em outros países, pois o alto valor de mercado do papel inviabilizava sua importação. É possível que essa mudança no tipo papel tenha sido necessária para manter o número de páginas, que se manteve constante durante o período, com uma média de 40 páginas (FERREIRA NETO et al, 2003), variando pouco. A variação mais expressiva refere-se à revista de número 33, que possui 68 páginas, devido a uma transcrição do Regulamento da Federação Internacional de Esgrima. Traduzido do francês pela Sessão de Esgrima da EsEFEx, dispunha sobre a organização de torneios, equipamentos obrigatórios de proteção, regras de combate, entre outros. A Esgrima era uma das atividades constituintes das práticas

nos quartéis, o que se confirma ao encontrar-se uma quantidade considerável a mais de páginas utilizadas para transcrição e divulgação deste regulamento no periódico⁶³. Observa-se, com isso, que ao divulgar conhecimentos da Educação Física que pudessem ser úteis a civis, o leitor visado não se restringia aos militares, a partir do momento que se percebe orientação para formação destes no exercício das práticas corporais características da instituição.

Figura 7 – Aviso aos leitores



Fonte: Revista de Educação Física, 1937, s/p

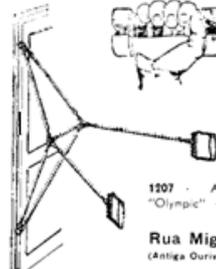
No contato com a *Revista de Educação Física* percebem-se estratégias que o periódico assumiu para sua sobrevivência. Dentre elas, a publicidade e propaganda de diversos produtos, como, bebidas alcoólicas e cigarros, materiais esportivos, seguros de vida, produtos alimentícios entre outros⁶⁴, oferecendo preços e espaços variados aos anunciantes.

⁶³Encontramos muitas reportagens que circularam na *Revista* com a tematização da esgrima, as quais trataremos melhor no capítulo 3.

⁶⁴Nos arquivos digitais da Revista de Educação Física do acervo da EsEFEx (disponível em: <<http://www.ipcfex.eb.mil.br/educacao-fisica>>), as propagandas, algumas notas e até mesmos pequenos textos, estão encobertas por um quadro branco. Fato que nos remete mais uma vez ao estudo de Galvão e Batista (2003), que sinaliza a necessidade de problematizar os acervos históricos: o que motivou esta ocultação?

Figura 8 – Publicidade e propaganda na Revista de Educação Física

CASA SPORTSMAN
RAUL CAMPOS
O MAIOR SORTIMENTO — de artigos para Football, Basket-ball, Volley, Atletismo, Tênis e bolas para Polo - Jogos de Ping-Pong, Aparelhos Sarda's e de Remar



Alteres de ferro com molas de aço
1901 e 1902 505 — 405

— Este aparelho atende de superior qualidade e fácil utilização ao melhor, mais confortável e recomendável para o desportista de todos os mundos do corpo.

1207 - Aparelhos de parede "Olympic" - 405000 e 555000

Rua Miguel Couto, 27
(Antiga Ourives) - Rio de Janeiro

REMITEM-SE CATALOGOS PARA O INTERIOR

CASA FLODA
Fundado em 1900
Schliek, Nogueira & Cia. Ltda.
Rua Ouvidor, 61 Gonçalves Dias, 67

SEÇÃO DE FLORES
Executa trabalhos artísticos para todos os fins

SEÇÃO DE PLANTAS
Oferece todas as plantas ornamentais para clima tropical e sub-tropical

SEÇÃO DE SEMENTES
Fornecer sementes selecionadas para hortas e jardins

Grandes viveiros FRUTÍFEROS
Nacionais e europeus

SEÇÃO DE JARDINAGEM
Executa e reforma parques e jardins

Casa única no gênero no país

JOALHERIA ARTIGOS FINOS PARA PRESENTES

A Esmeralda

JOALHERIA "A ESMERALDA" LTDA.
END. TELER. "ESMERALDA" R. SETE DE SETEMBRO, 166
TELEFONE 22-0829 EQ. N. BANALDO ORETIÃO
CAIXA POSTAL 429 RIO DE JANEIRO

PROTEÇÃO
onde e preciso

Num campo de batalha, a máscara seria essencial, mas no luto pelo vida, um **TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO** lhe prestará melhor serviço.

KOSMOS CAPITALIZAÇÃO S. A.
87-Rua do Ouvidor: 87 - Rio de Janeiro

ECONOMISAR E ENRIQUECER

Ouçã os Programmas especiais para AMERICA DO SUL da nova estação

PHILIPS P. C. J. - HILVERSUM-HOLANDA
ONDA 31,28 mts. QUILOCICLOS 9590

Todas às Terças feiras das 20 às 21.30: horas

MILITARES
NOVO PLANO DE FARDAMENTO
QUEPIS E CINTOS, TOPES, COCARES, EMBLEMAS, TECIDOS DE Lã, BRINS, BOTÕES, PERNEIRAS, CALÇADOS, UNIFORMES, CAPOTES E EQUIPAMENTOS
PREÇOS SEM COMPETIDOR

Magalhães, Sucupira & Comp.
FORNECEDORES DO EXÉRCITO, MARINHA, POLÍCIAS FEDERAL E ESTADUAIS

Rua I.º de Março, 125
CAIXA POSTAL 1966 - FONE 23-6216 - END. TELEG. SOÉGA
Rio de Janeiro

Fonte: Revista de Educação Física

É possível perceber o ecletismo na veiculação de propagandas, permitindo ainda, identificar que tais anúncios eram voltados para leitores membros da sociedade civil e militar. Observa-se a circulação de propagandas de diferentes naturezas: equipamentos para exercícios físicos, floriculturas, joalheria, equipamentos de proteção individual, programas de rádio e fardamento militar. Outros anúncios também são veiculados; loterias, empresas de seguro, produtos alimentícios, tecidos, produtos para o lar, entre outros, também encontram espaço para sua divulgação. Tal espaço, por sua vez, era vendido conforme tabela a seguir:

Figura 9 – Tabela de preços para anúncio na Revista de Educação Física

Tabela de Preços de Anúncios	
Capa	Rs.: — 1:000\$000
Página	" 800\$000
Meia Página	" 400\$000
Um quarto de página	" 200\$000

"PARA UMA PÁTRIA GRANDE, UMA RAÇA FORTE"

Fonte: Revista de Educação Física, 1942

A forma como o periódico circula sua publicidade influencia nos modos de organizar o texto para produzir uma leitura adequada de acordo com seu objetivo (CHARTIER, 2004). Vale ressaltar que alguns dos anunciantes eram fornecedores de materiais ou serviços para o Exército ou Forças Armadas (BERMOND, 2007)⁶⁵. Nesse sentido, analisar a publicidade torna-se central para compreensão do nosso objeto de estudo. Das propagandas circuladas na revista, aquelas que dizem respeito à bebida e ao cigarro chamaram nossa atenção.

O uso de tais substâncias era condenado perante a sociedade por trazer efeitos danosos ao corpo, além de ser considerado imoral. Diversas prescrições indicavam que ao instrutor/monitor de educação física caberia o papel de cidadão idôneo, livre de vícios; o que poderia nos levar a classificar essa publicidade como incoerente, já que o uso em excesso dessas substâncias, era combatido em nome de um corpo saudável. Spink, Lisboa e Ribeiro (2009), ao localizarem diversos estudos internacionais, apontam que o tabagismo já era associado a problemas de saúde desde o século XVII, sendo relacionado ao surgimento de doenças como o câncer, por exemplo. Ou seja, evidências da nocividade do hábito de fumar não eram escassas. O que pode, então, ter motivado a publicidade deste tipo de produto em uma revista responsável por circular os benefícios da educação física e da formação em prol de um corpo saudável?

Inspirados em Certeau (2011), que nos indica a necessidade de não analisarmos o passado com o olhar do presente, buscamos no passado, possíveis motivos que levaram à veiculação desse tipo de publicidade em um periódico especializado em ensino. Sevcenko (1998), ao analisar a presença do cigarro no século XX no Rio de Janeiro, observa uma associação com a virilidade e a elite. Neste período, a publicidade em torno do cigarro ganhava força “através de anúncios em pequenos jornais e revistas, de cartazes, ou de *jingles* no rádio” (LOBIANCO, 2018, p.27, grifo da autora), fato que pode explicar uma provável motivação financeira por trás da veiculação de algo considerado inapropriado para o professor de Educação Física. Parece que a revista, ao mesmo tempo que defendia a Educação Física e sua vinculação com a saúde, fazia escolhas que eram necessárias à sua manutenção financeira, deixando pistas que entre sua proposta de divulgar uma Educação Física que contribuísse com a formação do “novo homem” e a realidade, estratégias são construídas para a manutenção do periódico, cabendo, inclusive, vender espaço para marcas de cigarros

⁶⁵Acreditamos que ao vincular sua imagem às Forças Armadas ou Exército, esses anunciantes ganhariam credibilidade perante seus possíveis clientes, leitores da revista.

Figura 10 – Anúncios de bebida e cigarro



Fonte: Revista de Educação Física

Outro mecanismo de manutenção financeira desta revista, além da venda dos espaços para publicidade e propaganda, como vimos anteriormente, era a venda de espaços para divulgação de publicações diversas vinculadas ao campo da Educação Física, como se pode ver na figura adiante:

Figura 11 – Publicações a venda

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
PUBLICAÇÕES A VENDA	
HIGIENE APLICADA À EDUCAÇÃO FÍSICA....	2\$000
MASSAGEM CIENTÍFICA.....	2\$000
BIOLOGIA, ANATOMIA E FISILOGIA DOS GRAN- DES APARELHOS E NOÇÕES DE BIOQUÍMICA	2\$000
FICHA BIOMÉTRICA, milheiro.....	100\$000
CORRIDAS A PÉ.....	2\$700
SOCORROS DE URGÊNCIA.....	1\$000
JIU-JITSU NA DEFESA PESSOAL.....	15\$000
FISILOGIA APLICADA À EDUCAÇÃO FÍSICA..	2\$000
TRAUMATOLOGIA DESPORTIVA.....	2\$000
CARDIOLOGIA E CARDIOPATOLOGIA.....	2\$000
REGULAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1ª. PARTE	8\$000
» » » » 3ª. »	8\$000
HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA.....	10\$000
REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA :	
NÚMEROS ATRASADOS (17 A 30).....	2\$000
NÚMERO 31.....	1\$000

Fonte: Revista de Educação Física

Como dito no início deste capítulo, um dos objetivos da *Revista de Educação Física* refere-se à propagação dos conhecimentos inerentes à área. Ferreira Neto (2005) ao estudar a imprensa periódica de ensino da Educação Física, salienta que esta esforçou-se na divulgação de temas relacionados a formação profissional. Bruschi (2019) complementa ao indicar que a divulgação dessas obras nas páginas da revista, corresponde ao objetivo do Exército em colaborar com o ensino da Educação Física, bem como sua profissionalização e escolarização.

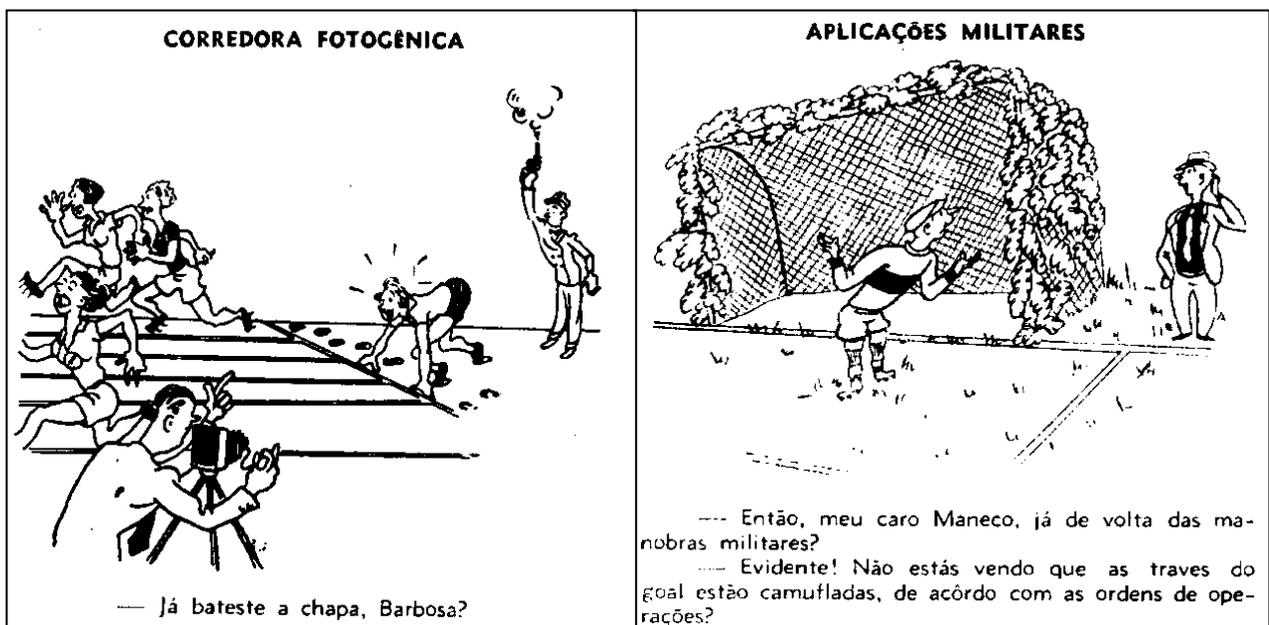
A forma como essas obras são anunciadas permite sua comparação a um “catálogo de vendas”, uma vez que para adquiri-las, o leitor deveria fazer contato direto com a *Revista*. O valor de venda também merece destaque. Publicações como “Socorros de urgência”, “Higiene aplicada à Educação Física” ou “Massagem científica” se equivalem, quanto ao preço, à compra de um número da revista. Porém, outros como “Jiu-jitsu na defesa pessoal” e “Histórico da Educação Física” possuem valores muito além daquele praticado em cada exemplar⁶⁶. Destaca-se, ainda, a venda do “Regulamento Geral da Educação Física” por 8\$000 (oito mil réis). Sendo um dos objetivos da *Revista* a sua divulgação, pode-se considerar que sua intenção também era obter lucro com a venda. Já que se tornou obrigatório nos estabelecimentos de ensino, a compra parecia óbvia por quem desejasse exercer a profissão, tanto no âmbito civil, quanto militar.

Uma particularidade do projeto editorial da revista diz respeito à “divisão” que ocorre em determinados artigos. Trata-se de um fracionamento, onde são encontrados textos que iniciavam em uma página e eram concluídos em páginas posteriores ou até mesmo nos números seguintes. Uma estratégia da revista que pode ser interpretada como um jeito de estimular o leitor a insistir na leitura ou, pelo menos, a folhear as páginas na busca de sua leitura inicial, fazendo, assim, uma vista mais completa de seu conteúdo e fomentando a compra das próximas edições. Chartier (2015, p. 36) afirma que o processo de leitura deve levar em consideração a forma que o leitor se apropria do texto, e que a construção do seu significado depende das “formas como são lidas, ouvidas ou vistas”, ou seja, talvez a fragmentação dos textos no periódico pode dificultar, ainda mais, a apropriação do texto pelo leitor. Em contrapartida, pode ser uma estratégia necessária do editor para manter o interesse do leitor e, inclusive, trazê-lo para aquisição de novos números.

⁶⁶Não encontramos elementos (autores, números de páginas e tipo de material utilizado para confecção) que permitissem inferir sobre a relevância destas obras postas à venda pela *Revista de Educação Física*.

Outra particularidade refere-se à publicação de tirinhas, charges e imagens de cunho humorístico. Moura; Borges (2009), em um estudo que analisa o discurso de identidade em tiras de humor, sinalizam para sua utilização em publicações periódicas desde o século XIX e que estas contribuem para a legitimação de determinados discursos. Da forma como aparecem na *Revista*, percebe-se sua utilização como um recurso atrativo para os leitores, tornando a leitura mais descontraída. A veiculação deste gênero textual que provoca efeitos de humor, diz de uma estratégia (CERTEAU, 1994), onde sua utilização pode estar relacionada a uma tentativa de humanizar o atleta ou o praticante de atividades físicas e, até mesmo, ironizar alguns movimentos e/ou ações esportivas.

Figura 12 – Publicações de humor na Revista de Educação Física



Fonte: Revista de Educação Física, n. 36, 1937

Outra hipótese é de que essas imagens são para alegrar o leitor, pois, como afirma Pinheiro (1932, s/p) “[...] o brasileiro é triste. O brasileiro não sabe ser alegre”. Esse tipo de publicação começa a aparecer no exemplar de n. 36 (ano 5, 1937) sob o título *O bom humor do esportista*; depois aparece sequencialmente dos números 38 a 41, porém houve uma mudança no título, passando para *Página Humorística*.

Os elementos apresentados compõem a materialidade do impresso, o que permite compreender sua representatividade, tanto pelo seu ciclo de vida prolongado (de 1932 até os dias atuais), quanto pelo engajamento em um projeto editorial audacioso. É a partir desse

conjunto de elementos que se estabelece o diálogo com os leitores/consumidores da imprensa periódica de ensino, que determinam os usos e consumo a serem feitos.

As estratégias de divulgação, proposição e apropriação dos saberes circulados pelo periódico, são reveladores de como este afirma sua importância para o campo da Educação Física em construção. Configurando-se como dispositivo que normatiza aquele conhecimento considerado próprio do professor de Educação de Física, seja para atuar na escola, seja para atuar com as práticas militares, por meio do oferecimento de sustentação teórico-pedagógica para a atuação docente.

3.2 As intencionalidades da Revista de Educação Física

Para realizar a análise enquanto *objeto* de estudo, passamos a realizar uma leitura do conteúdo das reportagens que constituía a fonte. Para tal, a fim de compreender o impresso em sua intencionalidade, apropriamo-nos dos artigos que produzem um *corpus* de saberes docentes para o campo da Educação Física que estava, então, em construção e cujo objetivo era fornecer bases para o ensino da educação física, seja na escola ou fora dela.

Os artigos foram selecionados partindo, primeiramente, da leitura dos títulos que estão disponíveis no *Catálogo de Periódicos de Educação Física e Esporte* (FERREIRA NETO et al, 2002)⁶⁷, instrumento desta pesquisa. A opção por fundamentar as análises deste item a partir dos artigos selecionados, diz respeito à busca pelos conteúdos mais fortemente vinculados à docência, requisitados como importantes no periódico⁶⁸. Para isso, foram selecionados títulos que pudessem fornecer algum elemento de prescrição para a prática docente, os quais foram organizados em dois grandes eixos: o primeiro refere-se às dimensões do conhecimento da Educação Física; o segundo, aos conteúdos que mais são requisitados nas revistas, formando assim, o *corpus* documental deste capítulo.

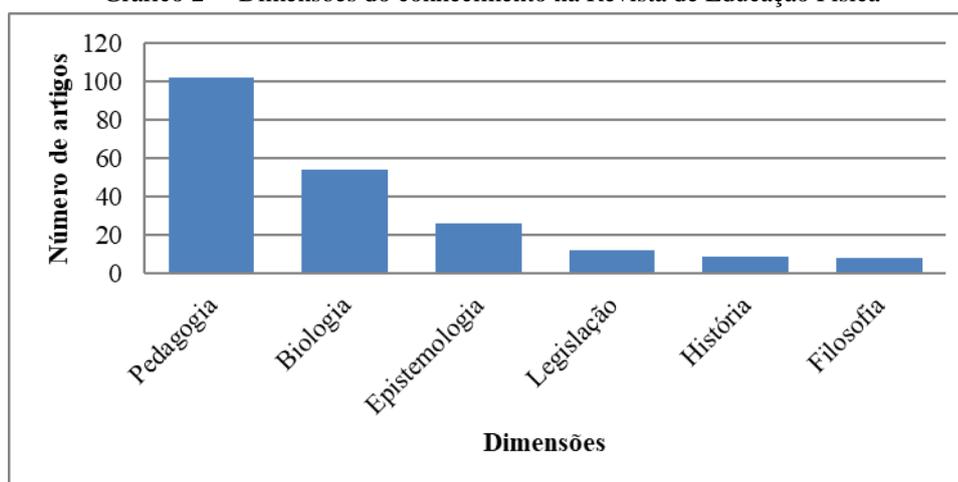
Na organização por dimensões do conhecimento na Educação Física⁶⁹, foram encontrados 211 títulos na *Revista de Educação Física*, os quais foram categorizados, conforme apresentação no gráfico a seguir.

⁶⁷Disponível em <http://proteoria.org/modules/oledrion/product.php?product_id=7>. Acesso em 16 abr. 2019.

⁶⁸ Salientamos que neste item nos concentramos apenas nos títulos dos artigos, o conteúdo e suas formas serão abordados no próximo capítulo, onde analisaremos o periódico enquanto *fonte* de estudo.

⁶⁹Essa classificação se assemelha a proposta apresentada por Ferreira Neto et al (2003), que ao estudar o ciclo de vida da *Revista de Educação Física* identificou os assuntos recorrentes no período de 1932-2002. A pesquisa

Gráfico 2 – Dimensões do conhecimento na Revista de Educação Física



Fonte: Elaboração própria

Para organização dos 211 artigos selecionados, foi considerada a ordem decrescente com que foram publicados: Pedagogia (102), Biologia (54), Epistemologia (26), Legislação (12), História (9) e Filosofia (8). A definição dessas categorias foi realizada a partir da afinidade entre os títulos primariamente selecionados a partir do *Catálogo de Periódicos de Educação Física e Esporte* (FERREIRA NETO et al, 2002).

Como “Pedagogia”, foram organizadas as matérias que destinavam seu conteúdo ao ensino da Educação Física/esporte propriamente dito em diferentes níveis e âmbitos (escolar, militar ou civil). Como “Biologia”, estão categorizadas as matérias que visam contribuir para a discussão sobre a importância dos exercícios físicos, a partir de saberes dos campos anátomofisiológicos, higiênicos e eugênicos vinculados à prática da atividade física. Como “Epistemologia”, organizou-se as matérias que tratavam da constituição do campo da Educação Física, em temas centrais para sua consolidação. Em “Legislação”, estão organizadas aquelas matérias destinadas a regulamentar a profissão. Em “História”, foram organizados os títulos que buscam apresentar elementos históricos da educação física e seus desdobramentos no Brasil e no exterior. E, por último, como “Filosofia”, as matérias que vinculam a educação física com a moral e a ética, reafirmando seu valor social perante a sociedade⁷⁰.

desenvolvida por Ferreira Neto et al (2003), intitulada “Revista de Educação Física: ciclo de vida, seção unidade de doutrina e lição de educação de física (1932-2002)”, dedicou-se a estudar um recorte temporal maior do que estamos tratando aqui, além de não ter concentrado na formação de professores, que é objeto desse estudo, o que pode explicar tal abordagem, incluindo as dimensões do conhecimento tratadas aqui.

⁷⁰Esta diferenciação é apenas um exercício para apontar as dimensões do conhecimento que circulavam na *Revista*. Não pretendemos com isso, indicar que o conhecimento é estanque, reduzindo-o a uma ou outra

No gráfico, a dimensão “Pedagogia” foi a que alcançou maior expressividade nas páginas da revista no período de 1932-1942. O levantamento permitiu constatar pela quantidade de artigos publicados, que a referida publicação dedica uma atenção especial aos modos do fazer docente. Seja por meio de artigos que visam ensinar o leitor determinada prática corporal para realizar sozinho, ao ar livre, seja para orientar a prática dos instrutores que já estavam na ativa.

Pode-se inferir que a expressividade da dimensão “Pedagogia” se deve, também, à obra de educação nacional pretendida pelo Exército, mostrando como esta dimensão do conhecimento é necessária à formação do professor. Conferir sustentação pedagógica às práticas docentes é o que diferenciaria o professor formado do professor essencialmente prático, digamos. Por isso, acreditamos que a veiculação de diferentes *Lições de Educação Física*⁷¹ tenha tido como objetivo auxiliar o professor em sua prática profissional seja na escola ou na caserna. Como complemento, apresenta-se os seguintes títulos: *Unidade de doutrina*(n. 2, ano 1, 1932); *Educação física infantil: em forma de jogo* (n. 4, ano 2, 1932); *A pedagogia e a educação física* (n.6, ano 2, 1933); *Educação física e educação intelectual* (n. 7, ano 2, 1933); *O primeiro ano da criança na escola e o seu crescimento físico* (n. 8, ano 2, 1933); *Educar e instruir* (n.22, ano 4, 1935). Esta dimensão pedagógica diz de um ensino, que pode estar relacionado com a escola ou com a caserna ou, ainda, o ensino para se exercitar em qualquer espaço social, sem contar, necessariamente, com um instrutor.

A “Pedagogia” é seguida pela “Biologia”, que também é presença marcante nas páginas da revista pelo viés da saúde característico da área nas décadas de 1930 e 1940. Estudos sobre o comportamento e cuidados para com o corpo humano passaram a ser constantemente circulados, principalmente àqueles ligados ao discurso eugênico, correção de vícios posturais e o uso dos exercícios físicos como prevenção. Dr. Áureo Morais e Dr. Oriot B. Carvalho Lima eram figuras representativas, publicando matérias como *O registro de acidentes desportivos e indicações para a sua profilaxia* (n. 19, ano 3, 1935); *Alimentação do desportista* (n.47, ano 7, 1939); *O metabolismo básico* (n.55, ano 10, 1942). Destacam-se também os títulos: *Saúde pela força ou força pela saúde?* (n.3, ano 1, 1932); *A Eugenia e a constituinte* (n.4, ano 2, 1933); *Exercício físico, agente profilático e terapêutico* (n. 12, ano

dimensão. Contudo, consideramos aquela dimensão predominante no texto para fins de categorizá-lo, de modo a buscar compreender um possível panorama do que era circulado.

⁷¹ Uma Lição de Educação Física refere-se, basicamente a um plano de aula, dividida em aquecimento, parte principal e volta à calma. Será aprofundada no próximo capítulo.

2,1933); *Exercício físico para equilíbrio social* (n.16, ano 3, 1934); *Nos domínios da eugenia: cuidados necessários à conservação da saúde e melhoramento da raça* (n. 26, ano 4, 1935). Estes títulos são indicativos de como os conhecimentos pautados nas ciências biológicas estavam sendo requisitados para o campo da Educação Física, indicando temas de interesse a partir da aproximação com a medicina. Além de trazer determinações sobre saberes inerentes à prática física, como alimentação e a busca pela saúde, por exemplo.

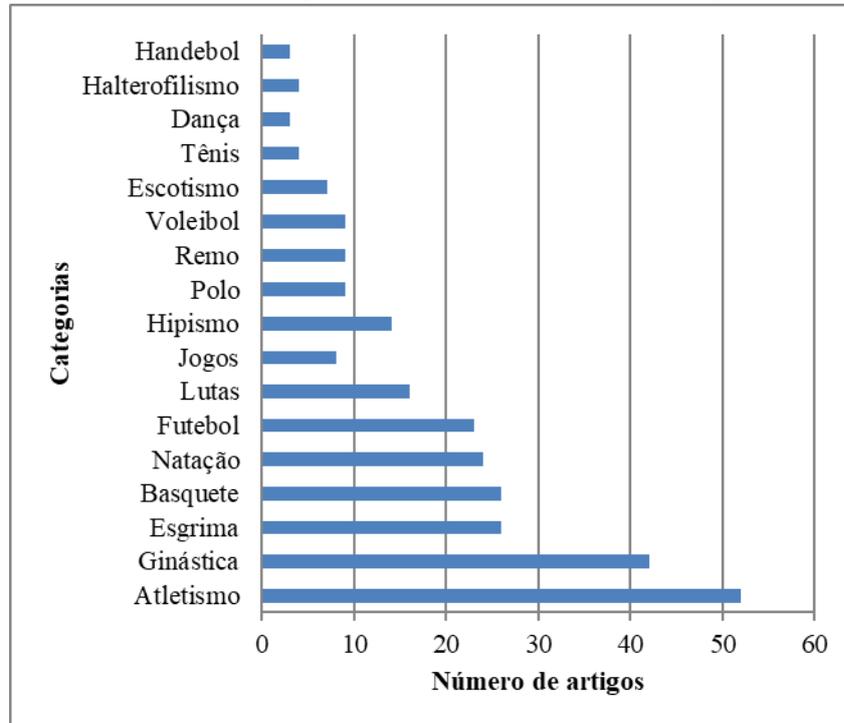
Em “Epistemologia”, os títulos *O objeto da educação física* (n.1, ano 1, 1932); *Golpe de vista sobre o problema da educação física* (n. 23, ano 4, 1935) e *Como compreender modernamente a educação física* (n. 35, ano 5, 1937), apontam para uma tentativa da *Revista*, através das matérias publicadas, de legitimar a Educação Física a partir do que julgava-se ser seu objeto, ou seja, a “ciência da Educação Física”, a qual seria capaz de possibilitar “a melhoria do indivíduo e da raça, por métodos positivos com resultados verificáveis” (ARNOULD, 1935, n. 23, p.9).

As dimensões “Legislação”, “História” e “Filosofia” aparecem em menor número nas publicações da *Revista de Educação Física* no período de 1932-1942. A “Legislação” configura-se como relevante, uma vez que o campo em construção estava sendo regulamentado. Os títulos *A Educação física no ministério da educação* (n. 40, ano 6, 1938) e *Legislação: disposições conexas ao regulamento da educação física* (n. 54, ano 11, 1942) são reveladores deste investimento. Em “História”, *A educação física através do mundo* (n. 25, ano 4, 1935); *A educação física e a arte* (n.53, ano 11, 1942) nos mostram que fundamentar a os discursos propostos através de uma perspectiva histórica, servia para conferir-lhe credibilidade. Em “Filosofia” notamos que o discurso da vinculação da prática física com o cultivo de valores éticos e morais era fortalecido. *Educação moral e educação física* (n.20, ano 4, 1935) e *Necessidade da educação física para firmar espiritual e fisicamente a personalidade da criança* (n.52, ano 10, 1942) mostram a presença de tal discurso. Trazer esses conhecimentos era cumprir o propósito da revista que, conforme já anunciamos, tinha a intenção de contribuir direta e indiretamente para o desenvolvimento da Educação Física no país.

Todas essas dimensões diziam de diferentes conteúdos que a Educação Física se apropriou (em maior ou menor grau), ao longo de sua trajetória, permitindo que os conteúdos Atletismo, Ginástica, Esgrima, Basquete, Natação, Futebol, Lutas, Jogos, Hipismo, Polo, Remo, Voleibol, Escotismo, Tênis, Dança, Halterofilismo e Handebol fossem divulgados pela

revista como possibilidade de uma educação do corpo que se estabeleceria na escola – em diferentes níveis de ensino – e na caserna, nas práticas corporais que aconteciam nos diferentes lugares sociais, como clubes, casas, ruas, e em diversos espaços próprios dessas práticas.

Gráfico 3 – Práticas corporais veiculadas na Revista de Educação Física



Fonte: Elaboração própria

Esse levantamento nos permite constatar que, apesar de ser uma publicação oriunda de uma instituição que objetiva divulgar o método ginástico francês, a *Revista de Educação Física* veicula outras práticas corporais no período de 1932-1942.

A forma como o tema “Ginástica” é veiculada, nos mostra que a intenção era vinculá-la como importante para a constituição de um corpo saudável desde a infância, por isso, deveria ser parte de um programa de educação integral. *A felicidade na alegria: a alegria na ginástica* (n. 10, ano 2, 1933) e *A ginástica como fator de desenvolvimento cerebral na espécie humana* (n. 26, ano 4, 1935) são exemplos de reportagens que circularam a importância da ginástica. Das práticas veiculadas, esta talvez fosse a única que, predominantemente, ocupava espaço nos estabelecimentos de ensino de forma legítima, como assinala Goellner (1992). Além disso, sua importância é dada a partir do aparecimento em diferentes dimensões, como em “Biologia”, devido aos benefícios que sua prática acarreta

para o desenvolvimento pessoal e geral da nação, em “Pedagogia”, na qual estão prescritos elementos para sua execução, e em “História”, em que aparece tanto a evolução dos métodos ginásticos pelo mundo, quanto a história de seus precursores. Importante salientar que a veiculação da seção “Unidade de Doutrina” e das diversas “Lições de Educação Física” se configuravam em investimento da ginástica enquanto conteúdo da formação de professores de Educação Física, onde era divulgada para ser acolhida na formação, mas também para ser praticada em outros espaços sociais. Os títulos *Lição de ginástica de conservação - intensidade média* (ano 4, n. 23, 1935); *Ginástica de conservação da idade madura* (n. 26, ano 4, 1935) e *A lição de gymnastica pelo rádio* (ano 4, n. 29, 1935) são reveladores deste investimento.

O atletismo chama atenção pela alta circulação não só enquanto prática, mas também com estudos sobre lançamentos, posição do corpo nas provas, aumento da eficiência, divulgação de recordes. Considerado como “esporte base” pela *Revista*, esse atletismo veiculado não era pensado para realizar na escola, mas com fins de rendimento esportivo. Sendo presença constante nas competições organizadas pela EsEFEx, conferia prestígio aos seus praticantes, não só pela observância de aspectos e capacidades físicas desejáveis para um bom atleta e, por consequência, um bom membro da sociedade, mas também, pela propaganda de atletas até mesmo nas capas da *Revista*, associando-o ao “tipo ideal” de indivíduo. Elementos que reforçaram a premissa defendida pelo periódico de que “o Brasil só será forte, quando forte forem os seus filhos” (SANTOS, 1937, n. 34, p. 31). Títulos como *O papel da espádua nos lançamentos* (ano 1, n. 3, 1932); *Construção de pistas de atletismo* (ano 2, n. 11, 1933); *Estudo dos lançamentos* (ano 2, n. 14, 1934); *Medicina desportiva: corridas – saltos – lançamentos* (ano 3, n. 15, 1934) nos mostram como o Atletismo foi tratado com afinco pela publicação da EsEFEx.

Outras práticas como o hipismo, o polo, a esgrima, a natação e o remo também não foram pensadas, no periódico, para serem realizadas na escola. São práticas corporais marcadamente militares, realizadas na Escola de Educação Física do Exército, nos quartéis, corpos de tropas e outros espaços típicos da instituição militar, também muito utilizadas nas competições internas e eventos por ela promovidos. *Como se deve preparar um cavalo para o pólo* (ano 2, n. 12, 1933); *Equitação: indicações para o preparo do cavalo de concurso* (ano 4, n. 30, 1936); *Remo: a arte de remar* (ano 4, n. 20, 1935); *A ciência do ritmo, base do remo* (ano 4, n. 27, 1935); *Competição interna de natação da E.E.F.E* (ano 4, n. 29, 1935);

Natação: programa de treinamento (ano 6, n. 38, 1938), são alguns títulos que mostram como a orientação e estudos para tais práticas são presentes na Revista.

À esgrima, o periódico dedica atenção especial, a partir da tradução do Regulamento da Federação Internacional de Esgrima, justificando sua veiculação pela dificuldade em encontrar tal documento para compra. Este fato indica a grande repercussão desta prática corporal na instituição militar. A esta somam-se algumas publicações, como: *Esgrima moderna* (ano 1, n. 2, 1932); *A esgrima e a técnica moderna* (ano 1, n. 3, 1932); *Esgrima no Brasil* (ano 2, n. 4, 1933) e *A, b, c da esgrima de florete* (ano 2, n. 8, 1933).

Outro aspecto que merece destaque é a presença dos esportes. Handebol, Voleibol, Basquete, Futebol ocupavam um espaço na divulgação das práticas corporais na *Revista de Educação Física*. Exemplos de publicações encontradas são: *Handebol: regras* (ano 7, n. 46, 1939); *Estudo sobre o voleibol* (ano 7, n. 45, 1939); *Basquetebol: técnica individual e seu desenvolvimento* (ano 6, n. 44, 1938) e *Estudos sobre o futebol* (ano 7, n. 45, 1939). Schineider (2010) aponta que intelectuais começaram a criticar a hegemonia dos métodos ginásticos desde a década de 1920, indicando que outras possibilidades para a educação física já vinham sendo pensadas. Em outro periódico estudado pelo autor – a *Revista Educação Physica* (1932-1945) – os esportes já possuíam um espaço cativo.

Ao analisarmos a presença do esporte e da ginástica no gráfico 3 e observarmos os exemplos de reportagens que apresentamos acima, podemos inferir que a ginástica era o conteúdo por excelência pensado e ensinado para os professores atuarem nas aulas de Educação Física, condizente com o que estava instituído como método oficial de Educação Física no Brasil. No entanto, a presença marcante do esporte, mesmo que divulgado de forma majoritária para a prática em outros ambientes, sem uma vinculação direta com uma pedagogização para a escola, nos permite perceber a existência de um conteúdo – esporte – que ganha relevância no cenário nacional e vai se consolidando como prática que, também, pode contribuir com a educação do corpo.

Cabe ponderar que estudos têm demonstrado que o esporte está presente em escolas no Brasil desde os anos finais do século XIX e início do século XX (MELO, 1998). Além do mais, também é importante ressaltar que o Esporte fazia parte do Método Francês e segundo Ferreira (2006, p. 53), o Regulamento nº 7, apresentava seis formas de exercícios: “os jogos; os flexionamentos; os exercícios educativos; as aplicações; os esportes individuais e os esportes coletivos”, sendo o esporte utilizado, em uma seção do Método Francês, em partes

finais da aula, como um arremate. Nesse sentido, essa circulação do esporte em quantidade considerável no periódico está em consonância com sua presença na cultura brasileira, que desde final do século XIX já o incorpora na escola e fora dela e que a partir da década de 1920 ganha força no cenário nacional, especificamente pensado para a prática em espaços não-escolares, apesar se ter seu lugar, ainda que secundário, na escola.

O estudo de Goellner (1992) reforma esta análise, ao afirmar que entre diferentes possibilidades de conteúdo na escola – Ginástica Sueca; Método Desportivo Generalizado; Ginástica Feminina Moderna e o Esporte – o Método Francês figurou como o conteúdo mais expressivo nas escolas brasileiras até meados de 1960, quando era metodologia de Educação Física oficialmente adotada. A partir dessa década, o esporte penetra na escola e se torna hegemônico como conteúdo da Educação Física Escolar (FERREIRA, 2006).

Portanto, percebe-se que, mesmo com outras práticas corporais em voga, aquelas marcadamente militares veicularam de forma maciça nas páginas do periódico, indicando que a intenção da *Revista* esteve relacionada à divulgação ostensiva daquilo que era realizado na EsEFEx, a partir de algum grau de rendimento físico-esportivo. Vê-se então, que a preocupação inicial do periódico não foi com a orientação de práticas escolares ou a formação para atuar com elas, principalmente quando se trata de outras práticas corporais além da ginástica, esta sim tratada com relevância para a proposta de formação de professores endossada pela Revista.

4 FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA REVISTA (1932-1942): periódico como fonte de estudo

A imprensa periódica de ensino tem se tornado uma fonte muito utilizada nas pesquisas em Educação e Educação Física. Os estudos desenvolvidos por Goellner (1999), Schneider (2002), Ferreira Neto (2003), Cassani (2018) são reveladores deste investimento. Estes autores investiram, parte de seus estudos, em analisar os periódicos como fonte de pesquisa, compreendendo-os como núcleo temático de informações, onde os discursos circulados contribuíram com escolhas que marcaram o campo em construção da Educação Física como área de conhecimento e de formação, principalmente no que se refere às décadas de 1930 e 1940.

Neste capítulo, dedica-se atenção especial às práticas e orientações que eram expressamente direcionadas aos instrutores/professores de Educação Física por meio das instituições que ofereceriam a formação naquele momento. Considera-se, também, o papel desempenhado por essas instituições no fomento à formação, através de cursos, criação de departamentos e associações, dentre outros.

Tendo em vista o objetivo maior da *Revista de Educação Física* de veicular e divulgar o que estava posto no Regulamento nº7, apostamos na hipótese de que o impresso em questão circulava outras práticas e, por vezes, questionava a efetividade de tal regulamento, através da sessão “Unidade de Doutrina”. Oliveira (2002), ao estudar a história da Educação Física a partir da sua produção teórica, aborda questões que permearam entre o que estava posto na legislação e o que realmente era praticado pelos professores nos estabelecimentos de ensino, indicando que estes configuraram-se em sujeitos que transformaram sua prática docente dentro das condições históricas a que estavam submetidos. Dessa forma, ao estudar o que era veiculado pela *Revista de Educação Física*, busca-se contribuir para um:

Campo de significado ao transitar por um circuito múltiplo de instituições, tradições teóricas, fontes e resultados de pesquisa, num esforço contínuo através do qual não só constitui as fontes, mas estabelece estratégias e práticas interpretativas (NUNES, 2001, p.11).

A partir dos dados que os exemplares da *Revista de Educação Física* permitiram identificar, foi possível recuperar uma parte da história sobre como se deu a formação de professores de Educação Física, uma vez que os militares, assim como os médicos, contribuíram de forma maciça para a consolidação do campo no Brasil (BRACHT, 1992),

determinando quais os saberes necessários à formação, os quais por sua vez, foram reafirmados pelo periódico.

Diante do exposto e partindo do pressuposto que o objeto e fonte desta pesquisa – a *Revista de Educação Física* – seja um dispositivo de determinações e práticas para serem realizadas na escola e fora dela, que se materializam a partir da divulgação de “Lições de Educação Física”, o objetivo deste capítulo refere-se à análise dos conhecimentos requisitados para a tarefa de ensino no campo da Educação Física, no período de 1932-1942. Os papéis desempenhados pelas instituições responsáveis pela formação são peças centrais neste capítulo. Tais instituições atuaram na disseminação da Educação Física pelo território nacional, por meio de um modo próprio de se fazer educação física a partir da perspectiva adotada pela EsEFEx, órgão responsável pela editoração do periódico.

4.1 EsEFEx, DEF e ENEFD: contribuições na formação do professor de Educação Física

A *Revista de Educação Física*, órgão oficial da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), divulga, em 1934, a importância da disseminação e adesão de uma cultura física em todo o país:

O exercício metódico, executado sem exagero – porque toda a demasia é prejudicial – fortalece e retempera. [...] A cultura física é o preparo do corpo para que o espírito encontre meio próprio para desenvolver-se. A terra quanto mais tratada, mais produz – e o homem é a terra (COELHO NETO, 1934, n. 18, p.36)

Para cumprir seu objetivo na disseminação de uma cultura física, uma estratégia utilizada pela EsEFEx é estreitar laços entre o estado do Rio de Janeiro, local sede da escola e então Distrito Federal, e as demais unidades federativas. Dessa forma, observa-se que diferentes cursos, em diferentes estados, começam a ser criados, com vistas à formação de instrutores de educação física para atuar em espaços distintos de ensino. Ações que, em menor escala, contribuíram para a inserção de instrutores civis onde até então, era domínio majoritário militar.

Com a criação da EsEFEx, percebe-se a necessidade de organizar uma Educação Física nacional, estimulando o surgimento de um órgão responsável pela qualidade da formação que se ampliava para outras unidades da federação. Dessa forma, surge a Divisão de Educação Física (DEF), a qual atuou em diferentes frentes, buscando a normatização da área. Também fortemente vinculada ao Exército, a DEF foi um importante elemento para que

surgisse outra instituição de grande projeção na historiografia da Educação Física: a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD). Essa Escola surge como parte das ações da DEF para organizar uma política nacional e se configura no primeiro passo para a desmilitarização da área.

4.1.1 A formação em Educação Física na EsEFEx

Como precursor do processo de profissionalização do ensino da educação física, destaca-se o Centro Militar de Educação (CMEF). Criado, em 1929, com o objetivo de “transformar essa sub-raça feia e triste – que habita o Brasil, numa raça alegre, forte e vitoriosa” (EDUCAÇÃO FÍSICA, 1932, n. 1, s/p), o CMEF buscava se afirmar no cenário nacional como o “grande feitor da raça”, apostando na educação física como um instrumento para sua regeneração. O seu potencial para tal é constantemente exaltado nas páginas do periódico, configurando-se como “símbolo da luta titânica em prol da eugenia” (VALÉRIO, 1933, n.5, s/p). O estudo de Góis Júnior (2011) é revelador da presença dos discursos eugênicos veiculados em periódicos da área nas décadas de 1930 e 1940, demonstrando o cálido valor conferido à eugenia no período e reafirmando quando os próprios professores do CMEF se autoproclamavam “os grandes colaboradores da feitura da raça” (EDUCAÇÃO FÍSICA, 1932, n. 1, s/p)

O instrumento oficial do governo brasileiro que adentrou a escola para a “feitura da raça” foi o método ginástico francês, proposto através do Regulamento nº 7 ou Regulamento Geral de Educação Física, adotado em todas as unidades do exército, inclusive no CMEF. Configura-se, assim, como conteúdo que deveria ser ensinado ao instrutor/professor de educação física em formação que viesse também a atuar na escola.

Os cursos oferecidos no CMEF no ano de 1932 obedeciam a uma divisão do ensino que correspondeu ao ensino teórico-prático, ensino prático, visitas e excursões. As modalidades oferecidas eram: Curso de instrutores e monitores de educação física, medicina especializada, mestre de armas, massagistas desportistas e monitores de esgrima, conforme quadro abaixo:

Quadro 4 – Programa de ensino no CMEF (1932)

CURSO	PARTE TEÓRICA PRÁTICA	PARTE PRÁTICA	VISITAS E EXCURSÕES
Instrutores de educação física	1º período		
	Biologia, anatomia e fisiologia dos grandes aparelhos	Educação Física geral (todos os ciclos) e militar	Serão feitas visitas a estabelecimentos, institutos, sociedades esportivas e excursões que interessem ao ensino da educação física.
	Cinesiologia	Esgrima das armas de mãos	
	Higiene	Desportos terrestres e aquáticos (individuais e coletivos)	
	Socorros de Urgência	Prática e atuação como juiz dos desportos	
	Massagem desportiva		
	Morfologia		
	Biometria e Bioestatística		
	Pedagogia da educação física geral, militar e desportiva		
	História da Educação física geral e no Brasil. Métodos		
	2º período		
	Cinesiologia prática	Educação Física geral (todos os ciclos) e militar	Idem 1º período
	Noções de anatomia, fisiologia e bioquímica	Esgrima das armas de mãos	
	Elementos de higiene	Desportos terrestres e aquáticos (individuais e coletivos)	
	Prática de fisioterapia, massagem ginástica ortopédica e socorros de urgência	Prática e atuação como juiz dos desportos	
	Prática elementar de morfologia e biometria		
	Pedagogia da educação física e desportiva. Organização civil e militar da educação física		
Noções de história da Educação física em geral e no Brasil.			

	Métodos		
Monitores de Educação Física	1º período		
	Cinesiologia prática	Educação Física geral (todos os ciclos) e militar	Serão feitas visitas a estabelecimentos, institutos, sociedades esportivas e excursões que interessem ao ensino da educação física.
	Noções de anatomia e fisiologia dos grandes aparelhos	Esgrima das armas de mãos	
	Elementos de Higiene	Desportos terrestres e aquáticos (individuais e coletivos)	
	Socorros de Urgência	Prática e atuação como juiz dos desportos	
	Massagem desportiva		
	Prática de Biometria e Bioestatística		
	Prática de morfologia		
	História da Educação física geral e no Brasil. Métodos		
	Pedagogia da Educação Física geral, militar e desportiva. Organização		
	2º período		
	Cinesiologia	Educação Física geral (todos os ciclos) e militar	Idem 1º período
	Anatomia e fisiologia dos grandes aparelhos	Esgrima das armas de mãos	
	Bioquímica	Desportos terrestres e aquáticos (individuais e coletivos)	
Fisioterapia	Prática e atuação como juiz dos desportos		
Ginástica ortopédica			
Pedagogia. Organização			
Medicina Especializada	Cinesiologia	Educação Física geral (todos os ciclos) e militar	Serão feitas visitas a estabelecimentos, institutos e hospitais e excursões que interessem direta ou

			indiretamente ao ensino do curso.
	Pedagogia da Educação física desportiva e militar. Organização civil e militar da Educação Física	Esgrima das armas de mãos	
	História da Educação física geral e no Brasil. Métodos	Desportos terrestres e aquáticos (individuais e coletivos)	
	Cardiologia normal	Trabalho de aplicação nos laboratórios	
	Cardiopatologia		
	Metabolismo, regime alimentar, morfologia		
	Estudo fisiológico do treinamento		
	Fisioterapia e massagem desportiva		
	Reeducação física e ginástica ortopédica		
	Traumatologia desportiva		
	Biometria e bioestatística		
Mestre de armas	Cinesiologia	Prática da educação física e desportiva	
	Anatomia e fisiologia dos grandes aparelhos. Bioquímica	Aperfeiçoamento da esgrima das armas de mãos e especialização em uma ou mais delas	
	Prática de fisioterapia, massagem, ginástica ortopédica e socorros de urgência	Atuação como juiz de competição de esgrima	
	Pedagogia da esgrima	Prática como auxiliar de instrutor de esgrima dos cursos de educação física e monitores da esgrima	
	Organização civil e militar da esgrima		
	História da esgrima em geral. Métodos de esgrima		
	Prática elementar da morfologia, biometria e		

	bioestatística		
Massagem desportiva	Noções de Anatomia e fisiologia do exterior	Educação Física geral e desportiva	
	Teoria, técnica e prática da massagem	Esgrima das armas de mãos	
	Massagem desportiva (técnica e aplicação)	Desportos terrestres e aquáticos	
	Elementos de teoria e prática das aplicações fisioterápicas	Aplicação da massagem desportiva	
	Socorros de Urgência		
	Estudos dos elementos farmacológicos da massagem		
Monitores de esgrima	Cinesiologia prática aplicada à esgrima	Prática de Educação Física geral e desportiva	Esgrima, bem como excursões.
	Noções de anatomia e fisiologia dos grandes aparelhos	Prática da Esgrima das armas de mãos	
	Práticas de socorros de urgência	Prática de atuação como juiz de competição de esgrima	
	Massagem desportiva	Prática como monitores de alunos dos cursos de monitores de educação física	
	Prática de biometria e bioestatística		
	Prática da morfologia		
	Pedagogia da educação física geral, militar e desportiva		
	História da esgrima em geral e no Brasil. Métodos de esgrima		

Fonte: Revista de Educação Física (1932)

O curso de Instrutores de Educação Física, com duração de 9 meses, formava pessoal para atuação no meio civil e militar, ou seja, o instrutor poderia atuar nos estabelecimentos de ensino e, também, nas dependências militares. Já o curso de Monitores de Educação Física, também de 9 meses, preparava para atuação apenas no âmbito militar. Tais cursos contavam com uma grade curricular equivalente, não sendo possível identificar o que os diferenciaria para fins de atuação a partir dos conhecimentos abordados nos cursos.

Os cursos de Mestre de Armas e Monitores de Esgrima formavam militares para atuação nas próprias Forças Armadas. Observando o programa analítico do curso, percebe-se que sua parte prática prevê uma espécie de estágio, sendo as únicas modalidades de curso que ofereciam essa possibilidade.

O curso de Medicina Especializada refere-se a um curso de especialização, o qual destinou médicos para os corpos de tropa onde atuavam com a organização morfológica dos soldados, bem como com a confecção de fichas biométricas e a observação da execução dos exercícios ginásticos do método francês, a partir do ponto de vista fisiológico. Os médicos especializados em educação física também encontraram espaço no ambiente escolar, onde atuava em conjunto com o instrutor de educação física:

O instrutor que, no início do ano escolar, ao receber uma turma para educação física, não tiver ouvido previamente os conselhos ponderados do médico especializado, errará lamentavelmente, pois, sem se basear em dados fisiológicos e ignorando inteiramente o valor individual de seus alunos, agirá sem dúvida, às cegas, numa certeza que poderá pôr em risco a vida de seus pequenos discípulos. [...] O médico é bem a alma de uma educação física racional e científica. Se o médico pensa, o instrutor o executa imediatamente. Médico e instrutor são inseparáveis e, embora diferentes as suas esferas de ação, devem ser os mesmos os seus métodos pedagógicos e idênticas as suas aspirações. (STUDART, 1938, n. 39, p. 39)

Os conteúdos programáticos de base anatomofisiológica (fisiologia, anatomia, biologia) e de higiene estavam alinhados aos conhecimentos constantes para o ensino, segundo o Regulamento nº 7. Goellner (1992), ao estudar as raízes históricas do documento original em francês⁷², indica que este foi elaborado por militares e fisiologistas franceses, que se utilizaram dos conhecimentos da fisiologia moderna como objetivo de fortalecer a saúde, a força, o caráter e a harmonia do corpo.

O conteúdo programático apresentado refere-se ao ano de 1932, quando a instituição ainda era denominada CMEF. Com essa proposta de formação, o CMEF torna-se Escola de Educação Física do Exército. No ano de 1933, “um decreto presidencial transformou o Centro Militar de Educação Física em Escola de Educação Física do Exército, dando-lhe nova regulamentação e ampliando muito as suas atribuições” (MOLINA, 1935, n. 25, p. 6), notícia veiculada no exemplar de número 25:

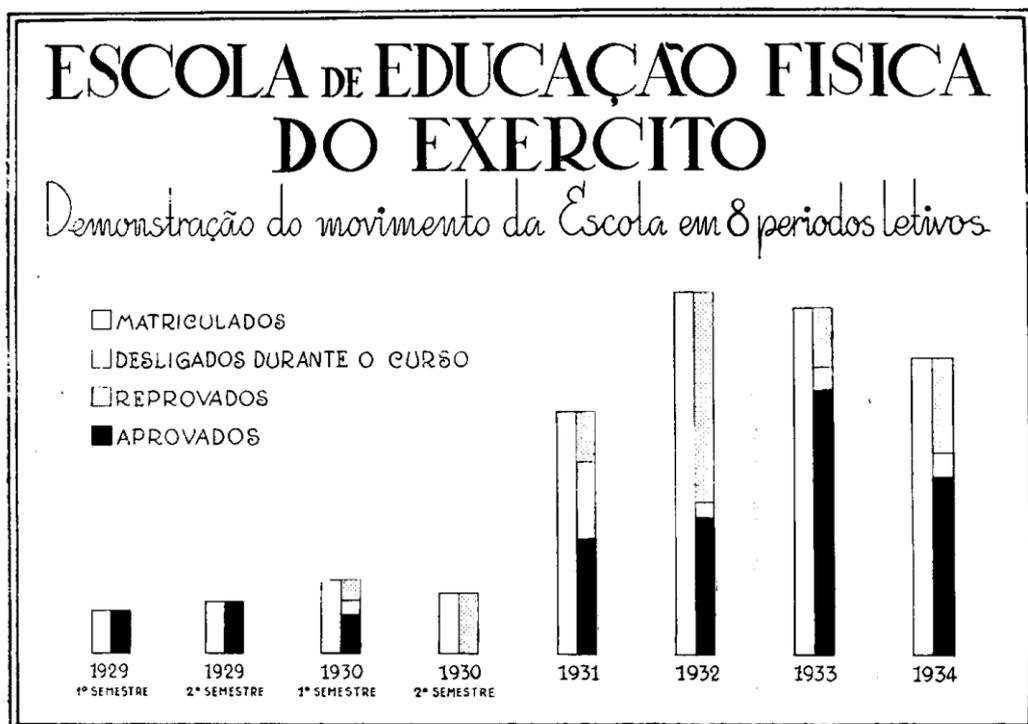
O objetivo da Escola não consiste unicamente no aperfeiçoamento de sua capacidade pedagógica e no aumento de suas instalações materiais. Estas servem somente como um meio de atingir o seu objetivo principal, que justifica todo seu labor – criar uma consciência esportiva no país e difundir,

⁷²*Réglement Général D'Education Physique* (1927).

ao máximo, a educação física em todos os recantos do nosso território (EDUCAÇÃO FÍSICA, 1941, n. 49, p.6)

Ao final de seu primeiro ano de funcionamento, aos 28 dias de dezembro de 1933, tal escola havia expedido o total de 208 diplomas, assim distribuídos: 15 para instrutores militares; 17 para instrutores civis; 6 para o curso médico de especialização; 154 para curso de monitores; 16 para monitores de esgrima. O êxito alcançado pela EsEFEx é explicitado através de demonstrações gráficas que indicam o progresso da instituição desde a inauguração, quando ainda era CMEF, até o ano de 1934, como se pode ver na figura a seguir:

Figura 13 – Demonstração gráfica do movimento da EsEFEx no período de 1929-1934



Fonte: Revista de Educação Física, 1934, n. 18, p.16

Esta imagem, recuperada da *Revista de Educação Física*, nos possibilita perceber a relação entre matriculados, aprovados e reprovados (por terem sido desligados ao longo do curso ou reprovados). A coluna da esquerda é sempre de matriculados, a coluna da direita apresenta, em preto – quando há – os aprovados e acima dessa, os que não concluíram, seja por desligamento ou reprovação. Nos interessa mostrar, nesta imagem, que o momento em que o CMEF se transforma em EsEFEx, no ano de 1933, parece oportuno pela quantidade de alunos que frequenta os cursos. Ressalta-se que o número de aprovados, neste ano, é muito superior aos anos anteriores.

Tendo como seu objetivo proporcionar o ensino, orientar e difundir a aplicação do método francês (BRASIL, 1933), a EsEFEx aceitava matrículas de militares e, em casos excepcionais, civis, desde que atendessem aos pré-requisitos listados adiante:

Quadro 5 – Pré-requisitos para matrícula na EsEFEx

Curso de instrutores	Ser oficial subalterno combatente, com dois anos de arregimentação no mínimo, ou, quando civil, ser diplomado por uma escola superior ou normal ou ter o curso fundamental, por estabelecimento de ensino secundário oficializado;
	Ter idade inferior a 35 anos;
	Apresentar condições de saúde e robustez física compatíveis com as funções de instrutor de educação física e comprovados em exame médico
Curso de medicina especializada	Ser médico oficial subalterno, com três anos de arregimentação, ou eventualmente civil diplomado em medicina;
	Ter idade inferior a 35 anos
Curso de monitores	Ser sargento combatente com o curso de pelotão de candidatos a sargento, ou da escola da arma, ou da extinta escola de sargentos de infantaria, com dois anos de serviço arregimentado; quando civil, ter o curso fundamental, por estabelecimento de ensino secundário oficializado;
	Ter mais de 18 anos e menos de 26 anos de idade;
	Apresentar condições de saúde e robustez física compatíveis com as funções de monitor de educação física e comprovados em inspeção de saúde realizada no corpo ou no estabelecimento onde servir. Essa inspeção para os civis será feita obrigatoriamente na própria escola.
Curso de massagistas desportivos	Ser sargento, enfermeiro ou padoleiro do Exército ou quando civil, diplomado por uma escola de enfermeiro de caráter oficial;
	Ter mais de 18 anos e menos de 35 anos de idade;
	Ter sido julgado apto em inspeção de saúde, que será, para os civis, realizada obrigatoriamente na própria escola.
Curso de mestres de armas	Ter no máximo 28 anos de idade;
	Ter o curso de monitor de esgrima, com a classificação “muito bem” e declarar, por escrito, após a conclusão do curso de monitor, que deseja matricular-se no curso de mestre de armas;
	Ter feito um estágio de dois anos como monitor de esgrima em estabelecimento militar, com sede na 1ª Região Militar;
	Ter sido aprovado em exame médico realizado na Escola de Educação Física do Exército, com fim no último estágio e julgado apto, em inspeção de saúde, na sede do corpo de tropa ou estabelecimento que estiver servindo.
Curso de monitores de	Ser sargento combatente do Exército;

esgrima	Ter sido aprovado no ano interior no curso de monitor de Educação de Física, com menção “bem”, pelo menos, e ter demonstrado aptidão para a esgrima;
	Ter no máximo 25 anos de idade e declarar por escrito à secretaria da Escola, que deseja matricular-se no curso de monitor de esgrima. Além disso, os sargentos a designar deverão ter bom comportamento, exigindo-se para os civis, atestado

Fonte: Revista de Educação Física (1937)

Os requisitos para ingresso na EsEFEx são reveladores do perfil de profissional que se desejava formar na instituição. A idade mínima para ingresso era de 18 anos, porém a idade máxima variava conforme as funções, sendo de 35 anos para as funções de instrutor, médico especializado e massagistas desportivos; 28 anos para o curso de mestre de armas; 26 para monitores de Educação Física; e 25 anos para o curso de monitores de esgrima. Este fato sugere que, para exercer tais funções, ser jovem e estar fisicamente ativo era uma pretensão, já que a Educação Física era pensada como uma área que poderia contribuir com os princípios eugenistas muito em voga nas décadas de 1930 e 1940.

Dessa forma, pode-se entender que esta proposta de formação estava mais alinhada a lógica do instrutor do que professor (BRACHT, 1992), ou seja, era importante saber praticar e demonstrar o método com máxima eficiência possível, já que o estudo dos movimentos através da Cinesiologia era bastante relevante na formação.

Observa-se também que, em 1937, a EsEFEx admitia membros da sociedade civil. Os cursos de instrutor, medicina especializada, monitor e massagista desportivo consideravam essa possibilidade.

Molina (1935, n. 25, p.6), admite na *Revista* de n° 25 que os meios civil e militar demandavam uma educação física, mas ainda encontravam resistência para implantação no meio civil. Complementa dizendo que, além deste obstáculo, também era necessário lutar contra a “quase completa ignorância sobre o que seja Educação Física e seus meios entre os pseudo professores”. A partir desta ideia, destaca-se dois pontos. Primeiramente, a resistência a que se refere Molina (1935) pode ser relacionada ao que diz Bracht (1992), ao indicar que a educação física, naquele momento, não se diferenciava da instrução física militar, que demandava disciplina, ordem e retidão, valores inerentes à conduta militar.

O segundo ponto refere-se à divergência sobre o *objeto* e as *formas* de se fazer educação física, o que acaba por convergir no objetivo de disseminação da educação física racional e científica defendida pela EsEFEx, tanto de sua prática, como da formação para atuar com ela. Desta maneira, haveria possibilidade de uniformização do ensino da educação

física, e o problema seria amenizado, visto que “cada professor ministrava ensinamentos por um determinado método e a grande maioria por um ‘método seu’” (BONORINO, 1933, n.6, s/p).

Essa constatação justifica o interesse e o investimento por parte da Escola de Educação Física do Exército em fomentar a criação de escolas de formação em outros estados, primeiramente orientadas à formar instrutores para atuação no próprio exército e, de forma secundária, para atuação no âmbito civil; configurando sua contribuição para a consolidação da educação física nacional, uma vez que esta escola se considerava como “um centro de difusão e assistência” (EDUCAÇÃO FÍSICA, 1939, n. 45, p. 1).

A formação proposta pela EsEFEx estava organizada para atender prioritariamente o âmbito militar, destinando profissionais para desenvolver as práticas corporais daquela instituição; e, de forma secundária, o âmbito civil, destinando instrutores para atuar com a Educação Física nos estabelecimentos de ensino. Assim, a instituição buscava cumprir com seu objetivo de disseminar a cultura física na população brasileira.

4.1.2 O investimento militar na formação em Educação Física em outros Estados

Nas páginas da *Revista de Educação Física*, publicadas entre 1932-1942, observa-se, a partir da divulgação da criação de escolas de formação, que havia uma organização dos estados em prol da causa da Educação Física. Os estados do Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Pará criaram suas escolas de formação, que seguiam os moldes da Escola de Educação Física do Exército, adotando o método francês como ensinamento (EDUCAÇÃO FÍSICA, 1935, n. 21, p.33).

Partindo do estado do Espírito Santo, é possível perceber que a instituição criada nesse Estado era constantemente exaltada nas páginas da *Revista de Educação Física*, indicando que as ações por ela desenvolvidas foram de grande valia para a disseminação da área no país. A primeira iniciativa que a revista circula, no exemplar n.14, se refere ao oferecimento de curso especial no ano de 1931, na cidade de Vitória. Duas turmas foram formadas: uma de professores com fins essencialmente pedagógicos; outra de monitores, com fins essencialmente prático, de execução (EDUCAÇÃO FÍSICA, 1934, n. 14, s/p). A reportagem deste exemplar não deixa claro a que público se destina cada formação, porém pode-se inferir a partir dos vestígios em outras notícias, que a primeira turma seria destinada para atuação escolar, e a segunda turma, à educação física militar.

No primeiro curso, de 1931, foram matriculados apenas 9 alunos. Fechado o primeiro período, o número de matrículas quintuplicou, além de uma significativa redução daqueles que não chegavam a se formar. Fato este visto com bastante simpatia pela revista. Através da fonte, não foi possível identificar informações sobre a duração⁷³ de tal curso, somente o conteúdo programático, composto por: Anatomia e fisiologia aplicada; Higiene; História da Educação Física; Pedagogia e Metodologia da Educação Física; Cinesiologia; Biometria, Biotipologia e Bioestatística e Socorros de Urgência. Estes conhecimentos ministrados correspondiam àqueles adotados na EsEFEx, os quais, por sua vez, eram embasados no Regulamento n° 7. Havia assim, um alinhamento entre o programa analítico destes programas.

As iniciativas do governo do Espírito Santo em prol da educação física continuaram em evidência. Em agosto de 1935, por meio de decreto, ficou instituída a inclusão da disciplina Educação Física nos programas escolares, bem como a criação de um órgão para sua regulamentação:

Art. 146 - § 4° - Redija-se assim:

§ 4° O Estado manterá junto à Secretaria a que estiver afeto o ensino público, um órgão técnico destinado a dirigir e difundir a educação física, que fará parte, obrigatoriamente, dos programas dos estabelecimentos oficiais, cabendo ainda ao referido órgão orientar a formação e o aperfeiçoamento dos professores especializados. (EDUCAÇÃO FÍSICA, 1935, n. 25, p. 40)

O órgão a que se refere o decreto supracitado já havia sido instituído em 26 de julho de 1931. Trata-se da Inspetoria de Educação Física, que cuja função seria “vulgarizar, orientar, controlar e fiscalizar a prática de educação física em todos os estabelecimentos de ensino e abre anualmente as portas a um curso especial” (EDUCAÇÃO FÍSICA, 1933, n. 12, p. 10), aos moldes da Escola de Educação Física do exército. No primeiro curso, foram diplomados 46 professores para o ensino primário.

Em 1935, segundo a *Revista*, o ensino da educação física só não esteve difuso em todo o estado por conta do número insuficiente de professores especializados, sendo que “dos 32 municípios estaduais, apenas nos de Conceição da Barra, Rio Pardo, Muniz Freire, Rio Novo, Iconha, Anchieta, Domingos Martins e Viana, não houve a distribuição desse ensino” (EDUCAÇÃO FÍSICA, 1933, n. 12, p. 11). Mesmo com a crítica da *Revista* ao número insuficiente de professores especializados em educação física naquele momento, o investimento do governo estadual do Espírito Santo possibilitou formar docentes para atuar

⁷³ Contudo, Figueiredo (2016) indica que a duração do curso do Espírito Santo corresponde a 5 meses.

em 24 cidades, o que demonstrava uma necessidade de expansão da formação e, ao mesmo tempo, o prestígio que a área alcançava nesse Estado.

Posteriormente, no estado de Minas Gerais, o então secretário de Educação e Saúde do governo, Dr. Noraldino de Lima criava em 1934, o Curso Intensivo de Educação Física, com fins de recrutamento das primeiras professoras a serem distribuídas pelas escolas do Estado. A matrícula no curso era permitida às professoras que já exerciam a função de instrutoras de educação física em seus estabelecimentos de ensino⁷⁴ ou àquelas que fossem indicadas para exercer tal função. Matricularam-se 147 alunas em tal curso.

As aulas deste curso⁷⁵ aconteciam diariamente, sendo destinado o período da manhã ao ensino teórico-prático e o período da tarde à aplicação dos conhecimentos adquiridos. No quadro abaixo, presta-se o conteúdo programático dividido em três grandes blocos de ensino:

Quadro 6 – Conteúdo programático Curso Intensivo de Educação Física

Programa de ensino	Conteúdos
Ensino geral das ciências relacionadas com a educação física	Anatomia e antropometria aplicada
	Fisiologia
	Ginástica ortopédica
	Fisioterapia
	Higiene
	Socorros de urgência
Ensino teórico-prático dos assuntos propriamente ditos da Educação Física	Nomenclatura dos movimentos
	Direção e planos para o movimento
	Fisiologia e mecânica dos movimentos
	Progressão dos movimentos
	Teoria e técnica da confecção das séries de exercícios
	Valores psicológicos e fisiológicos das atividades usadas pela educação física
	Estudo dos valores sociais das diversas atividades físicas e suas aplicações específicas nos trabalhos de socialização escolar
	Estudos e aplicações das possibilidades da educação física como auxiliar no desenvolvimento intelectual
	Estudo das regras dos jogos desportivos, organização e

⁷⁴ Neste caso, ainda sem nenhum tipo de formação específica para atuação com a Educação Física nas escolas.

⁷⁵ A partir das reportagens sobre o curso, não foi possível determinar sua duração.

	administração da educação física escolar
Estudos complementares	História da Educação em geral, especialmente no Brasil;
	Estudo confronto e crítica aos métodos de educação física
	Organização escoteira ligada à escola
	Campeonatos internos e externos
	Demonstrações e festas

Fonte: Revista de Educação (1934)

Percebe-se que o conteúdo programático do curso se relaciona com aquele proposto pela EsEFEx e pelo curso do Espírito Santo, compreendendo o ensino da Fisiologia, Anatomia, Socorros de Urgência, Cinesiologia. No entanto, algumas diferenças se destacam, as quais podem ter ampliado o ensino. Dentre elas, “Estudo, confronto e crítica aos métodos de Educação Física” chama atenção. Uma vez que já estava instituído o método francês como método de Educação Física, qual poderia ser o objetivo de tal disciplina? Esta poderia estar relacionada à tentativa de encontrar um método que melhor atendesse à população brasileira. Como dito capítulo 1 deste trabalho, o método ginástico francês foi adotado até a criação de um método nacional de Educação Física, o que poderia indicar um movimento na busca desse ideal.

Ainda em 1934, observa-se a organização do Departamento de Educação Física da Força Pública Mineira. A organização geral de tal departamento foi responsabilidade do capitão Inácio Freitas Rolim, reconhecido como “um dos elementos mais competentes e dedicados do Exército a este ramo educacional [a educação física]” (EDUCAÇÃO FÍSICA, 1934, n. 15, p. 29). A constituição de tal departamento deu condições para a criação do Centro de Educação Física na cidade de Belo Horizonte, também em 1934. O corpo docente deste centro era composto por professores formados pela Escola de Educação Física do Exército, sendo responsável pela diplomação de 14 oficiais instrutores e 32 sargentos monitores, em seu primeiro ano de funcionamento.

Já no estado de Pernambuco, destaca-se a criação do Departamento de Educação Física em 28 de novembro de 1933, na cidade de Recife. Este departamento promoveu um curso de emergência destinado a formar instrutores para o corpo de tropas da 7ª Região Militar do Estado, enquanto não houvesse instrutores preparados pela Escola de Educação Física do Exército. Tal curso aconteceu sob o aval do capitão Laurentino Lopes Bonorino, colaborador durante anos da Escola de Educação do Exército, o qual fora removido para o

estado do Pernambuco, a fim de auxiliar na ampliação da 7ª Região Militar para atender à formação proposta (EDUCAÇÃO FÍSICA, 1934, n.14, p.37).

Já na região norte do país, no estado do Pará, houve a criação do Departamento de Educação Física na cidade de Belém, cuja função seria coordenar, orientar e controlar o que já existia enquanto educação física, bem como criar e desenvolver o que ainda não existia. Este departamento foi criado a partir de decreto elaborado pelo interventor federal Magalhães Barata e ficou sob direção do capitão Orlando Moreira Torres. Houve um curso especial no ano de 1934 que diplomou 45 professores. O departamento, por motivos de dificuldades materiais, encerrou suas atividades no ano de 1935 (EDUCAÇÃO FÍSICA, 1934, n.14, p. 18).

Em São Paulo, observa-se a iniciativa que expandiu a formação em Educação Física para o meio civil, ainda em 1929. Conforme o exemplar de nº 6 (ano 2), Fernando de Azevedo solicitou a matrícula de quinze professores civis públicos no CMEF, na modalidade Instrutor de Educação Física⁷⁶. Os professores paulistas matriculados neste curso e que receberam destaque durante o percurso formativo, foram convocados a serem professores formadores na Escola Superior de Educação de Física de São Paulo (BONORINO, 1933, n. 6, s/p). Criada no ano de 1931, a Escola objetivou o “preparo técnico daqueles que tomarão a seu cargo a educação da infância paulista” (EDUCAÇÃO FÍSICA, 1934, n.18, p. 15). Apesar de sua criação por decreto no ano de 1931, a instituição deu início às atividades somente em 1934, com o oferecimento de seu primeiro curso (GÓIS JÚNIOR, 2017).

No ano de 1935, ficou deliberada a criação da Associação dos Professores de Ginástica e de Educação física de São Paulo, cujo objetivo principal era “conseguir para São Paulo a elevação do nível da educação física ao terreno científico e racional que ela deve ter” (EDUCAÇÃO FÍSICA, 1935, n. 19, p.12).

A Bahia, de forma tímida, ganha espaço neste cenário quando, no ano de 1935, começa a estruturação da Escola de Educação Física daquele estado. Este fato foi sinalizado na Revista como mais um passo rumo ao aperfeiçoamento da raça (EDUCAÇÃO FÍSICA, 1935, n. 21, p. 33).

Como se pode notar, a influência exercida pela EsEFEx culminou na abertura diversas escolas pelo país, evidenciando o prestígio da instituição no cenário nacional. Trata-se de uma sua história marcada por pioneirismos. A escola foi pioneira na formação de professores, na

⁷⁶ Fernando de Azevedo desempenhou a função de Diretor de Instrução Pública no Distrito Federal no período de 1927- 1930 e em São Paulo durante o ano de 1933.

organização e disseminação de métodos da educação física, bem como da formação profissional e na organização e fomento de eventos esportivos (SOEIRO; TUBINO, 2003). No entanto, é preciso chamar atenção para o fato de que, apesar do vanguardismo na formação de professores, essa era ainda, muito restrita ao âmbito militar. Ficava evidente “que o principal objetivo não era sanar o problema da falta de professores especializados nas escolas ou ainda tomar o curso acessível aos civis” (SOUZA, 2001, p. 33).

Percebe-se, desta forma, que a EsEFEx disseminou um modelo que passou a ser incorporado por instituições de diferentes Estados, fazendo um duplo movimento: ao mesmo tempo que a Educação Física se enraizava na escola e na sociedade, exigindo profissionais que dessem conta dessa atuação, a formação de professores no âmbito militar se expandia para atender essa demanda, tendo como consequência a ampliação da atuação militar na formação de professores de Educação Física no Brasil.

Com a expansão dos lugares de formação em Educação Física, houve a necessidade de regulamentar os cursos recém-criados e, também, a profissão que neste momento se firmava no cenário nacional. A partir daí, surge um importante órgão regulamentador, tratado adiante.

4.1.3 DEF e ENEFD: um passo para a “desmilitarização” da Educação Física no Brasil

A criação da Divisão de Educação Física (DEF) vinculada ao Ministério da Educação e Saúde soma-se na contribuição para com o processo de profissionalização e regulamentação da educação física, sendo noticiada sob o título *Um novo órgão técnico-administrativo de educação física* (EDUCAÇÃO FÍSICA, 1937, n. 36, p.2). Criado para coordenar e orientar a área da educação física em âmbito nacional, o órgão iniciou suas atividades no ano de 1937.

A *Revista de Educação Física* veiculava informações sobre atuação da DEF sob a justificativa de contribuir para “o desenvolvimento da propaganda da educação física” (EDUCAÇÃO FÍSICA, 1937, n. 36, p. 2), item previsto pelo programa de ações da diretoria e que, segundo a *Revista*, encontrava dificuldades para se fazer acontecer. Este objetivo relaciona-se também com o da revista, de disseminar a prática física pelo país:

É preciso, pois, uma ação conjunta da imprensa brasileira e das sociedades de rádio para que se possa, por meio de publicidades técnicas, criar uma consciência esportiva em nosso povo e arrancar do marasmo em que vive a mocidade brasileira. A “Revista de Educação Física” congratula-se com esse novo órgão criado pelo governo, pelas suas realizações e pelo muito que ainda tem a fazer. (EDUCAÇÃO FÍSICA, 1938, n. 39, p. 28)

A DEF abriu as possibilidades para a educação física em âmbito civil, contribuindo para a legitimação da área. Parece que a *Revista* já indicava a necessidade de uma orientação que fosse voltada para esta parcela da população, para a área que se ampliava, e não simplesmente a instrução física pensada para o quartel.

[Sua criação] Foi uma grande lacuna preenchida, pois até então nenhum órgão oficial existia para este fim, a não ser nas classes armadas. Tudo quanto se fazia de educação física no meio civil se ressentia de uma orientação geral, que só poderia ser dada por um serviço técnico, como o que acaba de ser organizado. (EDUCAÇÃO FÍSICA, 1937, n. 36, p. 2)

O papel da DEF foi fundamental na concepção de cursos, conferências, congressos que se relacionavam com a área da educação física. A primeira ação noticiada na revista foi publicada em nota intitulada *A Educação Física no Ministério da Educação* (EDUCAÇÃO FÍSICA, 1938, n. 40, p. 36). A publicação noticia a realização de uma reunião promovida pelo Departamento Nacional de Educação, na cidade do Rio de Janeiro, em junho de 1938, com inspetores do ensino secundário, objetivando a uniformização dos serviços de inspeção empreendidos pelo Estado. Em pauta, estavam a legislação do ensino e, dentre outros temas, a elaboração de um programa de educação física a ser desenvolvido nas escolas. À DEF, coube o papel de estruturá-lo, bem como orientar o seu ensino, considerando a educação física como uma preparação para a vida e para o trabalho.

Um sistema de educação física a ser empregado nas escolas deve ser higiênico praticado o máximo de vezes ao ar livre, utilizando os movimentos, de modo a generalizar o trabalho a todas as partes do corpo: exercícios destinados a ativar a circulação, a melhorar a função respiratória pela amplitude dos movimentos respiratórios obtidos por via reflexa. Deve ser corretivo para permitir combater as más atitudes escolares. Deve ser recreativo dedicando um lugar considerável aos jogos. Um método nessas condições é perfeitamente científico, mais ainda quando condiciona seu sucesso à colaboração entre o médico e o professor. (EDUCAÇÃO FÍSICA, 1938, n. 43, p. 36)

Em decorrência disso, três conferências seriam realizadas com os seguintes temas: A Educação Física como parte de um programa geral de educação; Preceitos gerais para a prática da Educação Física e Legislação sobre Educação Física e sua inspeção nos estabelecimentos de ensino.

Os efeitos das conferências realizadas caracterizam-se como um importante passo na divulgação, regulamentação e escolarização da educação física. A respeito da primeira conferência produzida, observa-se a divulgação no exemplar n. 41 (1938), da distribuição em julho de 1938, de uma circular organizada pela DEF que continha as diretrizes regulamentares

para as aulas de educação física nos colégios. Conforme as orientações, as aulas deveriam ser ministradas pelo professor e, quando necessário, o auxílio de monitores poderia ser empregado; a vigilância médica era obrigatória. Outra determinação da circular que se destaca refere-se à obrigatoriedade do professor ministrar palestras sobre a importância e necessidade da prática física, podendo usar para isso os dias de chuva (EDUCAÇÃO FÍSICA, 1938, n. 41, p. 40). Este fato é revelador de que o conteúdo teórico nas aulas de educação física escolar era pouco ou inexistente, uma vez que na impossibilidade da realização das aulas práticas a “substituição” seria uma palestra que exaltasse as vantagens de se manter fisicamente ativo.

A profissão do educador físico impõe a quem a abraça, responsabilidades enormes porque irá relacionar-se intimamente com a personalidade humana, que não é apenas corpo, mas é a pessoa moral sobre a qual deve exercer influência. [...]. É necessário ser um educador capaz, consciente, com vocação necessária a torná-lo um abnegado dentro de suas funções. (EDUCAÇÃO FÍSICA, 1938, n.41, p.40)

A segunda conferência realizada delibera sobre os preceitos da educação física na escola, elegendo alguns problemas que necessitavam de solução. São eles: professor, médico, programas das aulas, horários, roupas apropriadas e locais para execução dos exercícios (EDUCAÇÃO FÍSICA, 1938, n. 43, p. 35).

Entendendo a disciplina de educação física como “um conjunto de exercícios cuja prática raciocinada e científica, técnica e metodológica, capaz de fazer com que o ser humano alcance o maior grau de aperfeiçoamento físico compatível com o seu ser” (EDUCAÇÃO FÍSICA, 1938, n. 43, p. 35), a DEF objetivou com esta conferência, proporcionar aos inspetores de ensino subsídios para “verificar se uma aula está sendo dada com correção em benefício do educando ou se é falha, ocasionando fatalmente distúrbios de toda natureza” (EDUCAÇÃO FÍSICA, 1938, n. 43, p. 36).

O primeiro curso que se tem notícia através da *Revista* refere-se ao curso de emergência promovido pela DEF em parceria com a EsEFEx, no momento de férias da referida escola. Soa justificativa de que a EsEFEx “não é um centro de educação restrito aos seus diferentes cursos que funcionam dentro de seus muros” (CAVALCANTE, 1939, n. 45 p.1), a reportagem intitulada *Curso de emergência destinado ao preparo de professores e médicos para a Educação Física*, comemorava a inauguração desta modalidade de curso⁷⁷.

⁷⁷Observa-se que, na mesma medida que o professor se mostra fundamental, sua prática estava atrelada às práticas médicas, justificando os esforços empreendidos no preparo dos médicos para a atuação em conjunto com o professor nos colégios. Percebe-se que a formação do médico especializado, pode ter relação com um profissional para atuar na escola e talvez fora dela, incluindo sociedade civil e exército.

O curso que hoje se instala inicia um período promissor para nós, porque significa uma feliz colaboração entre o Ministério da Educação e o da Guerra em matéria que a ambos interessa de muito perto – a instrução e a educação da juventude patricia. (EDUCAÇÃO FÍSICA, 1939, n.45, p.2)

Apesar da reportagem não apontar a que se destina essa formação de caráter emergencial, Melo (1996) aponta que o curso se destinou à formação do corpo docente da futura Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), vinculada à Universidade do Brasil.

Com o provimento deste tipo de curso, as ações da DEF deram sustentação à criação da Escola Nacional de Educação Física (ENEFD), juntamente com os demais tratados a seguir, além de fomentar outras iniciativas que contribuíram para a legitimação da área no país:

Embora recentemente instalada, tem já a Divisão tratado dos assuntos fundamentais da educação física no Brasil, dos quais podemos destacar os seguintes: confecção dos ante projetos da Escola Nacional de Educação Física, destinada à formação de professores, monitores, médicos especializados, massagistas desportivos, destinados às escolas e associações esportivas do país; do Instituto Nacional de Educação Física, funcionando paralelamente à Escola, destinado aos estudos de domínio antropotécnico, fisiológico e nutritivo, servindo ao mesmo tempo de campo de instrução ao curso de médicos da Escola Nacional; do Parque Olímpico da cidade universitária, destinado ao atletismo universitário e a competições oficiais. Além desta preparação material, está cuidando também a Divisão da preparação de pessoal, a fim de que possa a ser tornada efetiva a obrigatoriedade da educação física, com a maior brevidade possível. Para isto, dado o reduzido número de médicos especializados, professores e técnicos atualmente existentes, está sendo cogitado o funcionamento de um curso de emergência, durante as férias da Escola de Educação Física do Exército, para este fim (EDUCAÇÃO FÍSICA, 1937, n. 36, p.2)

Na ocasião da criação da ENEFD, a *Revista* felicitava sua “irmã” no exemplar, n. 46 (1939), destacando “a colaboração inteligente e construtiva da Divisão de Educação Física do Ministério de Educação e Saúde, a qual vê assim [...] a concretização de um dos seus mais importantes empreendimentos” (EDUCAÇÃO FÍSICA, 1939, n. 46, 13). Melo (1996) considera a criação da ENEFD como um marco de transição para a desmilitarização da área, apesar de seu corpo de colaboradores ser majoritariamente composto por militares.

A Escola de Educação Física do Exército sente-se feliz, precursora que é da educação física no Brasil, pela realização de tão significativo feito, que vem marcar, sem dúvida, mais uma etapa gloriosa na história da educação física no país (EDUCAÇÃO FÍSICA, 1939, n. 46, p. 14)

A próxima notícia referente à ENEFD foi publicada no exemplar n. 54 (1942), onde a Revista a felicitava pela completude de mais um ano de funcionamento.

Fundada como resultante de um trabalho idealista, tem ela cumprido satisfatoriamente sua missão, concretizando assim, de um modo absoluto, as elevadas aspirações dos incansáveis pioneiros da educação física no Brasil (EDUCAÇÃO FÍSICA, 1942, n. 54, p. 57)

Com a consolidação da Escola de Educação Física do Exército e a abertura da Escola Nacional de Educação Física e Desportos temos, finalmente, a concretização da proposta apresentada por Jorge de Moraes no ano de 1905, quando o referido deputado defendeu a criação de escolas de formação distintas, uma vinculada ao âmbito civil e outra vinculada ao âmbito militar. O deputado Moraes já havia sinalizado sua crítica ao não cumprimento da proposta apresentada no ano de 1929, no entanto, somente após 10 anos, tal proposição tornou-se de fato, consolidada.

4.2 “Unidade de doutrina” e “Lições de Educação Física”: um modo de se fazer Educação Física

A *Unidade de Doutrina* trata-se de uma seção da *Revista de Educação Física* que tem como objetivo facilitar a aplicação do método ginástico francês, ou seja, trazia disposições para viabilizar o entendimento do Regulamento Geral de Educação Física – o Regulamento nº7, a partir da perspectiva do CMEF. Tal sessão aparece pela primeira vez no exemplar de número 2 (ano 1, 1932), escrita pelo general Newton Cavalcanti, sob a seguinte justificativa:

Com o fim de facilitar a difusão do nosso método, vamos, a partir deste número, publicar uma série de lições de educação física, sessões de jogos, sessões de esportes individuais, e por fim sessões de esportes coletivos, acompanhadas de explicações necessárias à sua execução (CAVALCANTI, 1932, n.2, s/p)

Os textos foram publicados sequencialmente dos números 2 (ano 1, 1932) a 7, desaparecendo por algum tempo⁷⁸ e voltando a ser publicados dos números 40 (ano 6, 1938) a 47 (ano 7, 1939); deixando de aparecer totalmente nas demais edições que seguem, totalizando doze textos publicados.

Em sua volta, no exemplar de nº 40, percebe-se as intenções que motivaram a publicação da sessão. Em 1938, o capitão Jair Jordão Ramos escrevia:

⁷⁸ Na fonte, não foi possível encontrar informações sobre o longo hiato na publicação da sessão, porém é possível inferir sobre as motivações a partir da retomada.

Dentre as dificuldades surgidas na organização da Ed. Física nos corpos de tropa, ocorre a que provém da falta dum novo regulamento com os assuntos metodicamente dispostos e atualizados, pois inúmeras prescrições contidas no regulamento em vigor foram oficialmente modificadas. Além disso, os camaradas dedicados ao treinamento físico militar propriamente dito (adaptação às especialidades) lutam com sérias dificuldades por não encontrarem nos novos textos regulamentares, prescrições claras e detalhadas sobre o modo de ministrá-lo. Assim sendo, com o objetivo de facilitar a tarefa dos camaradas à guiza de “Unidade de Doutrina”, procurarei atualizar regulamento em vigor e dar ao treinamento físico-militar o desenvolvimento que lhe é devido (RAMOS, 1938a, n.41, p.36)

A partir dessa citação, ressalta-se um ponto: essa explicação foi publicada no ano de 1938, 7 anos após a adoção do método ginástico francês como método de Educação Física no Brasil, em 1931. Ou seja, na visão de Jair Jordão Ramos, mesmo depois de anos, a compreensão da área a partir do disposto do Regulamento Geral, encontrava-se ainda deturpada e dificultosa para plena aplicação. Daí, observa-se a crítica apresentado por Ramos (1938), ao indicar as desatualizações constantes no documento, o que demandou uma complementação por meio da “Unidade de Doutrina” publicada pela *Revista de Educação Física*. No quadro 3 a seguir, são apresentados os autores que escreveram textos para sessão, bem como informações sobre eles, o número de artigos publicados e, ainda, o número da *Revista* e o ano da publicação:

Quadro 7 – Autores de artigos publicados na sessão "Unidade de Doutrina"

Autores dos artigos publicados na seção “Unidade de Doutrina”				
	Autor	Informações sobre o autor	Nº de artigos publicados em “Unidade de Doutrina”	Revista nº/ano
1	Newton Cavalcanti	General do Exército. Diretor Geral do Centro Militar de Educação Física. Fundador da <i>Revista de Educação Física</i>	2	nº 2/ano 1(1932) nº 3/ ano 1(1932)
2	Ilídio Rômulo Colônia	Capitão do exército. Formou-se na Escola Joinville-le-Pont, na França. Diretor Técnico no Centro Militar de Educação Física.	3	nº 4/ano 2 (1932) nº 6/ano 2 (1933) nº 7/ano 2 (1933)
3	Jair Jordão Ramos	Tenente-coronel, do Exército. Diretor da Sessão Pedagógica da Escola de Educação Física do Exército	6	nº 40/ano 6 (1938) nº 41/ano 6 (1938)

				n° 42/ ano 6 (1938) n° 43/ano 6 (1938) n° 45/ano 6 (1939) n° 47/ano 7 (1939)
4	Sem indicação de autoria	-	1	n° 5/ano 2 (1933)

Fonte: Elaboração própria

Os autores apresentados foram oficiais do Exército, os quais “têm por função criar e manter a doutrina que garante a existência do Exército e cuidar para que ela seja cumprida” (FERREIRA NETO et al, 2003, p. 99). Este fato evidencia a importância conferida à sessão, uma vez que sua escrita mobilizou sujeitos da alta hierarquia da instituição.

Os textos encontrados em “Unidade de Doutrina” possuíam um caráter explicativo, trazendo determinações que guiavam a organização de uma aula a partir dos preceitos do método ginástico francês. Além de fornecer o “passo a passo” de como organizar essas aulas, ora chamada de lições, os textos traziam informações detalhadas sobre as partes que compõem uma lição e os itens que obrigatoriamente deveriam ser observados em sua composição.

A educação física nos corpos de tropa tem dado margem a interpretações que não estão de acordo nem com a letra, nem com o espírito do Regulamento. Divulgar a verdadeira orientação a ser dada a esse ramo educacional constitui nosso objetivo (COLÔNIA, 1933, n.4, s/p)

De forma geral, podemos dizer que os textos publicados por Newton Cavalcanti constituíam a parte introdutória e conceitual da interpretação do Regulamento, onde é possível perceber que as orientações são passíveis de aplicação tanto na instituição escolar, quanto militar.

O ensino da Educação Física é ministrado sob a forma: de lições completas, abrangendo as sete famílias com o objetivo de conseguir o desenvolvimento harmonioso do corpo; de sessões de jogos, destinadas a substituir a lição uma ou duas vezes por semana; de sessões de esportes individuais e coletivos, que servem para o ensino e a prática do estilo e das regras de cada um deles; por fim as sessões de estudo destinadas a preparar a preparar as lições completas de educação física geral e as desportivas (CAVALCANTI, 1932, n.2, s/p)⁷⁹

⁷⁹ As sete famílias de aplicação correspondem a marchar, trepar (no sentido de escalar, subir), saltar, levantar e transportar, correr, lançar, atacar e defender, atividades que ocupariam a maior parte do tempo de uma lição.

Já os textos escritos por Ilídio Rômulo Colônia dedicavam-se às disposições para aplicações militares, onde mostrava-se a instrução física também com o uso de armas, especificamente para combatentes.

A essas disposições apresentadas por Cavalcanti (1932) e Colônia (1933) somam-se princípios os quais, segundo o Regulamento nº 7, deveriam obrigatoriamente ser respeitados na organização, condução e finalização de uma lição, sendo eles:

Quadro 8 – Princípios da "Unidade de Doutrina"

Princípio	Finalidade
Continuidade	Refere-se à interação dos exercícios em uma lição, com o objetivo de beneficiar todo o organismo
Alternância	As lições devem ser compostas por exercícios que mobilizem tanto a parte superior, como inferior do corpo
Gradação	Organização das lições conforme a intensidade e dificuldade que devem ser crescentes
Atração	Refere-se ao grau de interesse da lição, deixando-a mais agradável
Disciplina	Capacidade de domínio da turma por parte do instrutor

Fonte: Revista de Educação Física (1932)

Estes princípios eram considerados fundamentais, de modo que o “conhecimento de cada um deles e sua verdadeira interpretação, deve ser familiar a todos quanto ministram a educação física racional e baseada nos princípios da ciência” (CAVALCANTI, 1932, n.2, s/p). Além de tais princípios, destacamos também a presença de determinações que deveriam ser obedecidas em todas as lições de educação física:

- 1º o regime da lição, isto é, a preparação de exercícios educativos e aplicações, os quais variam com a idade, estado fisiológico e o valor físico dos indivíduos;
- 2º o grau de treinamento dos indivíduos a instruir;
- 3º a duração da lição;
- 4º a quantidade de aparelhos disponíveis e o terreno;
- 5º as condições atmosféricas e climatéricas;
- 6º o fim particular que se deseja atingir: fisiológico, estético, econômico, etc.;
- 7º as circunstâncias particulares: preparação para exames, volta das férias, convalescência, moléstias ou epidemias (CAVALCANTI, 1932, n.2, s/p)

Dessa forma, garantia-se a efetividade da lição, mostrando que “o que é preciso, é não perder tempo e não vacilar na execução, nada será improvisando no decorrer da lição” (CAVALCANTI, 1932, n.2, s/p).

Os últimos textos da seção, publicados entre os exemplares de n. 40-45 e 47⁸⁰, foram escritos pelo capitão Jair Jordão Ramos, como mencionado, alguns anos depois da publicação do Regulamento Geral de Educação Física. Nestes textos, Jair Jordão Ramos faz um tipo de revisão daqueles publicados por Newton Cavalcanti e Ilídio Rômulo Colônia publicados entre os anos de 1932 e 1933.

Conforme apresentado, os doze textos da seção eram ricos em detalhes, com prescrições que envolvem desde organização dos alunos para a execução das lições até a forma como instrutor deve-se portar perante a turma.

A forma como foi escrita a “Unidade de Doutrina” reflete o seu caráter utilitário, configurando-se como material de apoio à preparação das lições. A partir da interpretação do CMEF sobre o método ginástico francês, adotado através do Regulamento nº7, tal seção constitui-se como instrumento para o instrutor de Educação Física, seja no âmbito militar, seja no âmbito civil. Apesar da *Revista* dedicar boa parte da seção “Unidade de Doutrina” para aplicação nos corpos de tropas, seus princípios também eram aplicados na construção das lições destinadas ao ambiente escolar. Este fato é um dos indícios do que pode ter levado Bracht (1992) a classificar como “mecânica” a forma que a instrução física militar adentrava à escola na forma da disciplina *Educação Física*. Além da “Unidade de Doutrina”, havia outra seção específica vinculada ao ensino da Educação Física. Trata-se da seção “Lições de Educação Física”, que destinava planos de aula com informações bastante detalhadas sobre a organização de cada uma. Esta seria a parte onde o instrutor/professor de Educação Física aplicaria as disposições regulamentadas e interpretadas pormenorizadamente em “Unidade de Doutrina”.

As “Lições de Educação Física”, baseadas no método ginástico francês eram veiculadas com diferentes funções, foram publicadas a partir do número 2, escritas pela primeira vez pelo capitão Inácio de Freitas Rolim. Entre os exemplares de nº 2 a nº 46, foram encontradas 49 Lições, distribuídas para a realização nos corpos de tropas e, também, para os estabelecimentos de ensino. As lições eram divididas por ciclos, de acordo com o Regulamento Geral de Educação Física.

⁸⁰ No exemplar de número 46 não há nenhum artigo que tenha o título de Unidade de Doutrina, porém é possível encontrar o artigo *Regulamento do combate a baioneta e da luta corporal*, onde são dadas disposições sobre tal prática corporal militar através da proposição de lições de educação física que estão de acordo com aquelas apresentadas nos outros textos escritos pelo capitão Ramos. Tal artigo não indica a autoria.

No quadro 4 adiante, são apresentadas informações sobre a publicação dos 49 textos na seção de Lições de Educação Física:

Quadro 9 – Autores de artigos publicados na sessão "Lições de Educação Física"

Autores dos artigos publicados na seção “Lição de Educação Física”				
	Autor	Informações sobre o autor	Nº de artigos publicados em “Lição de Educação Física”	Revista nº/ano
1	Álvaro Alves dos Santos	Primeiro-tenente do Exército.	2	nº15/ano 3 nº 16/ano 3
2	Antônio Pereira Lyra	Capitão do Exército. Chefe da sessão de Educação Física da EsEFEx	1	nº 38/ano 6
3	Antônio Pires de Castro	Capitão do Exército.	2	nº19/ano 3
4	Custódio Batista Lobo	Primeiro-sargento do Exército. Monitor de educação física	1	nº 42/ano 6
5	Felisbina Pinheiro Moraes	Professora	3	nº41/ ano 6 nº 44/ano 6 nº45/ano 7
6	Ilídio Alcântara Abade	Professor	1	nº 46/ano 7
7	Inácio Freitas Rolim	Capitão do Exército.	13	nº2/ano 1 nº7/ano 2 nº8/ano 2 nº8/ano 2 nº9/ano 2 nº9/ano 2 nº10/ano 2 nº10/ano 2 nº11/ano 2 nº11/ano 2 nº12/ ano 2 nº13/ano 2 nº 14/ano 2

8	Ivanhoé G. Martins	Primeiro-tenente do Exército	6	n° 16/ano 3 n°22/ano 4 n°23/ano 4 n° 25/ano 4 n°26/ano 4 n°31/ano 5
9	José de Souza Bastos Júnior	Primeiro-tenente do Exército	1	n°17/ano 3
10	José Manoel Ferreira Coelho	Capitão do Exército	1	n°17/ano 3
11	José Miguel de Farias	Segundo-sargento do Exército	2	n°18/ano 3 n°18/ano 3
12	Laurentino Lopes Bonorino	Tenente do Exército. Professor no Centro Militar de Educação Física	1	n°3/ano 1
13	Lélio de Miranda	Primeiro-tenente do Exército	2	n° 14/ano 2 n°15/ano 3
14	Oswaldo Niemeyer Lisboa	Primeiro-tenente do Exército	2	n°12/ano 2 n°13/ano 2
15	Paulo Teixeira	Sargento do Exército. Formou-se nos cursos de comandante de pelotão e instrutor de Educação Física na EsEFEx	1	n°4/ano2
16	Raimundo Simas de Mendonça	Capitão do Exército. Professor de educação física no estabelecimento de ensino feminino Fundação Osório.	3	n°19/ano 3 n°20/ano 4 n°21/ano 4
17	Sem autoria	-	7	n°20/ano 4 n°21/ano 4 n°27/ano 4 n°29/ano 5 n°35/ano 5 n° 36/ano 5 n°37/ano 5

Fonte: Elaboração própria

Muitos são os autores que publicaram lições na *Revista de Educação Física*. Essa variedade relaciona-se ao ecletismo dos objetivos destas lições, ora orientadas ao trabalho na instituição militar, ora orientadas à instituição escolar. Por definição:

A lição de Educação Física é a reunião de exercícios variados e combinados que interessam simultânea ou sucessivamente todos os órgãos e as grandes funções, tendo em vista o seu aperfeiçoamento e a sua melhora. Para sua execução é dividida em três partes de duração e importâncias desiguais (CAVALCANTI, 1932, n.2, s/p).

A sessão preparatória correspondia ao momento da lição onde o corpo era preparado para a execução dos exercícios; um aquecimento prévio; primeiro momento da lição onde são executados os exercícios de flexionamentos⁸¹, previstos no Regulamento n° 7. Além disso, objetivava “disciplinar a vontade, corrigir as más atitudes e educar o sistema nervoso” (CAVALCANTI, 1932, n.2, s/p).

A lição propriamente dita, parte mais importante da lição segundo a “Unidade de Doutrina”, e também a de maior duração, correspondia ao momento onde seriam executados os exercícios das sete famílias: marchar, trepar, saltar, levantar e transportar, correr, lançar, atacar e defender.

A volta à calma, última parte da lição, referia-se à realização de exercícios de menor intensidade, objetivando retomar o equilíbrio do corpo. Uma lição durava entre 20 e 60 minutos.

⁸¹De acordo com Ferreira Neto (2003) os exercícios de flexionamentos são movimentos com efeitos corretivos sobre as articulações e músculos envolvidos. Podem ser classificados em duas categorias: flexionamentos de braços, pernas, tronco e caixa torácica e os flexionamentos combinados e assimétricos.

Figura 14 - Exemplo de Lição de Educação Física publicada em página duplicada

Lição de Educação Física

Organizada pelo Capitão R. M.

100
MARCHA IMPERSONAL

SESSÃO PREPARATORIA

80
ELEVACÃO HORIZONTAL DOS BRACOS COM FLEXÃO E EXTENSÃO DO TORSO

81
ELEVACÃO LATERAL DOS BRACOS COM FLEXÃO ANTERIORES MENTIRE NOS PLANOS HORIZONTAL E VERTICAL

82
MELHORES QUALIDADE - ELEVACÃO DO JOELHO E FLEXÃO E AUMENTAMENTO LATERAL

83
ELEVACÃO HORIZONTAL DOS BRACOS PARA RESPONDER E AUMENTAR O BRANCO MANTENDO O TORSO A FRENTE E MANTENDO O TORSO A FRENTE

84
DECURSO LATERAL - PULSO DO TORSO

85
ELEVACÃO LATERAL DOS BRACOS PARA RESPONDER E AUMENTAR O BRANCO MANTENDO O TORSO A FRENTE E MANTENDO O TORSO A FRENTE

86
ELEVACÃO LATERAL DOS BRACOS PARA RESPONDER E AUMENTAR O BRANCO MANTENDO O TORSO A FRENTE E MANTENDO O TORSO A FRENTE

107
REGULAMENTO DE AULA FÍSICA EM ELEVACÃO DOS BRACOS ANTERIORES

LIÇÃO PROPRIAMENTE DITA

118
MARCHA COM ELEVACÃO DO JOELHO

119
TRAFAR EM DUAS CORDAS COM ATU- LIZ DOS PÉS E DAS MÃOS

120
SALTO DE UMA BARREIRA COM APOIO DE UMA PAREDE

121
PARECER DE BRACOS ESTENDI- DOS PARA CIMA DA CABEÇA

122
CORREIDA COM MARCHA BRINCA- DA DE SUBSTITUIÇÃO

123
LANÇAR A MARCHA-BALL PARA A FRENTE EM POSIÇÃO HORIZONTAL, COM BRACOS EM POSIÇÃO DE FRENTE

124
LUTA DE REPULSÃO, DORSO E VOLTAS

VOLTA A' CALMA

Marcha lenta com exercício respiratório
Marcha com canto ou assovio
Alguns exercícios de ordem

A presente lição poderá ser preparada compondo-se de três sessões de estudos

I Sessão preparatória no. 80-81-82-83-84-85-86-87
Sessão de estudo preparatório dita no. 118-119-120-121-122-123-124
Volta à calma a nome de fé

II Sessão preparatória no. 80-81
Sessão de estudo preparatório dita no. 118-119-120-121-122-123-124
Volta à calma a nome de fé

III Sessão preparatória no. 80-81
Sessão de estudo preparatório dita no. 118-119-120-121-122-123-124
Volta à calma a nome de fé

Fonte: Revista de Educação Física (1932)

A Lição acima tinha orientação para aplicação no ciclo secundário de ensino para jovens de 13 a 16 anos. Observa-se essa indicação no canto superior esquerdo da imagem, onde também constam informações sobre o regime da lição. No canto superior direito encontra-se informações sobre o tempo de duração (40 minutos) e os materiais necessários para realização. Lembrando que era uma determinação do Regulamento nº7 que estes materiais deveriam estar previamente organizados e que não podia jamais haver improvisos na condução de uma lição de Educação Física.

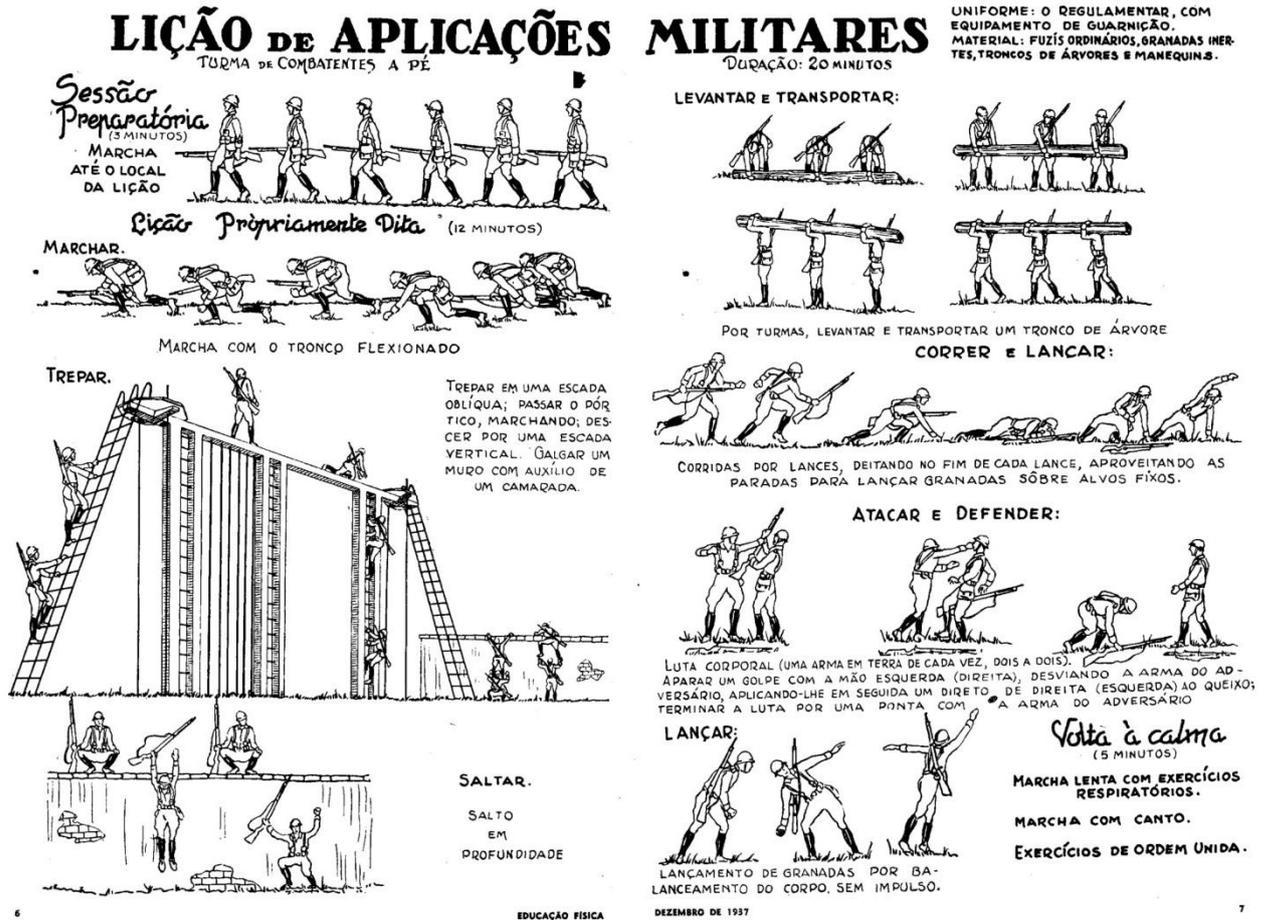
Na sessão preparatória e na lição propriamente dita encontram-se imagens demonstrativas dos exercícios que deveriam ser executados, trazendo logo abaixo uma explicação detalhada da forma correta de execução. Na volta à calma, não se vê imagens, apenas a marcha que deve ser realizada. A forma de organização dos exercícios na lição permite identificar pelos menos dois princípios tratados na “Unidade de Doutrina”: a alternância e a continuidade.

Essa forma de organização da lição, indicava que qualquer pessoa que desejasse, poderia utilizá-la, uma vez que as informações detalhadas facilitariam seu uso. É importante ressaltar que, conforme destaca Ferreira Neto et al (2003, p. 111), a forma de transmissão do

conhecimento era feita através da demonstração, onde o “instrutor demonstra e os alunos repetem (imitam)”. Ou seja, o conhecimento prático era valorizado perante o conhecimento pedagógico.

Na imagem abaixo, traz-se outro tipo de aplicação para as lições: a Educação Física Militar.

Figura 15 - Exemplo de Lição de Educação Física Militar



Fonte: Revista de Educação Física (1937)

Os desenhos apresentados na imagem anterior, para ilustrar a lição, são reveladores do público a que se destina. As lições de aplicações militares são lições de educação física voltadas para a preparação específica dos soldados. Por este motivo, utilizava-se os implementos de armamento e uniforme comuns à instituição militar.

Na lição propriamente dita, observa-se que as sete famílias de exercícios do Regulamento nº7 (marchar, trepar, saltar, levantar e transportar, correr, lançar, atacar e defender, necessariamente nesta ordem) eram atendidas de forma bem delimitada.

Nas imagens, nota-se a divisão das aulas conforme assinalado por Cavalcanti (1932), quando este aponta na seção “Unidade de Doutrina”, que uma lição possui partes distintas, com tempo de duração e importância variadas. Apesar de serem destinadas para classes distintas de alunos, ambas as lições apresentam essa característica.

Este modelo de plano de aula, seccionado em parte preparatória (ou aquecimento), parte principal e volta à calma, está centrado nas atividades físico-esportivas e não contribui para a reflexão por parte do aluno, uma vez que não há espaço para tal (MELLO et al, 2012). Para a aplicação no exército, talvez este não fosse um problema, já que a reflexão a partir das práticas corporais não é um objetivo neste contexto. Porém, na escola, lugar que poderia abarcá-la, a reflexão também não esteve presente. Havia assim, em uma “transferência mecânica dos códigos da formação física militar para a Educação Física” (BRACHT, 1992, p. 21).

Dessa forma, percebe-se que a teoria que preconizava que “aprender na forma educativa moderna é ter experiência” (PINHEIRO, 1933, n.5, s/p) permeava a aplicação das lições. Ferreira Neto et al (2003), ao tratar sobre os eixos pedagógicos que guiavam a orientação da “Unidade de Doutrina” e, conseqüentemente, das “Lições de Educação Física”, afirma que estes apontavam para a pedagogia do “aprender fazendo” ou “fazer para aprender”, fato que indica que não bastava apenas executar o movimento, mas sim, executá-lo da melhor forma possível e, ainda, com economia de esforço, visando o rendimento físico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constituição do campo da Educação Física brasileira teve a participação de intelectuais brasileiros, que ao entrarem em contato com uma cultura física que estava sendo moldada na Europa, possibilitaram a circulação de diferentes propostas de educação do corpo, na qual a ginástica era considerada uma prática essencial para regenerar o brasileiro. Inegável também é a participação dos militares na constituição deste campo, uma vez que grandes iniciativas foram envidadas no sentido de promover, regulamentar e, por que não, doutrinar a Educação Física no Brasil.

Ocupando lugares sociais diversos, chama-se atenção para influência exercida por Rui Barbosa, Jorge de Moraes, Fernando de Azevedo e Inezil Penna Marinho na busca pela constituição do campo. Personagens reconhecidos na historiografia da educação física, que se ancoraram nos discursos médico-higienistas para propor a educação de um corpo que estaria preparado para suportar os problemas advindos de uma sociedade em construção, vitimada por um conjunto de mazelas sociais, econômicas e educacionais.

O olhar para outros países, reconhecendo o avanço da ciência que defendia a presença da ginástica na Educação do corpo na escola, foi a estratégia utilizada por estes intelectuais para justificar a necessidade da constituição de um campo denominado Educação Física, o qual, diferente da medicina que se voltava para a cura, se estabelecia pela ação regeneradora de um corpo, a partir de intervenções de fortalecimento e prevenção de um corpo imerso no contexto brasileiro do final do século XIX e início do século XX.

A partir deste debate que estava posto sobre a necessidade da educação do corpo, surge também, a preocupação para formar pessoal capacitado para atuar com ela. Jorge de Moraes, após observar que sua proposta, feita em 1905, de criação de escolas de formação civil e militar não se concretizou, critica tal postura no ano de 1929 e somente tem sua preocupação atendida 10 anos depois, com a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos.

Como meio importante de veiculação e divulgação das práticas relacionadas à Educação Física, encontra-se na imprensa periódica especializada em ensino, um profícuo lugar para esmiuçar este debate que passava a ganhar relevância no cenário nacional.

Dessa forma, têm-se na *Revista de Educação Física* uma importante fonte para os estudos teóricos e históricos da Educação Física. Por ser órgão oficial da Escola de Educação Física do Exército, a revista configurava-se como instrumento para reafirmar as práticas

desenvolvidas na instituição militar, fato que influenciava diretamente as práticas do cotidiano escolar (ou não) do professor/instrutor de Educação Física.

Desse modo, nossa investigação tentou contar uma versão da história circulada no periódico de uma instituição que muito influenciou a formação de professores de Educação Física no Brasil.

Na análise, buscamos identificar a materialidade do periódico em questão buscando compreender com quem ele comunicava, que imagem desejava passar, que Educação Física almejava construir. O estudo do ciclo de vida permitiu entender a constituição, as dificuldades e as disputas enfrentadas pela *Revista*, que mesmo ostentando um projeto pioneiro frente à educação nacional – e se reafirmando como tal em muitos exemplares – não esteve imune às dificuldades de circulação ou de alcance.

A identificação das práticas corporais que compõem os assuntos recorrentes da *Revista*, é reveladora de que, apesar de um dos seus objetivos ter sido a divulgação do método de educação física adotado através do Regulamento nº7 – o método ginástico francês, outras práticas encontravam lugar de circulação. A princípio, acreditávamos que encontraríamos uma quantidade considerável a mais de material relacionado à ginástica, em especial, de origem francesa. No entanto, o que verificamos foi também a circulação de outras práticas corporais, sinalizando que a *Revista* estava aberta a uma contribuição com a formação de professores em Educação Física que atuariam na escola e fora dela, incluindo nesta última, formação para atuar na caserna com práticas corporais alinhadas à sua necessidade, dentre elas, o método Francês.

Os indícios apontam que essas outras práticas – Atletismo, Natação, Hipismo, Esgrima – são as práticas já desenvolvidas no interior da instituição militar. Dessa forma, veicular esse conteúdo como forma de potencializar o seu “núcleo educativo/formativo”, parece ser uma estratégia adotada.

Outro ponto refere-se ao caráter prático e utilitário exercido pelo periódico, no sentido de fomentar a teoria do “ver para aprender”, uma vez que a equipe editorial da *Revista* explora bastante o uso de imagens demonstrativas dos exercícios em diversas reportagens. Fato que leva Ferreira Neto et al (2003) a classificar o periódico como a fonte iconográfica mais relevante na área da Educação Física.

A *Revista* também foi porta de voz de um investimento da EsEFEx na disseminação de seu modelo de formação pelos Estados, fazendo aumentar assim sua capilaridade e circulação.

A partir dessa divulgação, órgãos como a Divisão de Educação Física encontram parceria, orientada à “causa nacional da Educação Física”. Como consequência disso, no período de 1932 a 1942, percebemos na Revista que escolas foram abertas nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Pará, possibilitando a disseminação de uma cultura física, como era pretensão do periódico. Ademais, destacamos também a contribuição e influência da EsEFEx e de sua revista para a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, que se configura como uma importante aquisição para área de formação em Educação Física que vinha se desenvolvendo.

Mais que isso, os indícios apontam para a divulgação de um “modo de fazer” Educação Física, a partir da divulgação das Lições de Educação Física. A organização da lição deixou heranças na Educação Física Escolar que ainda perduram ao observarmos que este modelo ainda é comumente utilizado. A estrutura das diversas lições veiculadas respeitava a divisão em “Sessão preparatória” (ou aquecimento), “Sessão propriamente dita” (ou parte principal) e “Volta à calma”; elementos que denunciam a vinculação da Educação Física com uma área de rendimento físico-esportivo, configurando-se numa forma de definir a Educação Física da época.

Além do “modo de fazer”, pautado principalmente nas disciplinas de cunho médico-higiênico, percebemos ainda que a veiculação de um tipo ideal para ser professor de Educação Física era constantemente reafirmada. A doutrina do Exército exige uma polidez do sujeito, que por sua vez, relaciona-se à imagem de cidadão idôneo, livre de vícios e disciplinado. Afinal de contas, a “questão da Educação Física” era vista com muito afínco pela instituição militar. Além da imagem moral, o perfil do monitor/instrutor encampada pela revista refere-se predominantemente ao sexo masculino, sujeito jovem e fisicamente ativo, que dispunha de boa saúde física e mental, qualidades que guiariam tal cidadão na formação moral e física da população.

A longevidade da *Revista de Educação Física* não deixa dúvidas sobre o potencial interrogativo. Por essa razão, apontamos seu potencial para estudos posteriores que analisem o periódico como *fonte* e *objeto*, uma vez que somente assim encontraremos um caminho possível para a escrita da história da Educação Física no Brasil. Ressaltamos também que outros periódicos especializados na área circularam no período, constituindo-se em matérias ricas que possibilitam a ampliação da compreensão.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, L. A constituição Histórica da Educação Física no Brasil e os processos da formação profissional. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, IX, 2009. Paraná. **Anais...** Paraná: PUC/PR. 2009. p 2244-2258.
- ANDRÉ, M. Formação de professores: A constituição de um campo de estudos. Dossiê. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 174-181, set./dez. 2010
- AVELAR, A. C. **Uma ginástica que também se lê: a produção do *Compendio de Gymnastica Escolar* de Arthur Higgins (1896-1934)**. 2018. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais
- AZEVEDO, F. **A cultura brasileira**. São Paulo: EDUSP. 1971
- AZEVEDO, F. **Da Educação Physica: o que ella é – a que tem sido – o que deveria ser**. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1920.
- BAÍÁ, A. C. **Associação Cristã de Moços no Brasil: um projeto de formação moral, intelectual e física (1890-1929)**. 2012. 214f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais
- BARBOSA, R. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. In: **Obras completas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.
- BERMOND, M. T. **A Educação Física Escolar na Revista de Educação Física (1932-1952): Apropriações de Rousseau, Claparède e Dewey**. 2007. 155f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais.
- BLOCH, M. **Apologia da história**, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BOLLING, H; YTTERGREN, L. Ginástica Sueca para Exportação: Um Estudo das Carreiras Profissionais e Vidas das Diretoras de Ginástica Femininas Suecas, 1893-1933, **The International Journal of the History of Sport**, 32: 11-12, 1437-1455
- BOURDIEU, P. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. p. 89-94. 1983.
- BRACHT, V. **Educação Física e Aprendizagem Social**. Porto Alegre: Magister, 1992.
- BRASIL. Decreto n° **1.212, de 17 de abril de 1939**. Cria, na Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Rio de Janeiro, 1939.
- BRASIL. **Decreto n° 23.252, de 19 de outubro de 1933**. Cria a Escola de Educação Física do Exército e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1933.
- BRUSCHI, M. **Entre a França e o Brasil: criação, circulação e apropriações do Método Francês de Educação Física (1931-1960)**. 2019. 328f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Centro de Educação Física e Desportos. Universidade Federal do Espírito Santo,

CANTARINO FILHO, M. **Educação física no estado novo: história e doutrina**. Brasília: Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 1982.

CANTARINO FILHO, M; DACOSTA, L. P. Ensino superior em Educação Física. In: DACOSTA, L. P (ORG.). **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio De Janeiro: CONFEF, 2006

CARDOSO, L. A; ROLIM, C. L; SANTOS, A. L. Concepção e prática docente: uma perspectiva histórica e social. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, X, 2017, Aracaju. **Anais...** Aracaju: UNIT, 2017.

CARVALHO, R. A; MACHADO, R. R. Educação intelectual, moral e física: as influências de Herbert Spencer na criação do programa de ensino primário mineiro de 1906. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, VI, 2011, Vitória. **Anais...** Vitória: UFES, 2011.

CASSANI, J. M. **Da imprensa periódica de ensino e de técnicas aos livros didáticos da educação física: trajetórias de prescrições pedagógicas (1932-1960)**. 2018. 411f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física. Universidade Federal do Espírito Santo.

CASTRO, C. In corpore sano - os militares e a introdução da educação física no Brasil. **Antropolítica**, Niterói, RJ, nº 2, p.61-78, 1º sem. 1997

CASTRO, M. G. B. Uma retrospectiva da formação de professores: histórias e questionamentos. **Movimento**. v. 3, n.4, p. 225-245. 2016

CATANI, D. B. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. **Revista Educação e Filosofia**, v.10, n. 20, p. 115-130, 1996

CERTEAU, M. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; 3 ed.; Rio de Janeiro: Forense, 2011

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano - Artes de Fazer**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

CHARTIER, R. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CHARTIER, R. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

CHARTIER, R. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CORBIN, A. **Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX**; tradução Ligia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

CORRÊA, D. Ensinar e Aprender Educação Física na Era Vargas: Lembranças de Velhos Professores. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, VI, 2006. Paraná. **Anais...** Curitiba: PUC/PR. 2006

COSTA, L.H et al. O discurso médico e a Educação Física nas escolas (Brasil, século XIX). **Rev Bras Educ Fís Esporte**, Abr-Jun; n. 28, v.2, 2014. p. 273-82

- DOURADO, L. Formação de profissionais do magistério da educação básica: novas diretrizes e perspectivas. **Comunicação & Educação**, n.21, v.1 p. 27-39. 2016
- FARIA FILHO, L. M. A história da escola primária: a Educação Física nas séries iniciais do ensino fundamental. In: SOUZA, E. S; VAGO, T. M. **Trilhas e partilhas: educação física na cultura escolar e nas práticas sociais**. Belo Horizonte: Cultura. 1997. p. 43-58
- FERNANDES, F. S; JÚNIOR, M. Análise de periódicos na História Da Educação: princípios e procedimentos. **Cadernos de Pesquisa**. v.42 n.146 p.562-585 maio/ago. 2012
- FERRAZ, F. C. As Guerras Mundiais e seus veteranos: uma abordagem comparativa. **Rev. Bras. Hist.** São Paulo, v. 28, n. 56, 2008.
- FERRAZ, F. C. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- FERREIRA, R. C. B. **O esporte como prática hegemônica na Educação Física: de onde vem essa história?** 2006. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação). Recife: UFPE, 2006.
- FERREIRA NETO, A. A Pedagogia no Exército e na Escola: a educação física (1920-1945). **Motrivivência**, Ano XI, nº13, nov, 1999.
- FERREIRA NETO, A. et al. **Catálogo de periódicos de educação física e esportes (1930-2000)**. Vitória: Proteoria, 2002.
- FERREIRA NETO, A. et al. Revista de Educação Física: ciclo de vida, seção unidade de doutrina e lição de educação física (1932-2002). **Movimento**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 91-118, 2003
- FERREIRA NETO, A. Publicações periódicas de ensino, de técnicas e de magazines em educação física e esporte. In: DACOSTA, L. P. (org). **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p. 776-777.
- FIGUEIREDO, P. **A história da Educação Física e os primeiros cursos de formação superior no Brasil: o estabelecimento de uma disciplina (1929-1958)**. 2016. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais
- GALVÃO, A. M; BATISTA, A. G. Manuais Escolares e pesquisa em História. In: VEIGA, C; FONSECA, T. (org). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- GATTI, B. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. **Revista Diálogo Educacional**, Paraná, n. 53, v. 17. p. 721-737. 2017
- GOELLNER, S. V. **Bela, maternal e feminina: Imagens da mulher na Revista Educação Physica**. Ijuí: Unijuí. 1999
- GOELLNER, S. V. **O método francês e a Educação Física brasileira: da caserna à escola**. 1992. 223f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul

- GOELLNER, S.V (org). **Inezil Penna Marinho**: coletânea de textos. Porto Alegre: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2005. 116p
- GOELLNER, S.V. Memória e Museu do Esporte. In: DACOSTA, L. P (ORG.). **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio De Janeiro: CONFEF, 2006, p. 99-100
- GÓIS JÚNIOR, E. A institucionalização da Educação Física na imprensa: A construção da Escola Superior de Educação Physica de S. Paulo na década de 1930. **Movimento**, Porto Alegre, v. 23, n. 2., p. 701-714, abr./jun. de 2017
- GÓIS JÚNIOR, E. Georges Demeny e Fernando de Azevedo: uma ginástica científica e sem excessos (Brasil, França, 1900-1930). **Rev. Bras Ciênc Esporte**, v. 37, n. 2. 2015. p 144-150.
- GÓIS JÚNIOR, E. Ginástica, higiene e eugenia no projeto de nação brasileira: Rio de Janeiro, século XIX e início do século XX. **Movimento**, v.19, n.1, p.139-159. 2013
- GÓIS JÚNIOR, E. **Os higienistas e a Educação Física**: A história dos seus ideais. 2000. 183f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Gama Filho
- GÓIS JUNIOR, E; GARCIA, A. B. A eugenia em periódicos da Educação Física brasileira (1930-1940). **R. da Educação Física/UEM Maringá**, v. 22, n. 2, p. 247-254, 2. trim. 2011
- GÓIS JUNIOR, E; LOVISOLO, H. A educação física e concepções higienistas sobre raça: uma reinterpretação histórica da educação física brasileira dos anos de 1930. **Rev. Port. Cien. Desp.** n. 3, v.5. p.322-328. 2005
- GÓIS JÚNIOR, E; MELO; V. A; SOARES; A. J. Para a construção da nação: debates brasileiros sobre educação do corpo na década de 1930. **Educ. Soc. [online]**, vol.36, n.131, p. 343-360. 2015
- GRUNENVALDT, J. T. Escola Nacional de Educação Física e Desportos: o Projeto de uma época. **Motrivivência**, Florianópolis, n. 10, p. 200-207, jan. 1997
- GRUNENVALDT, J. T. Os militares e a construção das condições para criação das escolas para formação de profissionais de Educação Física: um caso de revolução passiva. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, IV, 2006. Goiânia. **Anais...** Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2006. p. 1-9.
- GUEDES, M. A Nova Política de Formação de Professores no Brasil: Enquadramentos da Base Nacional Comum Curricular e do Programa de Residência Pedagógica. **Da investigação às Práticas**. n. 9, v. 1. p. 90-99. 2019
- HALLEWELL, L. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: Edusp. 1984
- HEROLD JUNIOR, C. **A educação física na história do pensamento educacional**: apontamentos. Guarapuava: UNICENTRO, 2008. 200 p
- HOBBSAWN, E. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. 4ªed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

HORIKAWA, A. Y. A formação de professores: perspectiva histórica e concepções. **Form. Doc.**, Belo Horizonte, n. 13, v. 07, ago/dez. p. 11-30. 2015

LINHALES, M. A. **A escola, o esporte e a ‘energização do caráter’**: projetos culturais em circulação na Associação Brasileira de Educação (1925-1935). 2006. 266f. Tese (Doutorado em Educação). Belo Horizonte: UFMG, 2006.

LOBIANCO, C. L. **A propaganda do cigarro: estratégias publicitárias pós condenação do tabagismo no Brasil**. 2018. 112 f. Dissertação (Mestrado em Bens culturais e Projetos sociais) – Faculdade de Ciências Sociais. Fundação Getúlio Vargas

LUCA, T. Regina de. História de dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, p.111-153. 2006

LUCENA, R. F. **Quando a lei é a regra**: um estudo da legislação da Educação Física Escolar Brasileira. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação Física e Desporto, 1994.

MACIEL, V. B; VALENTE, W. R. Elementos do saber profissional do professor que ensina matemática: o Compêndio de Pedagogia de Antônio Marciano da Silva Pontes. **Amazônia**, v. 14, n. 31, p. 165-180, nov. 2018.

MARCHELLI, P. S. Origens Históricas das Políticas de Formação de Professores no Brasil (1823-1874). **Teias**. v. 18, n. 51, out/dez. p. 225-242. 2017.

MARINHO, I. P. **História da educação física e desportos no Brasil**: Brasil colônia, Brasil império, Brasil república, documentário. 4V. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1952.

MARINHO, I. P. **Nova denominação para o professor de Educação Física**. Educação Física: uma expressão inadequada. In: Simpósio Brasileiro de Educação Física e Desportos, I, dez. Brasília. 1983

MARINHO, I. P. **O método nacional de Educação**. Evolução. Rio de Janeiro, 1945

MARINHO, I. P. **Rui Barbosa: o paladino da educação física no Brasil**. 2. ed. Brasília: Horizonte, 1980.

MELLO, A. S et al. Representações sociais sobre a Educação Física na Educação Infantil. **Rev. Educ. Fis/UEM**, v. 23, n. 3, p. 443-455, 3. trim. 2012.

MELO, V. A. A Educação Física e o Estado Novo (1937-1945): a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, v. 11, n. 115 p. 1, 2007.

MELO, V. A. A Educação Física nas escolas brasileiras do século XIX: esporte ou ginástica?. In: FERREIRA NETO, A. (org.). **Pesquisa Histórica na Educação Física** - 3. 1 ed. Aracruz: Editora da Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz, 1998, v. 1, p. 48-68.

MELO, V. A. **Escola Nacional de Educação Física e Desportos** - uma possível história. 1996. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas

MELO, V. A.; NASCIMENTO, R. O papel dos militares no desenvolvimento da formação profissional na Educação Física brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, I, 2000. Rio de Janeiro. **Anais...UFRJ**. 2000

MINAYO, M. **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORENO, A. A propósito de Ling, da ginástica sueca e da circulação de impressos em língua portuguesa. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, v. 37, p. 128-135, 2015.

MORENO, A. **Corpo e ginástica num Rio de Janeiro** – mosaico de imagens e textos. 2001. 246 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas

MORENO, A. O conhecido e hábil Pedro Manoel Borges: autor e professor de gymnastica (1876-1920). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, XI, 2016. **Anais...** Porto: FLUP. 2016

MORENO, A. O Rio de Janeiro e o do homem fluminense: O "Não-Lugar" da Ginástica Sueca. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 55-68, set. 2003

MORENO, A; BAÍÁ, A. C. Do Instituto Central de Ginástica (GCI) de Estocolmo para o Brasil: cultivo e divulgação de uma educação do corpo. **Educação em Revista** (UFMG. impresso), v. 35, p. 1-31, 2019.

MORMUL, N; MACHADO, M. Rui Barbosa e a Educação Brasileira: Os pareceres de 1882. **Cadernos de História da Educação**, v. 12, n. 1, jun. 2013.

MOURA, S. A; BORGES, E M. Discursos de identidades em tiras de humor: análise em duas vertentes críticas. **Comunicação e Filosofia**, n. 17, p. 95-105, jul. /dez, 2009.

NASCIMENTO, L. N. Políticas Públicas de formação inicial de professores no Brasil: alguns questionamentos. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, VIII, **Anais...** n. 1, v. 8. 2015

NETO, S et al. A formação do profissional de Educação Física no Brasil: Uma história sob a perspectiva da legislação federal no século XX. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 113-128, jan. 2004

NÓBREGA, L. F. M; SECCO, M. B. G. Evolução da Educação Física no Exército Brasileiro. **Navigator**: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 12, no 23, p. 91-101 – 2016.

NÓVOA, A. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. **Educação em revista: a imprensa periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 1997, p. 11-32.

NUNES, C. Interrogando a avaliação dos trabalhos de história da educação: o inventário de uma prática. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, XXVI, 2001, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2001.

OLIVEIRA, M. A. T. Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): história e historiografia. **Educação e Pesquisa (USP)**, São Paulo, v. 28, n.1, p. 51-75, 2002

PACHECO, A. Educação Física Feminina: uma abordagem de gênero sobre as décadas de 1930 e 1940. **Journal of Physical Education**, v. 9, n. 1. 1998

PILETTI, N. Fernando de Azevedo: Da Educação Física às Ciências Sociais. **Rev. Inst. Est. Bras.** São Paulo, 1994. p 81-98.

QUADROS, L. M. “**Farinha pouca, meu pirão primeiro**” **carestia na Bahia Republicana (1937-1945)**. 2016. 145f. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2016.

QUITZAU, E. A. “O trabalho na forma de alegria juvenil”: a ginástica segundo Johann Christoph Friedrich Guts Muths. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**. 2012, vol.34, n.2, pp.359-373

QUITZAU, E. A. Da ‘Ginástica para a juventude’ a ‘A ginástica alemã’: observações acerca dos primeiros manuais alemães de ginástica. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, v.10, n.37. 2015. p.111-118

QUITZAU, E. A; MORENO, A; BAIA, A. C. Entre traduções e apropriações: reflexões sobre a circulação e recepção dos métodos ginásticos na Alemanha e no Brasil. In: LINHALES, M. A.; PUCHTA, D. R; ROSA, M. (Org.). **Diálogos transnacionais na história da educação física**. 1ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, v. 1, p. 275-300

RABINBACH, A. **The Human Motor: energy, Fatigue, and the origins of Modernity**. New York: Basic Books, 1990.

REVEL, J.; PETER, J. P. O corpo: O homem doente e sua história. In: LE GOFFE, J. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Alves Editora. 1974, p. 141-159

SALUN, A. O. Notícias sobre o Brasil na Guerra e a criação da FEB. In: OLIVEIRA, D. A **força expedicionária brasileira e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: DECEX, 2012. p. 9-17

SARREMEJANE, P. L’héritage de la méthode suédoise d’éducation physique en France: les conflits de méthode au sein de l’Ecole normale de gymnastique et d’escrime de Joinville au début du XXème siècle. **Paedagogica Historica**. Vol. 42, No. 6, December 2006, p. 817–837

SCHNEIDER, O. A revista Educação Physica (1932-1945): circulação de saberes pedagógicos e a formação do professor de educação física. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE DO ESPÍRITO SANTO, I, 2002, Santa Teresa. **Anais...** Santa Teresa: ESESFA, 2002.

SCHNEIDER, O. **Educação Physica: A arqueologia de um impresso**. Vitória: Edufes, 2010.

SCHNEIDER, O. Entre a correção e a eficiência: mutações no significado da Educação Física nas décadas de 1930 e 1940 - um estudo a partir da revista Educação Physica. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 39 - 54, jan. 2004

SCHNEIDER, O; FERREIRA NETO, A. Estratégias editoriais, enciclopedismo, produtos e publicidade na revista Educação Physica (1932-1945). **Movimento**. Porto Alegre, v. 10, n. 3, p.23-52, set/dez. 2004

SEPULVEDA, J. A. M. A educação na revista A Defesa Nacional: 1913-1945. **HISTEDBR On-line**, Campinas/SP, n. 55, p. 149-167, mar/2014.

SEVCENKO, N. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, N. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. v.3: República – da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras. 1998. p. 515-653

SILVA, A. L. S. **Nos domínios do corpo e da espécie: Eugenia e Biotipologia na constituição disciplinar da Educação Física**. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano). Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano. Porto Alegre: PPGCMH/UFRGS, 2012. 260f

SOARES, C. L. **Educação física: raízes europeias e Brasil**. Campinas, SP: Autores e Associados, 1994

SOARES, C. L. **Imagens da Educação no corpo**. 2 ed. Campinas: Autores associados, 2002. 145p

SOARES, C. L. Notas sobre a educação do corpo. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 16, p. 43-60, 2000.

SOARES, C; MORENO, A (org.). Dossiê - Práticas e prescrições sobre o corpo: a dimensão educativa dos métodos ginásticos europeus. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**. Campinas, n. 37, p. 108-110. 2015.

SOARES, S. S. Novos cenários e velhos debates no campo da política de formação de professores no Brasil. **Momento: diálogos em educação**. n. 2, v. 27, p. 57-75, mai/ago. 2018

SOEIRO, R. **A Contribuição Da EsEFEx para o Esporte Nacional (1933-2000)**. 2003. 193 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Motricidade Humana. Universidade Castelo Branco. Rio de Janeiro. 2003.

SOEIRO, R.; TUBINO, M. J. A contribuição da Escola de Educação Física do Exército para o esporte nacional: 1933 a 2000. **Fit Perf J**, Rio de Janeiro, 2, 6, 337, nov/dez 2003

SOUZA, D. **Das aulas de gymnastica ao ensino superior** - uma possível história da Educação Física. 2001. 49f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Licenciatura em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná.

SOUZA, V. C. Política de formação de professores para Educação Básica. **Revista Brasileira de Educação**. n. 58, v. 19, jul/set. p. 629-653. 2014.

SPINK, M. P; LISBOA, M. S; RIBEIRO, F. R. A construção do tabagismo como problema de Saúde Pública: uma confluência entre interesses políticos e processos de legitimação científica. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v.13, n.29, p.353-65, abr./jun. 2009

TOLEDO, C. A; SKALINSKI JUNIOR, O. A imprensa periódica como fonte para a história da educação: teoria e método. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.48, p. 255-268, dez. 2012

VAGO, T. M. Das escrituras à escola pública: a Educação Física nas séries iniciais do ensino fundamental. In: SOUZA, E. S; VAGO, T. M. **Trilhas e partilhas**: educação física na cultura escolar e nas práticas sociais. Belo Horizonte: Cultura. 1997. p. 59-92

VIGARELLO, G. A história e os modelos do corpo. **Pró-posições**, Campinas, v. 14, n. 2 (41), p. 21-29, maio/ago. 2003.

VIGARELLO, G. **Le corps redressé**. Paris: Jean Pierre Delarge, 1978.

VIGARELLO, G. Panóplias corretoras: balizas para uma história. In: SANT'ANNA, D. B. (Org.). **Políticas do corpo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1995. p. 21-38.

FONTES⁸²

A DIVISÃO de educação física do ministério da educação e o ensino secundário. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano VI, n. 41, p. 40, ago. 1938.

A EDUCAÇÃO física e a arte. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano XI, n. 53, p. 40-43, jun. 1942.

⁸² No intuito de preservar o trabalho realizado por Ferreira Neto et al (2002) na catalogação criteriosa das fontes utilizadas nesta pesquisa, mantemos o mesmo formato das respectivas referências. Tal como apresentado no *Catálogo de Periódicos de Educação Física e Esporte*. Disponível em: <http://proteoria.org/modules/oledrion/product.php?product_id=7>. Acesso em 16 abr. 2019.

A EDUCAÇÃO física em Minas Gerais. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 21, p. 15, abr. 1935.

A EDUCAÇÃO física em São Paulo. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 18, p. 13-15, dez. 1934.

A EDUCAÇÃO física no estado do Espírito Santo. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 12, p. 10-11, nov. 1933.

A EDUCAÇÃO física no ministério da educação. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano VI, n. 40, p. 36, jul. 1938.

A ESCOLA de educação física do exército: uma das realizações da inteligência e da tenacidade brasileira. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano X, n. 49, p. 3-8, nov. 1941.

A VIDA do C.M.E.F. em 1931. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, [s. p.], maio 1932.

ABREU, J. R. Toledo de. Cruzada cívica e eugenia do C.M.E.F. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 7, p. 1, abr. 1933.

ABREU, J. R. Toledo de. Um ano de atividade. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 12, p. 1, nov. 1933.

AMPLIANDO os domínios da educação física: a criação do departamento de educação física, em Pernambuco, é um acontecimento digno de nota. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 14, p. 37, jan. 1934.

ARNOULD. Golpe de vista sobre o problema da educação física. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 23, p. 9, jun. 1935.

AS ATIVIDADES da divisão de educação física do ministério de educação. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano VI, n. 39, p. 28, jun. 1938.

ASSOCIAÇÃO dos professores de ginástica e de educação física de São Paulo. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 23, p. 12, jun. 1935

BONORINO, L. Lopes. Fernando Azevedo e a educação física. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 6, [s. p.], mar. 1933.

CAVALCANTE, Pedro. Cursos de emergência destinados ao preparo de professores e médicos para a educação física. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano VII, n. 45, p. 1, jun./jul. 1939.

CAVALCANTI, Newton. Unidade de doutrina. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, [s. p.], jun. 1932.

CHEGOU a vez da Baía. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 21, p. 33, abr. 1935.

COELHO NETO. Higiene e cultura física. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 18, p. 36, dez. 1934.

COLONIA, Ilidio Romulo. Unidade de doutrina. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 4, [s. p.], jan. 1933.

ESCOLA nacional de educação física, nossa irmã. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano XI, n. 54, p. 57, ago. 1942.

INAUGURAÇÃO da escola nacional de educação física e desportos. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano VII, n. 46, p. 13-15, out. 1939.

INCLUÍDA a educação física na constituição capixaba. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 25, p. 40, ago. 1935.

MOLINA, Antônio M. A Escola de Educação Física do Exército: sua atuação em prol da educação física nacional. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 25, p. 5-7, ago. 1935.

MORAIS, Áureo. Mais uma etapa vencida! **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 22, p. 2, maio 1935.

O DESENVOLVIMENTO da educação física em Minas Gerais. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 15, p. 29, abr. 1934.

O que nos vem do Espírito Santo. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 14, s.p, jan. 1934.

OS GRANDES colaboradores da feitura da raça. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, [s. p.], maio 1932.

PINHEIRO, João Ribeiro. A inquietação espiritual e a educação física. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 5, [s. p.], fev. 1933.

PINHEIRO, João Ribeiro. Militarismo e educação física. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, [s. p.], maio 1932.

PINTO, Ricardo. Força e saúde. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano X, n. 52, p. 1, abr. 1942.

RAMOS, Jair Jordão. Finalidade: unidade de doutrina. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano VII, n. 47, p. 11-12, dez. 1939.

RAMOS, Jair Jordão. Secção pedagógica finalidade: unidade de doutrina. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano VI, n. 41, p. 36-37, ago. 1938a.

RAMOS, Jair Jordão. Secção pedagógica finalidade: unidade e doutrina. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano VI, n. 42, p. 52, set. 1938b.

RAMOS, Jair Jordão. Secção pedagógica: finalidade - unidade de doutrina pelo cap. Jair Jordão Ramos. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano VI, n. 43, p. 41-43, out. 1938c.

SANTANA, Eulídio Reis de. De volta! **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano XV, n. 56, p. 1, nov. 1947.

SANTOS, Rafael Pio dos. Campeonato regional da 5ª região militar. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano V, n. 34, p. 31, ago. 1937.

SEGUNDA conferência realizada pela divisão de educação física para os inspetores de ensino. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano VI, n. 43, p. 35-37, out. 1938

STUDART, Lauro. Das relações do médico e o instrutor em educação física. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano VI, n. 39, p. 39, jun. 1938.

UM DIA grandioso para os que trabalham pela educação física. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 14, p. 18, jan. 1934.

UM NOVO órgão técnico-administrativo de educação física. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano V, n. 36, p. 2, nov. 1937.

VALERIO, Americo. Educação física. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 5, [s. p.], fev. 1933.